

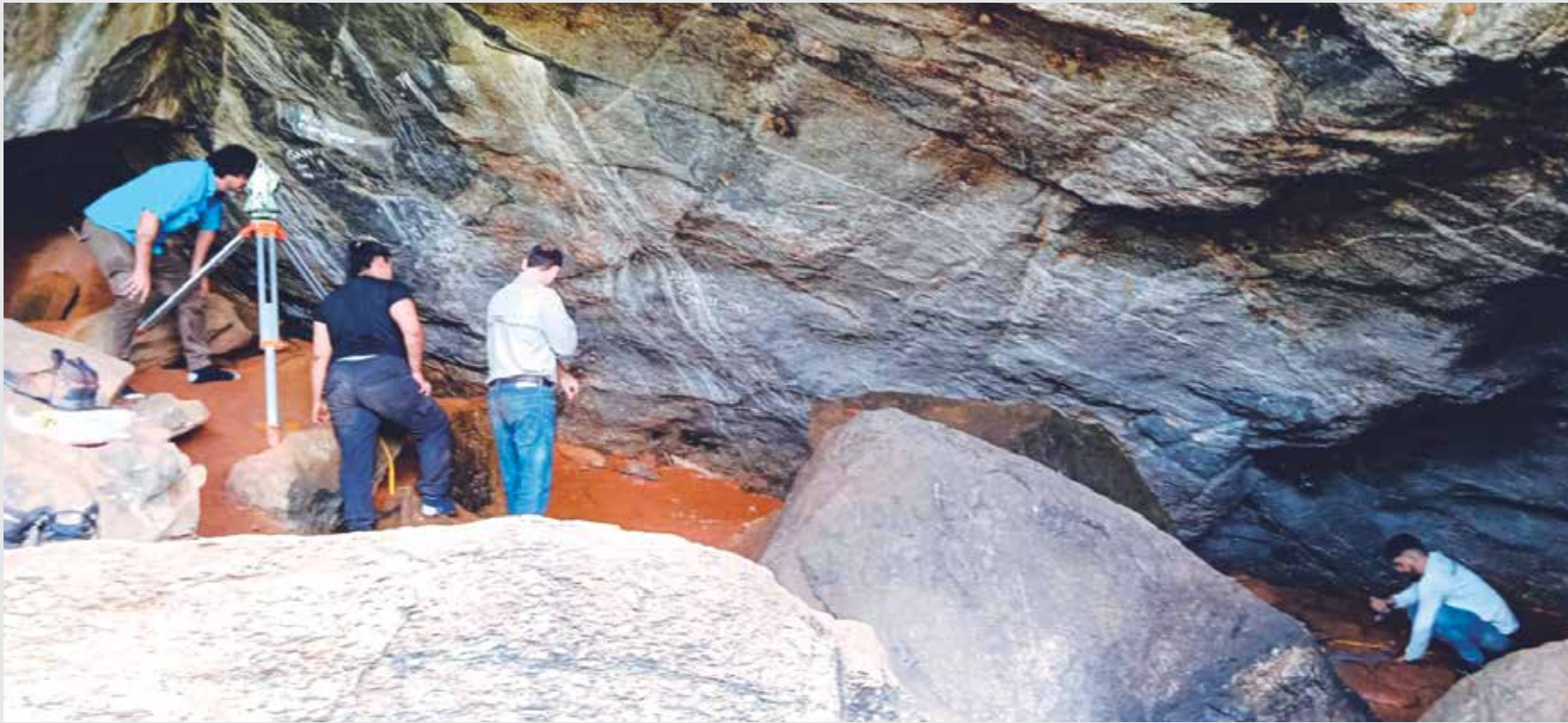


MERCADO DE TRABALHO

Caged aponta que mulheres conquistaram mais espaço

Saldo de empregos foi cinco vezes maior entre profissionais do sexo feminino no 1º semestre, na PB. **Página 17**

Foto: Danúbia Rodrigues/Divulgação



Ossadas de 1,6 mil anos são encontradas no Cariri

Foram identificadas, na região de Pocinhos, 12 ossadas humanas, de adultos e crianças, pertencentes a povos indígenas. **Página 5**

Metaverso avança e já está presente em ambientes médicos e no judiciário

Foto: Eren Li/Pexels



Especialistas garantem que os avanços tecnológicos irão possibilitar a construção de experiências virtuais tão perfeitas que será até difícil distinguir o real do digital.

Página 6

■ “Sandoval Caju jamais se considerou locutor de rádio profissional. No livro, ele confessa que já estava ‘cheio’ de fazer o papel de ‘artista’ que ‘não era, não fui e nem sou’”

Fábio Mozart

Página 14

■ “Assim como acontece em outras profissões, (o economista) lida com uma ciência não exata e, muitas vezes, sua opinião é divergente até para uma grande parcela da população”.

João Bosco Ferraz de Oliveira

Página 17

Monumento em Sousa foi homenagem pioneira

Menor que a de Guarabira, estátua de Frei Damião no Sertão foi a primeira construída.

Página 25



Foto: Prefeitura de Sousa



Foto: Gregório Borgna/AP/Estadão Conteúdo

Consagrada no tênis, Serena vai parar

Uma das melhores tenistas da história do esporte, norte-americana de 41 anos anunciou que irá se aposentar.

Participação das mulheres nas eleições cresce no estado

Mas elas ainda são minoria e continuam servindo como “laranjas” para burlar legislação.

Página 3

Bananeiras recebe Rota Cultural a partir de amanhã

Evento sugere visita ao parque ecológico de dia e programação na área gourmet à noite.

Página 7



Página 22

Pensar

Municipalismo garante maior autonomia administrativa e descentralização das decisões.

Páginas 29 a 32

Editorial

Cães na rua

A relação entre pessoas e animais domésticos pode ser saudável ou problemática, no que diz respeito à convivência dos criadores. No caso dos cachorros, por exemplo, percebe-se o aumento de espécimes, ocupando, com seus donos e donas, diversos tipos de espaços públicos, inclusive lugares até então inéditos, em muitas cidades, como bares, restaurantes, lojas de departamento e transportes coletivos.

Até aí, tudo bem. Interatividade entre pessoas e determinadas espécies animais – os selvagens também devem ser respeitados, porém, mantidos à distância, nos seus habitats - pressupõe que se caminha em direção a tão sonhada harmonia entre os seres humanos e a natureza; uma vida sedimentada na hostilidade e na sustentabilidade. Uma humanidade pacífica e solidária, explorando de modo racional os recursos do planeta.

Não é bem assim que acontece na realidade. Observando-se apenas o caso dos cachorros, conclui-se que muitas pessoas não cuidam adequadamente de seus animais, mantendo-os presos em cativeiro - haja vista que não saem à rua com eles, para o passeio salutar - e longe dos indispensáveis cuidados veterinários, além de não alimentá-los de acordo com a raça e a idade, descuido que também coloca em risco a vida dos cães.

E tem mais. Acredita-se que a maioria dos donos e donas de cachorros, na cidade de João Pessoa, não recolhe e dá o tratamento correto às fezes de seus animais, que seria depositá-las nos coletores de resíduos orgânicos. Deixam espalhadas pelas ruas, praças, calçadas, areia da praia etc., e quem quiser que se livre de pisar nesses dejetos. Uma falta de educação que se transforma em grave ameaça à saúde pública.

Outro fator de risco, desta feita envolvendo, principalmente, crianças, é a presença de cães potencialmente perigosos, como os das raças pitbull, rottweiler e husky siberiano, nas praças. Novamente percebe-se que a maioria dos donos e donas não coloca dispositivos de segurança, como focinheiras, nos animais, deixando intranquilos pais e mães que veem seus rebentos brincando próximos a bocas ofegantes, de dentes afiados.

Ora, essa indisciplina, talvez não por falta de legislação específica, mas de uma fiscalização ostensiva e eficaz, da parte do poder público, transforma a presença de cães nos espaços comunitários em fator agravante da violência urbana. São frequentes as brigas entre proprietários de cães e pessoas que foram atacadas ou sentiram-se, de algum modo, ameaçadas por esses animais. A paz social passa, também, pela solução desse distúrbio.

Artigo

Luiz Carlos Sousa
luizcarlosjp@gmail.com | Colaborador

Oxente, o que é isso?

Essa história é real e aconteceu na última quarta-feira, em João Pessoa.

Uma avó foi com a neta a um dos shoppings da cidade para resolver um problema com o celular. Nessas portabilidades comuns para a troca de operadora, o consumidor sempre tem problemas e não foi diferente com ela, que ficou sem receber chamadas.

Depois de tratar do assunto na loja de uma telefônica, que resultou na compra de um chip novo, com todas as recomendações sobre como proceder e a advertência de que durante os próximos dias o número seria um e depois de três dias o número antigo voltaria a funcionar, já no novo chip, a avó saiu com a neta para um lanche.

Foi até uma lanchonete que vende pastéis famosos por seus sabores, pela textura, consistência, pouco óleo e outras recomendações da boa dieta. As duas curtem essa ida à pastelaria há tempos. Se delectam e levam para filhos e pai alguns exemplares, o que acaba numa festa para o paladar deles, que também se deliciam com os “petiscos”.

Mas, de repente, ambas são surpreendidas por um rapaz que se apresenta de forma agressiva com o rosto de frente para a senhora, quase a tocando na face com a seguinte exigência:

- O celular, passe o celular e não diga nada. É um assalto - disse com os dentes rangendo para parecer mais ameaçador ainda.

A neta, uma criança de 12 anos, começou a tremer descontroladamente, não conseguindo domar as mãos que insistiam em dançar nervosamente.

A senhora olhou para o assaltante e estranhou:

- Oxente, o que é isso?

Nítidamente nervoso, o agressor repetia sem parar a frase pedindo o celular e advertindo que era um assalto e que ela ficasse calada. Tomou o celular das mãos da senhora e saiu correndo.

A funcionária da pastelaria chamou um funcionário e na mesma hora mandou que ele fosse atrás do homem em disparada pelas ruas dos Bancários. A avó e a neta se puseram a orar.

Após uns 20 minutos o rapaz voltou

para a pastelaria com o celular nas mãos devolvendo-o à senhora, que quis gratificá-lo, mas ele não aceitou qualquer recompensa e passou a contar que saiu atrás do “cara” gritando “pega ladrão”, no que foi ajudado por um transeunte que, armado de porrete, aciou o gatuno, olhou nos olhos dele e perguntou:

- Vai encarar ou vai devolver o celular?

O ladrão entregou o aparelho e pediu com as mãos juntas, como se orasse, para que não fizessem nada com ele, pois era um pai de família que ainda não tinha dado comida para os filhos naquele dia.

Foi atendido e liberado, embora nenhuma das pessoas que testemunharam a cena e o viram novo, forte e com aparência de quem tem condições de trabalhar, enxergasse naquele homem a figura de um pai.

A lanchonete ficou cheia. Muitos viram o roubo, outros contaram que passaram por situações semelhantes, as leituras políticas começaram a ser feitas, as reclamações sobre a falta de segurança e outras histórias que surgem nessas horas.

O susto foi grande, avó e neta voltaram para casa e foram orar para agradecer o livramento e o quanto Deus tinha sido zeloso com elas, pois havia permitido o assalto, mas evitado qualquer desfecho mais grave. Amém!

“

O agressor repetia sem parar a frase pedindo o celular e advertindo que era um assalto

Luiz Caralós Sousa

Foto Legenda

Roberto Guedes



Orelhão: hoje, apenas uma sombra

Artigo

Rui Leitão
ruileitao@hotmail.com | Colaborador

Rir é o melhor remédio

Esse famoso jargão tem respaldo científico. Produzido em 1990, o filme americano intitulado “Patch Adams - o amor é contagioso”, tem como protagonista principal um médico que faz uso da alegria para incentivar a cura de seus pacientes. A prática da risoterapia, na compreensão de que sorrir promove um relaxamento mental que nos dá a sensação de bem-estar. Rir deveria ser um hábito para preservar a saúde emocional e física. E é um remédio que não tem contraindicação.

Para que possamos começar um dia de bom humor, nada melhor do que, ao acordar, olharmo-nos no espelho e sorrirmos para nós mesmos, porque assim já nos sentiremos estimulados a sorrir igualmente para todos os que fazem parte do nosso dia a dia. Indiscutivelmente a alegria abre caminhos para o otimismo. Pessoas bem humoradas conseguem se adaptar e lidar melhor com situações adversas.

O bom humor contagia e o riso é social porque nos ajuda a conectar com outras pessoas e reduzir níveis de estresse. Melhora nossa qualidade de vida e aumenta a autoestima. Quando sorrimos para alguém estamos ajudando a gerar empatia e confiança. Daí a razão da risoterapia ser aplicada em hospitais, no entendimento de que nossas emoções impactam positivamente no comportamento dos outros, afastando sentimentos desagradáveis por quem está passando por algum tipo de tratamento.

Schopenhauer afirmava que: “O bom humor é a única qualidade divina do homem”. Estando bem humorados, nos sentimos mais fortalecidos emocionalmente e buscamos qualidade para o nosso viver no cotidiano. Quando aprendemos a viver com muito mais bom humor, seremos sempre vistos com um sorriso no rosto, numa demonstração de que encontramos coisas boas em situações de desafio.

No livro “Deus é jovem”, o Papa Francisco revela a oração que ele faz há quaren-

“

Schopenhauer afirmava que: “o bom humor é a única qualidade divina do homem”

Rui Leitão

ta anos para manter o bom humor. São Tomás Moro, no século 15, escreveu a oração que ele proclama diariamente. No texto encontramos alguns apelos que devemos também colocar como nossos pedidos a Deus, no desejo de que possamos viver em harmonia espiritual.

“Dai-me, Senhor, uma alma simples, que saiba aproveitar tudo o que é bom e que não se assuste quando o mal chegar,

e sim que encontre a maneira de colocar as coisas no lugar.

Dai-me uma alma que não conheça o tédio

nem os resmungos, suspiros e lamentos, e não permitais que eu me atormente demais

com essa coisa incômoda demais chamada “eu”.

Dai-me, Senhor, senso de humor”.

Portanto, vale a pena apostar no sorriso, na leveza e na alegria, para vivermos mais e melhor. Pensemos nisso.

SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL EMPRESA PARAIBANA DE COMUNICAÇÃO S.A.



William Costa
DIRETOR DE MÍDIA IMPRESSA

Naná Garcez de Castro Dória
DIRETORA PRESIDENTE

Amanda Mendes Lacerda
DIRETORA ADMINISTRATIVA,
FINANCEIRA E DE PESSOAS

Rui Leitão
DIRETOR DE RÁDIO E TV

A UNIÃO
Uma publicação da EPC

Av. Chesf, 451 - CEP 58.082-010 Distrito Industrial - João Pessoa/PB

André Cananéa
GERENTE EXECUTIVO DE MÍDIA IMPRESSA

Renata Ferreira
GERENTE OPERACIONAL DE REPORTAGEM

PABX: (083) 3218-6500 / ASSINATURA-CIRCULAÇÃO: 3218-6518 / 99117-7042

Comercial: 3218-6544 / 3218-6526 / REDAÇÃO: 3218-6539 / 3218-6509

E-mail: circulacao@epc.pb.gov.br (Assinaturas)

ASSINATURAS: Anual R\$350,00 / Semestral R\$175,00 / Número Atrasado R\$3,00

CONTATO: redacao@epc.pb.gov.br

Fica proibida a reprodução, total ou parcial, de matérias, figuras e fotos autorais deste jornal, sem prévia e expressa autorização da direção e do autor. Exceto para impressão de cópias, com o fiel e real conteúdo, para uso e arquivo pessoal.

O U V I D O R I A : 99143-6762

PARTICIPAÇÃO NA POLÍTICA

Aumenta interesse, mas as mulheres ainda são minoria

Apenas duas figuram em chapas majoritárias na PB nas eleições deste ano

Ana Flávia Nóbrega
 anaflavianobrega@gmail.com

Há apenas 57 anos, o direito ao voto das mulheres foi expandido sem distinção de escolaridade, salarial e outros fatores econômicos e sociais no ano de 1965. A conquista, ainda muito recente, é o resultado da luta de mulheres por direitos básicos de existir e resistir no mundo e, neste caso, na sociedade brasileira. Foi através dessa luta secular que direitos vêm sendo conquistados ano após ano, apesar de serem sucateados nas primeiras oportunidades por homens que, até os dias atuais, figuram na concentração de poder e de decisões.

Em sua maioria homens brancos, com concentração de poder político, econômico ou social, figuram os mais altos patamares da política brasileira. Muitos deles, residindo em ideários conservadores, buscam resgatar a estrutura machista que coloca o papel da mulher na sociedade como “feita para servir”. Servir ao homem, à família, aos cuidados do lar e, principalmente, estar distante dos locais de tomada de decisões.

Maioria da população e do eleitorado, a mulher ainda representa a minoria entre as candidaturas que disputam vagas nas eleições gerais. Na Paraíba não é diferente. De acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), mulheres são maioria entre os eleitores com 1.634.223 mulheres aptas para votar, representando 53%. Entre os homens, o número é de 1.457.461 (47%).

A Paraíba terá um montante de 244 mulheres candidatas para as eleições em 2022. O número representa apenas 33,42% do total de candidaturas inscritas, de 730 pessoas. Entre os homens, o número é de 486, o equivalente a 66,58%.

Apesar de ser inferior em comparação aos homens, o novo pleito apresenta um aumento da participação feminina. Em comparativo entre as duas últimas eleições gerais, considerando 2022 e 2018, houve um aumento de 22,61% de candidaturas de mulheres inscritas. Saindo do quantitativo de 199 mulheres para 244. O número de registros deste ano também supera os números de 2014, com 186 mulheres.

Em 2022, entre os cargos, apenas uma mulher aparece como candidata a governadora, entre as oito candidaturas. Também aparecem duas mulheres como vice-governadoras, uma como senadora. Outras duas são segundas suplentes e uma é primeira suplente em chapas para o Senado. O maior quantitativo aparece entre as proposituras para o legislativo estadual, com 157 candidatas. Entre os homens, o número é de 298. Já para o legislativo federal são 80 mulheres e 155 homens.

Como cabeça de chapa para o principal cargo a nível estadual, apenas Adjany Simplicio (PSOL) aparece na lista. Para a candidata a governadora, o cenário de menos mulheres concorrendo é um reflexo da estrutura machista em que



Adjany: “Ainda há candidaturas laranjas”



Pollyanna: “Já provamos que somos capazes”

a sociedade segue imersa.

“O cenário reflete a cultura machista predominante em nossa sociedade que relega a mulher aos espaços familiares e bloqueia sua passagem nos espaços públicos e políticos e como lideranças de grande expressão social. Vimos por força da lei numa crescente de ocupação da vida política, mas ainda há muitas reedições das candidaturas laranjas, do uso da mulher para garantir as candidaturas de homens. Disputar a uma posição majoritária, com maior espaço de fala e na disputa de narrativas através dos debates é fundamental, dialogamos com as outras, àquelas para as quais o acesso a esse lugar é atravessado por múltiplas outras opressões, como as barreiras de raça, econômica e de identidade de gênero”, ressaltou Adjany Simplicio.

Também entre os cargos de maior expressão, Pollyanna Dutra (PSB) concorre a uma vaga no Senado Federal entre sete homens. A candidata participou do primeiro debate entre os candidatos ao Senado, nesta segunda-feira, organizado pela TV Arapuan. Na ocasião, entre todos os candidatos, Pollyanna viu a sua capacidade de ocupar aquele local de maneira igualitária questionada pelo candidato Bruno Roberto (PL). Entre tantos homens, a única a ser questionada foi justamente a mulher, mesmo com a bagagem e histórico pessoal da candidata na política, sendo prefeita de Pombal em duas gestões e cumprindo mandato na Assembleia Legislativa.

“Quando um dia fui atacada naquele espaço de deba-

te, não fui atacada sozinha. Foi atacado um conjunto de mulheres paraibanas que, naquele momento, foram brutalmente ofendidas. Nesse momento, a democracia corre perigo porque o exercício da democracia pede, acima de tudo, o respeito. Nós mulheres não precisamos ficar provando que somos capazes para ninguém, porque já provamos para a sociedade. Provamos que somos capazes de ocupar qualquer espaço. As mulheres terão em mim essa representatividade e a luta pela democracia nesse cenário”, explicou Pollyanna Dutra, acrescentando: “A participação da mulher é um indicador de qualidade na política, então temos que preservar isso em uma população que é majoritariamente feminina. E mudaremos essa realidade elegendando mulheres”.

Movimentos marcam início da batalha por conquistas eleitorais

Há pouco mais de 90 anos, entrou em vigor o Decreto 21.076, do então presidente Getúlio Vargas, que instituiu o Código Eleitoral Brasileiro, no dia 24 de fevereiro de 1932. Na ocasião, as mulheres brasileiras, enfim, conquistaram o direito de votar, com efetivação no ano seguinte com a realização de eleição para a Assembleia Nacional Constituinte, quando as mulheres puderam votar e ser votadas pela primeira vez. O voto para todas as mulheres, no entanto, só ocorreu em 1965, e para pessoas analfabetas, vinte anos mais tarde. A conquista assinada sob a chancela do presidente, no entanto, não foi uma benfeitoria do governante. A conquista dos direitos políticos é resultado de séculos de luta das mulheres. Antes disso, a atividade do voto era restrita. Em 1821 o voto foi instituído como metodologia de escolhas sociais fora do âmbito

municipal, quando 72 representantes foram eleitos junto à Corte portuguesa. Naquele momento, os eleitores eram homens, brancos, livres e escolarizados. Após a Proclamação da República, em 1889, o voto seguia restrito a menores de 21 anos, mulheres, analfabetos, mendigos, soldados rasos, indígenas e integrantes do clero. No Brasil, ainda no período Imperial, surgiram as primeiras reivindicações pelo voto feminino com a publicação do artigo “Direitos das mulheres e injustiças dos homens”, de Nísia Floresta, em 1932. O Parlamento brasileiro recebia propostas de lei e emendas constitucionais em favor do voto feminino. Mas foi a partir da década de 1920, com a fundação da Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher - renomeada de Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) - que o movimento brasileiro entrou em consonância com o

movimento sufragista internacional, com Bertha Lutz como líder. A aproximação de Bertha e seu grupo com o senador Juvenal Lamartine foi um reforço para a briga pelos direitos no parlamento. Em 1927, Lamartine foi eleito governador do Rio Grande do Norte e estendeu o direito ao voto às mulheres, sendo o primeiro estado brasileiro a aprovar o voto de mulheres na política. No ano seguinte, Alzira Soriano foi eleita a primeira prefeita mulher de um município brasileiro, em Lajes. A partir da decisão, a FBPF intensificou a atuação do movimento pelo voto, em um processo para conscientizar e pressionar sobre a importância do voto para mulheres. Movimento que culminou na lei assinada por Vargas que garantiu que todas as mulheres brasileiras, maiores de 21 anos, alfabetizadas e assalariadas, passaram a ter o direito ao voto.

Partidos descumprem as cotas

Na Paraíba, algumas legendas descumpriram a cota de gênero nas eleições 2022. Segundo a Lei 9.504/1997, cada partido ou coligação precisa preencher o mínimo de 30% e máximo de 70% para candidaturas de cada gênero, contabilizada a partir de dois candidatos. Para a disputa à Câmara Federal,

o PDT lançou oito homens e duas mulheres, correspondendo a 20%, e o Avante registrou a candidatura de seis homens e duas mulheres, um montante de 25%. Já no âmbito estadual, PDT e PROS lançaram dois candidatos homens e nenhuma mulher. Ainda para as cadeiras federais, DC, PCdoB, PSOL e PV

lançaram a mesma quantidade de homens e mulheres para a disputa eleitoral. Para a Assembleia Legislativa, o DC confirmou 17 candidaturas de homens e sete de mulheres. Como punição à lei, os partidos precisarão reduzir a quantidade de candidatos homens para que se chegue a proporção exigida.

UN Informe

Ricco Farias
 papiroeletronico@hotmail.com

ALMEJAM NOVOS VOOS: SEIS DEPUTADOS ESTADUAIS NÃO IRÃO DISPUTAR A REELEIÇÃO ESTE ANO



Foto: ALPB

Dos 36 deputados estaduais da Paraíba, seis não concorrem à reeleição este ano. Nessa lista estão Estela Bezerra (PT), Ricardo Barbosa (PSB), Raniery Paulino (Republicanos) e Cabo Gilberto (PL), que disputam vaga para a Câmara dos Deputados. Pollyanna

Dutra (PSB), candidata ao Senado, e Jeová Campos (PT), indicado com 1º suplente de senador de Ricardo Coutinho (PT), completam a relação. Em tese, a opção desses parlamentares em não tentar a renovação de mandato é benéfica para aqueles que entraram na disputa para assegurar cadeira na ALPB: reduz a concorrência, uma vez que os votos desses postulantes ao cargo de deputado federal tendem a ser pulverizados para mais de um candidato a deputado estadual, nos municípios. Em tese, repetamos. Afóra isso, temos outros três titulares de mandatos na ALPB que decidiram não disputar cargo eletivo. Dr. Érico Djan (MDB, foto) faz campanha para a sua esposa, Germana Wanderley (Solidariedade), enquanto que Edmilson Soares (Podemos) apoia o filho, Tanilson Soares, que concorre a vaga na ALPB. Já Doda de Tião (PTB) apoia João Paulo Segundo (PP), ex-prefeito de Boqueirão. No caso de Pollyanna Dutra, ela votará em Mersinho Lucena (PP).

PELO USO DOS RECURSOS

A defesa do ex-governador Ricardo Coutinho se apega ao artigo 16-A, da Lei 9.504 – Lei das Eleições – para solicitar ao TRE-PB que rejeite o pedido do Ministério Público Eleitoral (MPE), que recomendou a proibição do repasse de recursos do fundo partidário para a campanha dele ao Senado, por causa de sua inelegibilidade.

O QUE DIZ A ‘LEI DAS ELEIÇÕES’

A princípio, a Lei das Eleições garantiria o uso dos recursos de campanha em casos em que há pendência no registro da candidatura: “O candidato cujo registro esteja sub judice poderá efetuar todos os atos relativos à campanha eleitoral (...), ficando a validade dos votos a ele atribuídos condicionada ao deferimento de seu registro por instância superior”, diz o artigo 16-A.

PT MANTÉM USO DO FUNDO

Presidente do PT na Paraíba, Jackson Macedo afirma que o partido manterá o uso dos recursos do fundo eleitoral na campanha de Ricardo Coutinho, enquanto não houver uma decisão final sobre a recomendação do MPE, que entende que o uso do fundo eleitoral “resultaria em dilapidação do erário, pois seria beneficiada [a candidatura] com recursos públicos destinados ao financiamento da campanha”.

ALEGOU MOTIVOS PESSOAIS

Filho do ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, Antônio Cristóvão Queiroga, não irá mais concorrer ao cargo de deputado federal pelo PL. Queiroguinha, como é chamado, alegou motivos de ordem pessoal para desistir da disputa eleitoral, de acordo com integrantes do seu partido. Em junho, ele foi alvo de reportagem de O Globo, em matéria sobre tráfico de influência na pasta ministerial.

DEPUTADO PEDIU INVESTIGAÇÃO

Quando surgiram as denúncias de tráfico de influência contra Queiroguinha, o deputado federal Alexandre Padilha (PT-SP) protocolou pedido de informações no Ministério da Saúde. Já o deputado federal Bira de Pindaré (PSB-SP), foi mais longe: entrou com um pedido na Procuradoria-Geral da República (PGR) para a abertura de processo investigativo contra o ministro e o filho.

PROCURADOR-GERAL VOLTA A DESMENTIR NARRATIVAS SOBRE A REDUÇÃO DO ICMS

Tentou-se passar a falsa narrativa, segundo a qual governadores estariam contra a redução do preço dos combustíveis, por causa de ação protocolada no STF em que questionam a diminuição da alíquota do ICMS sobre os produtos. O procurador-geral do Estado, Fábio Andrade, voltou a desmentir a acusação: “Ninguém é contra a redução”, disse, em entrevista a uma TV, destacando que os governadores não aceitam é a perda de recursos “para investimentos em assistência social, saúde e educação”.

Foto: Marcos Russo



Dallys Henrique

Superintendente do Ibama

Combate ao desmatamento é o maior desafio

Pelos cálculos do Ibama, a Paraíba perdeu, em dois anos, 300 hectares dos biomas de Mata Atlântica e Caatinga

Alexsandra Tavares
lekajp@hotmail.com

O desmatamento florestal, a poluição do meio ambiente e a luta de ambientalistas para preservar a fauna e a flora do país são discussões frequentes não apenas no Brasil, mas em países de todo o mundo. Para trabalhar em defesa dos recursos naturais, a gestão pública conta com alguns órgãos, um deles é o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que tem sedes regionais nos estados brasileiros. Na Paraíba, o superintendente do órgão, Dallys Henrique de Andrade Lima, falou, em entrevista exclusiva para o *Jornal A União*, sobre alguns temas de impacto estadual. Para se ter ideia, somente nos últimos dois anos, a área desmatada no Estado chegou a 300 hectares. “O combate ao desmatamento de Mata Atlântica e Caatinga foi o principal desafio enfrentado nos últimos anos”, declarou. O crime persiste, mesmo os infratores estando sujeitos a multas que variam de R\$ 1 mil a R\$ 5 mil por hectare, com aplicação de embargo. O Ibama também apreendeu, do ano passado até agora, cerca de 300 animais silvestres, que normalmente são alvos de traficantes e do comércio ilegal. Bacharel em direito, com passagem em órgãos como o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Dallys Henrique ainda abordou assuntos como o tráfico de animais silvestres e o combate à poluição das águas por meio de óleos. Confira.

A entrevista

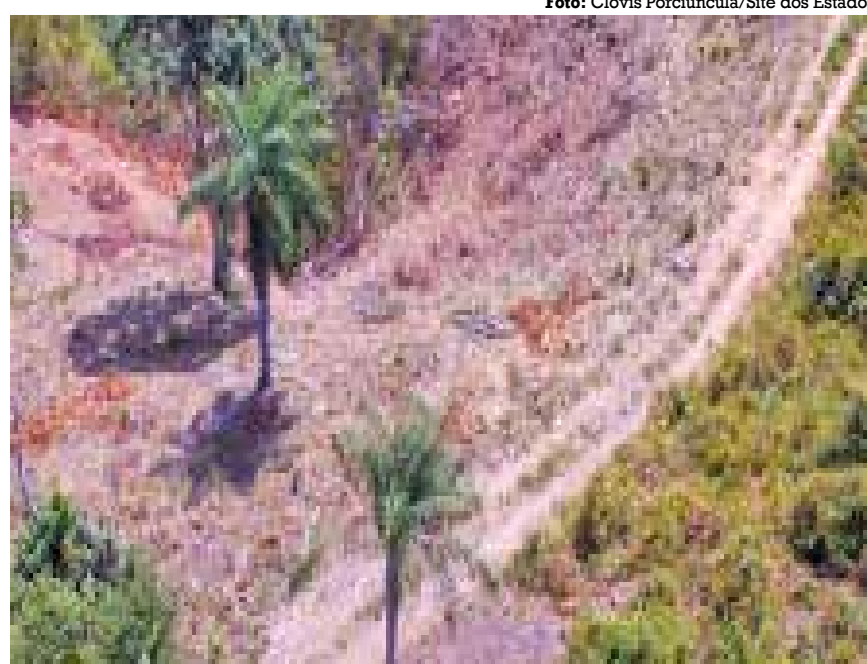
■ Cite as principais áreas de atuação do Ibama na Paraíba.

As áreas de atuação abrangem fiscalização, licenciamento, gestão sustentável, recursos naturais, qualidade ambiental - Programa de Controle de Emissões Veiculares (Proconve) e Cadastro Técnico Federal (CTF), educação ambiental, monitoramento ambiental, emergências ambientais e recebimento e destinação de animais silvestres por meio do Cetas (Centros de Triagem de Animais Silvestres).

■ Quais os principais desafios do órgão nestes últimos anos?

Foi o combate ao desmatamento na Mata Atlântica e Caatinga.

■ Como foram enfrentados? Por meio de monitoramento



Desmatamento é combatido através de monitoramento e fiscalizações

Punição

Multas por hectare desmatado variam de R\$ 1 mil a R\$ 5 mil, com aplicação de embargo. Ibama executa Plano Nacional de Proteção Ambiental

ambiental e execução do Plano Nacional Anual de Proteção Ambiental (Pnapa) com operações de fiscalização.

Foto: Clóvis Porciúncula/Site dos Estado



Dallys explica que o desmatamento ocorre em todas as regiões do estado

■ Crimes mais recorrentes contra animais silvestres são tráfico, vendas em feiras, mutilação, maus-tratos e cativoiro

■ Vimos no país grandes perdas de áreas verdes de biomas diferentes. Na Paraíba, qual a extensão de área desmatada nos últimos anos e de que forma o Ibama combate este crime?

A área desmatada detectada nos últimos dois anos foi de aproximadamente 300 hectares.

■ Quais as penalidades para o crime de desmatamento? O Ibama tem um mapa das áreas mais desmatadas no Estado?

As multas variam de R\$ 1 mil a R\$ 5 mil por hectare, com aplicação de embargo. Os desmates ocorrem em todo o estado nos biomas Caatinga e Mata Atlântica. Vale destacar que existem também muitas áreas com desmatamento autorizado pela Sudema (Superintendência de Administração do Meio Ambiente).

■ Não é raro encontrarmos animais silvestres em área urbana na Paraíba. Por que isso ocorre e quais as medidas do Ibama para protegê-los?

Ocorrem em razão de extensas áreas verdes presentes nas cidades que servem de abrigo à fauna. Ocorrem também devido à expansão urbana desordenada e redução de habitats. Órgãos ambientais municipais e a Sudema devem prever, em seus licenciamentos de loteamentos e construção imobiliária, planos de monitoramento e resgate de fauna, com soltura ou outra destinação adequada (Cetas/ Ibama, Criadouros Autorizados, Zoológicos). O Ibama dispõe do Cetas para receber animais provenientes

de entrega voluntária, resgates ou apreensões, onde os animais são triados, recebem cuidados e são encaminhados para soltura em habitat natural ou outras destinações.

■ O Ibama realiza ações em defesa de animais silvestres. Quais os crimes mais comuns identificados com relação a estes animais e quais as ações para combatê-los?

Palestras de educação ambiental, operações de fiscalização e combate ao tráfico e comércio ilegal de fauna silvestre, e serviços do Cetas são as ações do Ibama em defesa de animais silvestres. Os crimes mais recorrentes são cativoiros, maus-tratos, mutilações, tráfico em rodovias e vendas em feiras.

■ O tráfico de animais silvestres, especificamente, é um crime comum na Paraíba. Qual o volume desses crimes identificados no Estado em 2021 e neste ano? Os registros têm aumentado? Por que?

A quantidade apreendida de 2021 a 2022 foi de cerca de 300 animais silvestres. Houve menos apreensões devido às limitações da pandemia.

■ Um dos grandes poluidores dos rios e mares é o óleo. O Ibama faz um trabalho específico com relação ao descarte de óleo? Como funciona?

A Resolução Conama nº 362/2005 estabelece as regras sobre uso e destinação adequada de óleo lubrificante usado. Cabe aos órgãos ambientais que licenciam atividades potencialmente poluidoras, que utilizam óleo lubrificante, exigir o cumprimento da Resolução do Conama e fiscalizar essas atividades (usinas termoelétricas, centros automotivos, instalações portuárias etc). A finalidade é evitar ou mitigar a poluição por óleo nas águas. A Resolução Conama 398/2008 dispõe sobre o Plano de Emergência Individual para incidentes de poluição por óleo. O Ibama tem atuado junto com a Sudema na coordenação da

“

Ibama e Sudema atuam juntos para prevenir acidentes com óleo em águas marítimas

Dallys Henrique

elaboração do Plano de Área Portuária de Cabedelo-PB, a fim de prevenir acidentes com óleo em águas marítimas e do estuário do Rio Paraíba, e implementar ações de resposta pelos empreendimentos portuários.

■ O descarte correto dos resíduos sólidos é um problema em vários estados brasileiros. Na Paraíba, apesar de ter havido redução no número de lixões, eles ainda existem. Que trabalho o Ibama faz com relação ao descarte correto dos resíduos sólidos?

Até 2011, o Ibama fez diversas operações de fiscalização e autuou vários municípios em situação irregular com relação à destinação final de resíduos sólidos, exigindo por meio de ações judiciais a regularização. Muitos processos judiciais estão em andamento, com alguns municípios já regularizados e outros em vias de regularização. Com o advento da Lei Complementar 140/2011, compete à Sudema tanto o licenciamento quanto a fiscalização desse tema. O Ministério Público estadual moveu diversas ações judiciais e termos de ajustamento de condutas para a regularização dos municípios ainda em situação irregular.

■ A livre captura do caranguejo goiamum está proibida. Mas, com algumas exceções, o goiamum pode ser capturado e comercializado. Quais são essas exceções e quais as penalidades para quem desobedecer à legislação?

O guaiamum está permanentemente proibido de captura e comercialização, exceto em unidades de conservação da natureza mediante plano de manejo, conforme portaria do Ministério do Meio Ambiente 445/2014 e suas alterações, e Portaria Interministerial Nº 38, de 26 de julho de 2018.

HISTÓRIA REVELADA

Achada ossada de 1,6 mil anos na PB

Escavações arqueológicas no município de Pocinhos foram feitas por equipe da Universidade Federal de Alagoas

Lucilene Meireles
lucilenemeireles@epc.pb.gov.br

Ossos de 12 humanos de 1,6 mil anos foram encontrados no município de Pocinhos, no Cariri paraibano. O responsável pelas escavações é o professor Flávio Moraes, da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), em parceria com o arqueólogo Plínio Araújo Victor. Os ossos são de povos indígenas do passado, que utilizavam afloramentos rochosos da região para sepultar seus mortos. O que mais surpreendeu o pesquisador nessa descoberta são as marcas de cortes nas articulações dos ossos. A descoberta foi feita em 2016, as escavações iniciadas entre seis e sete meses depois e só agora os resultados das análises começam a ser divulgados.

O professor Flávio Moraes, chefe do Núcleo de Pesquisa e Estudos Arqueológicos e Históricos da Ufal - Campus do Sertão, relatou que os ossos são de adultos e também de crianças, inclusive de cerca de seis meses a dois anos de vida, sendo bem variados os indivíduos nesse sepultamento. Embora o material esteja em análise, ainda não é possível afirmar, com segurança, a qual povo os ossos pertencem, mas o arqueólogo explica que há uma hipótese provável.

“Na região, predominavam os tarairius e cariris. Os primeiros costumavam se alimentar de seus entes mortos para demonstrar amor por eles, já os cariris tinham o hábito de enterrar seus mortos. Sendo assim, é mais provável que sejam ossos de cariris, mas não temos como afirmar com certeza. Temos essa hipótese de que podem ser de povos cariris”, comentou.

Moraes afirma que a equipe encontrou uma evidência rara, com uma cronologia significativa, cerca de 1.600 anos antes do presente, e que vai trazer informações relevantes a respeito dos rituais e das práticas que esses grupos da Pré-História dispensavam para seus mortos. Para ele, foi um achado de grande relevância para a arqueologia do Nordeste como um todo.

As escavações duraram cerca de

20 dias. Mas, o trabalho de laboratório é muito denso e intenso. Ainda hoje, a equipe continua fazendo análise de laboratório. Por isso, os resultados vão aparecendo relativamente com um longo período. São cerca de cinco anos desde o início da escavação do sítio e só agora começam a ser divulgados os primeiros resultados.

O arqueólogo afirmou que existem mais sítios na região. “Inclusive, escavamos um sítio em Boqueirão, com ossos de 1.480 anos antes do presente. Foi no Lajedo do Marinho, o Sítio Pedra da Tesoura. Lá tem outros sítios, assim como em Pocinhos também”, afirmou. Moraes afirmou que sabe da existência e está, inclusive, em conversa com a prefeitura para renovar a parceria e retomar as pesquisas na região. Ele afirmou que o interesse é mútuo. Por isso, é provável que nos próximos meses a equipe inicie novo trabalho.

O próximo passo é finalizar as análises e apresentar os resultados

em artigos científicos - há uma tese de doutorado que está sendo elaborada com esse material. A ideia é também tentar ampliar o campo de pesquisa com a escavação de outros sítios. “A partir daí, queremos perceber qual o diálogo que existe entre esses sítios arqueológicos, se são contemporâneos, se as práticas de rituais são similares, o que há de especificidade na prática deste sítio que já escavamos e dos outros que estão por escavar. Nossa perspectiva é essa”, disse.

As análises estão sendo feitas no Laboratório de Pesquisa Arqueológica e Histórica da Ufal - Campus do Sertão, fiel depositário. Assim que forem concluídas, ele diz que o ideal seria voltar para Pocinhos, mas com uma reserva técnica adequada e também se o Iphan estivesse de acordo com as condições da reserva. “Se não der certo, faremos a repatriação para alguma instituição da Paraíba que tenha interesse e condição de armazenar o material”.

O início das escavações

Tudo começou a partir de uma conversa com o também arqueólogo Plínio Victor, que mora em Olinda (PE), mas é natural de Pocinhos (PB). “Ele sempre me chamava para ir à região e falava da riqueza de materiais arqueológicos. Certa vez, conversando com a secretária de Turismo de lá, a Marissandra Porto, ela relatou que, quando criança, subia no Lajedo do Cruzeiro, e jogava cabeças, ossos humanos de cima para baixo”, contou.

A partir desse relato surgiu a curiosidade e veio o convite. “Nós fomos fazer uma visita ao local. Chegando lá, identificamos o material ósseo em superfície, logo na primeira visita. Foi assim que tudo começou”, afirmou Moraes. Ele ressaltou que sua equipe não estava pesquisando na Paraíba e nem tinha projeto em andamento no local.

A conversa com moradores locais, especificamente com a Marissandra, que passou essa informação, foi o que levou a equipe a ir até o lajedo e confirmar a existência dos ossos.

“Como Plínio é de Pocinhos, ele tem uma afetividade pela cidade e sempre desejou fazer algo pelo município. Foi aí que o nosso trabalho começou lá”, acrescentou.

A escavação durou, em média, de 15 a 20 dias, e os ossos estavam numa área abrigada do Lajedo do Cruzeiro, que fica na zona urbana da cidade de Pocinhos. Ele relatou que trata-se de um lajedo grande que forma um abrigo juntando sedimentos. Foi ali que os povos indígenas fizeram seus rituais de sepultamento e enterraram esses indivíduos.

A descoberta ocorreu em meados de 2016, mas até a escavação foi necessário seguir um trâmite de elaboração de projeto e apresentação de proposta ao Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (Iphan). Após aprovação do Iphan, é publicada uma portaria no Diário Oficial da União com os nomes dos coordenadores, autorizando a realização da pesquisa. Por isso, ela só foi iniciada cerca de seis a sete meses após a descoberta.



Escavações identificaram, na região, 12 ossadas humanas, de adultos e crianças, pertencentes a povos indígenas que viveram na região de Pocinhos

Fotos: Danúbia Rodrigues/Divulgação



Resultados das análises dos ossos agora começam a ser divulgados



Marcas de cortes nas articulações dos ossos surpreendeu pesquisadores



Hipótese mais provável é que as ossadas pertençam a povos cariris



Na região, predominavam os tarairius e cariris. Os primeiros costumavam se alimentar de seus entes mortos, para demonstrar amor por eles

Flávio Moraes

METAVERSO

Um mundo cada vez mais virtual

Especialistas apontam que, no novo “universo paralelo”, será possível fazer quase tudo que existe no cotidiano

Alexandra Tavares
lekajp@hotmail.com

Assim como nossos bisavôs jamais imaginariam que poderíamos um dia conversar com uma pessoa do outro lado do mundo em tempo real e ao mesmo tempo vermos o rosto do interlocutor, é difícil prevermos como serão as interações humanas no futuro, quando o metaverso estará tão popularizado quanto o Facebook e o Instagram. Mas, já há indícios de como funcionará essa realidade ampliada, que formatará uma espécie de universo virtual paralelo, onde será possível fazer praticamente tudo o que existe hoje no nosso cotidiano, com a ajuda de tecnologia avançada, como os simuladores em 3D.

Já há experiências sendo postas em prática em várias áreas, como educação, saúde, economia, justiça, lazer e no segmento corporativo. Segundo o coordenador do Laboratório de Interação e Mídia (LIM) dos cursos de Ciência da Computação e Engenharia da Computação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), professor Valdecir Becker, o metaverso é um mundo virtual que busca centralizar o máximo possível da nossa vida. “Imagina uma gigante rede social onde podemos fazer tudo virtualmente. Além de conversar, brigar por política, paquerar, trabalhar, se divertir, fazer compras, trocar bens, tudo usando um único programa de computador. E ainda, tudo tridimensionalmente, de uma forma que praticamente não conseguimos separar o que é real e o que é criado por computadores”, aponta.

Pois é dessa forma, ou pelo menos, tentando seguir esse avançado sistema tecnológico que algumas atividades são realizadas atualmente. Recentemente, ocorreu na 23ª Região do Tribunal Regional do Trabalho, em Mato Grosso, uma audiência virtual onde avatares de juízes, advogados, universitários e comunicadores interagiam no saguão de palestras da vara do trabalho, onde todos flutuavam nesse ambiente artificial, resolvendo suas questões sem, necessariamente, estarem presentes de carne e osso. Magistrados otimistas acreditam que essa será uma opção que abrirá as portas da unidade judicial para um público mais amplo.

Quando perguntado em quais áreas o metaverso pode ser aplicado, o professor Becker respondeu: “Em todas”. E exemplifica: “Hoje existe uma corrida para comprar espaços no metaverso, que representam uma localização em relação a um ponto, como um terreno no mundo real. Podemos ser vizinhos de qualquer pessoa do mundo, artista, esportista, entre outros. Já pensou, ‘morar’ do lado do Obama ou do Cristiano Ronaldo?”.

Ele afirmou que as reuniões de trabalho de muitos empreendimentos já estão sendo feitas dentro dessa realidade. “Na prática, cada pessoa pode estar deitada na cama em casa, usando um óculos ou um capacete de realidade virtual. Da mesma forma, empresas de saúde estão colocando os consultórios médicos dentro do metaverso. Sensores, chips e câmeras tiram a temperatura, fazem exames de sangue, ressonâncias, isso no mundo real, e médicos analisam os resultados e dão diagnósticos no metaverso”, afirmou Becker.

O professor do Curso de Comunicação em Mídias Digitais da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Paulo Henrique Souto Maior Serrano, afirmou que o metaverso designa mundos virtuais que utilizam tecnologias de imersão, experiências sensoriais e de realidade virtual, sendo difícil projetar como será o futuro dentro deste contexto. “Acredito que as empresas não vão querer ficar limitadas apenas ao momento em que as pessoas desejarem se conectar ao metaverso. Elas deverão ampliar esse interesse aos contextos de realidade não



Foto: Pixabay

Avanços tecnológicos possibilitarão a construção de experiências virtuais tão perfeitas que será difícil identificar o que é real e o que foi criado por computador

mediada, podendo haver um crescimento forte da realidade aumentada, de modo que as tecnologias da informação e comunicação venham atuar também quando o sujeito desligar o computador”, declarou.

Apesar de já existir ferramentas que proporcionem experiências de imersão, o professor afirmou que ainda estamos num estágio tecnológico inicial dessa proposta. “A ideia é de uma imersão muito maior, por meio de luvas sensoriais ou mesmo de óculos de realidade virtual. O problema é que as tecnolo-

gias condicionantes para essa proposta mais disruptiva ainda não estão em pleno estado de desenvolvimento e funcionamento”.

Paulo Henrique salientou que a internet se encaminha para um formato descentralizado, por meio das *blockchains* e também para uma versão ampliada com uso de tecnologia de conectividade com a chamada internet das coisas. Em paralelo a esses avanços ainda o grande melhoramento da performance da conectividade por meio da internet 5G.

Saiba Mais

Alguns termos contidos no vocabulário do universo virtual é a tecnologia *blockchain*, ligada ao mundo das finanças e tecnológico. Trata-se de um sistema que reúne blocos de dados com informações conectadas. Essas informações permitem rastrear o envio e recebimento de mensagens pela internet. Esse sistema permite, por exemplo, o funcionamento e transação das chamadas criptomoedas, ou moedas digitais. O meio em que essas informações navegam pela rede é a computação em nuvem (ou *cloud computing*).

Saber das vantagens e atentar às desvantagens

■ Se, por um lado, o metaverso cria interações jamais vistas, por outro, poderá reduzir o contato olho no olho, mais humanizado

Como praticamente tudo na vida tem as vantagens e desvantagens, o metaverso também apresenta os dois lados da moeda. Se por um lado vai criar interações jamais vistas na sociedade, propor-

cionando experiências inovadoras entre as pessoas, agilizando e facilitando etapas de tarefas profissionais, acadêmicas, entre outras atividades, também poderá aumentar o abismo entre o contato olho no olho, ou seja, mais humanizado. O professor do Curso de Comunicação em Mídias Digitais da UFPB, Paulo Henrique Souto Maior Serrano, declarou que as pessoas devem ficar atentas ao uso exagerado dessas novidades.

“A gente pode ter desvantagens em relação a esse uso constante. Se a pessoa já usa esse espaço, por exemplo, para trabalho, pode querer ficar mais tempo, gerando problema de vício, de visão e afetar a parte psicológica. Pode ainda ter impactos gerados pela dinâmica como que esse meio de

comunicação vai monetizar o dinheiro do usuário”, comentou o professor Paulo. Ele acrescenta: “A gente observa hoje em dia a forma como as redes sociais estão colocando o seu algoritmo para funcionar, elencando as prioridades e pautando como as pessoas se informam. Há também a ameaça de golpes, associados a qualquer tipo de relação, não sendo uma prática exclusiva desse meio”.

O coordenador do Laboratório de Interação e Mídia (LIM) dos cursos de Ciência da Computação e Engenharia da Computação da UFPB, professor Valdecir Becker, frisou que o metaverso terá muito que contribuir com a sociedade. “A ideia do metaverso é fantástica, tanto em termos de tecnologia quanto em relação à computado-

rização das atividades humanas. Há uma vertente da computação que considera um desperdício de esforços um ser humano fazer algo que um computador possa fazer”.

Por outro lado, ele aproxima virtualmente e afasta fisicamente. Ele contou que nas redes sociais de hoje, estamos perto de pessoas que estão distantes fisicamente, e mais longes das que estão próximas fisicamente. “Isso num ambiente em que existem, nos relacionamos, apenas textos, imagens e vídeos dessas pessoas. No metaverso, podemos sentar num bar com essas pessoas, tomar uma cerveja, ir a um show, ou a um jogo de futebol, até mesmo para um motel. As possibilidades são infinitas”, disse Becker.

Presença já é percebida no mundo dos games

Nos games, o metaverso já surge com certa força, com a adoção de ferramentas como os *tokens* não-fungíveis (NFTs). A arquiteta Victória Pinheiro, é uma das empresárias responsável pela SpaceVR, um empreendimento de soluções em realidade virtual e *arcade* de games em um shopping de João Pessoa. Para ela, o termo mais apropriado é metaversos, porque abrange grandes espaços digitais coletivos que funcionam como o mundo real. Ela frisou que dentro deste contexto, “o futuro já está aqui”, e pode, de uma forma simples, ser conferido no filtro viral do Instagram, que coloca cachorro na sala do usuário. Outro

exemplo são as cirurgias realizadas com a ajuda da realidade virtual.

Victória contou que a forma mais fácil de observar a diversidade do metaverso é no universo dos games. Eles já dão uma noção mais clara desse avanço. “Jogos como Roblox e Fortnite são gigantes do mercado que são seus próprios mundos, e ganham cada vez mais usuários. Com a forte presença do público jovem nos metaversos, já começaram a surgir universidades, empreendimentos imobiliários, lojas, atendimentos psicológicos, todos feitos digitalmente, de avatar para avatar”, frisou a empresária.

Dentro deste recorte dos games, ela afirma que já ocorrem coisas inesperadas. “O que sempre consigo me surpreender é a qualidade dos ambientes digitais, e como as coisas realmente parecem reais”.

Até os olhos mais atentos se deixam levar nessa viagem “fictícia”. “Mesmo como arquiteta, e com o olhar atento a pequenos detalhes, me pego impressionada com a velocidade com que esquecemos que o que estamos vendo é virtual. Entramos nos jogos e ficamos totalmente imersos, o lado de fora deixa de existir durante aquele tempo. Perdi as costas de quantas vezes vi clientes acharem que estavam para-

do jogando em um ponto da loja, e quando tiravam o *headset*, viam que tinham andado, virado de costas, e estavam em um lugar diferente de onde começaram”.

De acordo com Victória, como toda grande mudança tecnológica, a popularização dos metaversos vai mudar significativamente a forma como as pessoas interagem. Foi assim com o surgimento do rádio, do telefone, do computador, da internet. “Com o metaverso não seria diferente. Acredito que ele tenha o grande poder de encurtar – ainda mais – as distancias entre as pessoas. Cabe a nós, porém, fazer isso de forma positiva”.

CAMINHOS DO FRIO

Rota Cultural chega a Bananeiras

Durante o dia, a proposta rural é o parque ecológico; à noite, a opção é a área gourmet, com muitos restaurantes



Fotos: Teresa Duarte

Além do Tributo a Pinto do Acordeon, Bananeiras estará repleta de atividades, promovendo a cultura local ao longo dos sete dias

Mayra Santos
mayraalvessantos@hotmail.com

Agora é a vez de Bananeiras receber a Rota Cultural Caminhos do Frio 2022. As festividades começam nesta segunda-feira (22). A Rota já passou pelos municípios de Areia, Matinhas, Solânea, Serraria, Alagoa Nova e Remígio sendo que neste último a programação encerra no domingo (21), dando continuidade às festividades em Bananeiras, do dia 22 ao dia 28 de agosto. O Caminhos do Frio deste ano homenageia o cantor e compositor paraibano Pinto do Acordeon, falecido em 2020. O evento que está em sua reta final, contará com apresentação do show de Mô Lima, filho do homenageado, na abertura da Rota em Bananeiras.

Além do Tributo a Pinto do Acordeon, o evento está repleto de atividades a fim de vivenciar a cultura local ao longo dos sete dias de festa. Além disso, será promovido oficinas de capacitação como oficinas de artes visuais, feira de artesanato oficina de fotografias, peça de teatro, festival gastronômico, show de calouros, grupo de repentistas, entre outras atividades.

De acordo com a Secretária de Turismo, Karina Leon, “estamos preparando muita cultura, muita música, homenagem a Pinto do Acordeon, começando com o filho dele Mô Lima que vai estar presente, queremos enaltecer também a história dele, a cultura, porque ele foi e é importante para nossa Paraíba e para o Brasil, além de prestigiar os artistas locais com oficinas,

inclusive, nos distritos, a gente quer fazer durante toda semana uma produção bem cultural”, afirmou.

Além disso, Karina Leon destacou a importância de Bananeiras como destino turístico. “Depois de Campina Grande, Bananeiras é um destino turístico muito forte para Paraíba e ficou como a terceira cidade mais visitada, segundo a Fecomércio”. Karina ressaltou ainda que a cidade possui ecoturismo e como a área rural é enaltecida por meio atividades com muita aventura, passeio de quadriciclo, entre outros.

“Abriu agora um parque ecológico com trilhas, tirolesa, a gente tem esse lado de aventura rural. Também temos o maior balancê do Brasil”. Essas são atividades que podem ser feitas durante o dia, mas para a noite, Karina contou que a cidade possui uma área gourmet com muitos restaurantes para todos os gostos. “Bananeiras é uma cidade para onde você vai e quer voltar”, frisou.

O presidente do Fórum de Turismo do Brejo Paraibano Jaime Souza evidenciou a importância do evento para a economia da região. “A nossa proposta é gerar emprego e renda para mais de 100 famílias até dezembro e nós estamos conseguindo através desse evento, novos empreendedores e comerciantes estão surgindo na gastronomia, no artesanato, na cafeteria, como guias turísticos, entre outros”.

Além disso, Jaime Souza disse que o brejo paraibano tem uma distância de um raio de 30km de um para o outro e que esse é um di-

“

Depois de Campina Grande, Bananeiras é um destino turístico muito forte para Paraíba e ficou como a terceira cidade mais visitada, segundo a Fecomércio

Karina Leon

ferencial da região. “Assim, é impossível não ficar hospedado em Bananeiras e não visitar Solânea, Remígio, Areia, uma vez que as cidades são muito próximas uma da outra”, pontuou.

A Rota Cultural Caminhos do Frio inclui os municípios de Areia (4 a 10 de julho), Pilões (11 a 17 de julho), Matinhas (18 a 24 de julho), Solânea (25 a 31 de julho), Serraria (1 a 7 de agosto), Alagoa Nova (8 a 14 de agosto), Remígio (15 a 21 de agosto), Bananeiras (22 a 28 de agosto), Alagoa Grande (29 de agosto a 4 de setembro).

Programação

Dia 22/8 – Segunda-feira

Tarde

- Feirinha de artesanato
- Apresentação de dança na praça

Noite

- Show com Mô Lima na praça

Dia 23/8 – Terça-feira

Manhã

- Exposição de quadros (Matheus Matias), no Espaço Cultural

Tarde

- Oficina de artes visuais, no Espaço cultural
- Peça teatral, no Ginásio do Tabuleiro

Noite

- Grupo Sanforina, na praça

Dia 24/8 – Quarta-feira

Manhã

- Oficina de Fotografia, no Espaço Cultural

Tarde

- Oficina de Bonecas, no Espaço Cultural

Noite

- Peça de teatro – Casamento Branco, no Espaço Cultural
- Show de Calouros, na praça

Dia 25/8 – Quinta-feira

Manhã

- Oficina dos santos em madeira, no Espaço Cultural

Tarde

- Festival Gastronômico, no Espaço Cultural

Noite

- Grupo Ideologia, na praça

Dia 26/8 – Sexta-feira

Manhã

- Grupo de repentistas, na feira

Tarde

- Apresentação Tambores da Serra, na praça

Noite

- Roof Time, na praça
- Vitor Brizeno, na praça

Dia 27/8 – Sábado

Manhã

- Trilha Cultural

Noite

- Programação na praça

Dia 28/8 – Domingo

Manhã

- Missa de Ação de Graças, Cruzeiro de Roma

Tarde

- Pôr do sol no Cruzeiro – Apresentação de violino, Cruzeiro de Roma



A cidade vai promover atividades de capacitação, como oficinas de artes visuais, feira de artesanato, oficina de fotografias, peça de teatro, festival gastronômico, show de calouros e grupo de repentistas



Foto: Cláudio Geraldo/Reprodução

A Igreja Católica São Sebastião, localizada no centro da cidade, é um dos maiores patrimônios culturais e históricos de Riachão do Bacamarte; sua história começa nas duas primeiras décadas do século 20

RIACHÃO DO BACAMARTE

Nome da cidade surgiu após incidente

Município do Agreste do estado já foi chamado de Assis Chateaubriand em homenagem ao jornalista paraibano

Sara Gomes
sragomesreporterauniao@gmail.com

Situado no Agreste paraibano, o município Riachão de Bacamarte foi batizado com esse nome porque, na passagem dos bandeirantes pela região, um deles deixou cair sua arma bacamarte. No entanto, nos registros da formação administrativa de 1996, a cidade foi chamada de Assis Chateaubriand, em homenagem a Chatô - o jornalista paraibano, considerado o magnata da comunicação brasileira. Um ano depois voltou ao nome de origem.

Grilo

Essa comunidade quilombola é uma das 38 da Paraíba, reconhecidas pelo Governo Federal

A comunidade quilombola do Grilo, localizada no alto da Serra Rajada, pertence à zona rural de Riachão de Bacamarte, teve o título reconhecido pelo Governo Federal como uma das 38 comunidades quilombolas da Paraíba. O topônimo Grilo, que deu nome ao território quilombola, surgiu a partir da denominação da fonte de abastecimento de água mais antiga da comunidade, conhecida como Cacimba do Grilo.

Conforme definição do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), as comunidades quilombolas são grupos étnicos, predominantemente constituídos pela população negra rural ou urba-

na, que se autodefine a partir das relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias.

Dentre as práticas culturais, existentes na comunidade quilombola, destacam-se o coco de roda e rituais como: os casamentos e costumes relacionados à morte, a confecção de renda labirinto e louças. Estes elementos culturais, que ligam o passado ao presente, mantêm a essência quilombola viva na comunidade. Os moradores da comunidade fabricam painéis de barro e Severino Felix, conhecido como Biu da rede, confecciona redes.

De acordo com o produtor cultural da prefeitura do município, Élisson Custódio, a comunidade atrai pesquisadores e turistas de todo o Brasil. A cachoeira de Cuités também apresenta potencial turístico. "No final da tarde, é possível apreciar o pôr do sol na comunidade. Por isso, a gestão vem melhorando a infraestrutura do local para receber cada vez mais visitantes", declarou.

A Associação das Artesãs Rurais de Serra Rajada, situada a nove quilômetros do município, foi fundada, em 1989, pela artesã Terezinha Cristóvão, quando ganhou o prêmio Humberto Maracanã. "Tenho orgulho de ser artesã. Eu e minhas irmãs aprendemos a bordar a renda labirinto com nossa mãe. Já participei de diversas exposições no Brasil, mas ir a Paris levando minha arte foi uma experiência inesquecível", frisou. Atualmente, a associação faz parte do Programa de Artesanato Paraibano, promovido pelo Governo da Paraíba.

A associação confecciona peças de labirinto, crochê, pintura, ponto cruz, tricô, macramê, fuxico, sandálias personalizadas, entre outros.



Foto: Cláudio Geraldo/Reprodução

A artesã Terezinha Cristóvão foi fundadora da associação, em 1989

Banda de forró da cidade alcançou projeção nacional

Na área musical, destacam-se a família de sanfoneiros do senhor Biu Carneiro, que passou os ensinamentos para filhos e netos. Seu filho, conhecido como Pingo do Acordeom, já participou do famoso forró pé de serra Os três do Nordeste, alcan-

çando reconhecimento nacional. Atualmente segue carreira solo, entre outros artistas do tradicional do forró pé de serra.

Na dança destacam-se a tradicional ciranda do sítio Grilo na comunidade quilombola. A bailarina Amanda Medeiros fun-

dou a escola Ballet Kairós. Já o coreógrafo e produtor cultural Élisson Custódio vem se destacando com sua arte, participando de congressos e festivais importantes, como por exemplo o Rio ZoukCongress e o Festival de Inverno de Campina Grande.



Foto:Élisson Custódio/Reprodução

A cachoeira de Cuités e a cultura da comunidade quilombola apresentam potenciais turísticos



Foto: Cláudio Geraldo/Reprodução

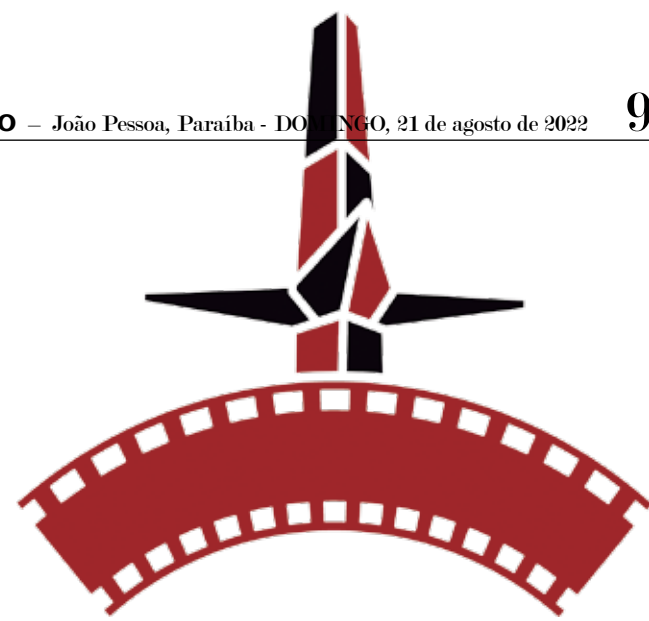
Imagem de São Sebastião foi doação de devota

Considerada um dos maiores patrimônios culturais e históricos de Riachão do Bacamarte, a Igreja Católica São Sebastião, está localizada no centro da cidade. Sua história começa aproximadamente nas duas primeiras décadas do século 20 conforme os relatos de pessoas mais idosas da cidade, relatando que seus pais ajudaram na construção da igreja.

A Igreja São Sebastião possuía uma estrutura de capela que com o passar dos anos foi reconstruída, pois segundo relato dos moradores, a fachada desabou. A igreja recebeu a primeira imagem de São Sebastião, doada por uma devota de nome desconhecido, que fez uma promessa durante uma viagem de navio, pois estava entrando água na embarcação. Em um momento de desespero pediu intercessão de São Sebastião para que chegasse até a Paraíba com vida. Desde o ocorrido, São Sebastião passou a ter muitos devotos em Riachão do Bacamarte, tornando-se o padroeiro da cidade, cuja data é celebrada no dia 20 de janeiro.

A programação religiosa, com missas, procissão, quermesse e novena, geralmente, acontece cinco dias antes do dia do padroeiro. Após a programação religiosa acontece a festa profana. Ao longo dos anos a igreja passou por algumas reformas, reparos e restaurações promovidas em prol de melhorias estruturais e manutenções necessárias para melhorar o ambiente e manter vivo aspectos históricos e litúrgicos, para que o patrimônio cultural esteja preservado em condições favoráveis.

Imagens: Reproduções



CONCEITO INOVADOR

Do tapete vermelho à mesa de negócios

Primeira edição do Festival Internacional de Cinema de João Pessoa ocorrerá entre os dias 26 e 30 de agosto

Joel Cavalcanti
cavalcanti.joel@gmail.com

O conceito da primeira edição do Festival Internacional de Cinema de João Pessoa (FestincineJP) passa por este conceito: do tapete vermelho à mesa de negócios. O evento ocorrerá entre os dias 26 e 30 de agosto na capital. Se por um lado o público poderá ver de perto as estrelas do cinema que virão ao festival, de outro haverá em pleno funcionamento um mercado aquecido que reunirá executivos das maiores empresas de audiovisual no mundo com realizadores paraibanos movimentando um montante estimado em R\$ 150 milhões.

A cerimônia oficial de abertura do FestincineJP vai acontecer no Largo do Centro Cultural São Francisco com a presença da Orquestra Sinfônica Municipal e da Companhia Municipal de Dança de João Pessoa. Mas antes mesmo que milhares de pessoas presenciem o evento, já estará instalada na Usina Cultural Energisa o ambiente de mercado da Ventana Sur, braço latino-americano do festival de Cannes voltado para a negociação de obras audiovisuais em vários países do mundo. “É intrínseca a relação do cinema com a

economia. Com o FestincineJP nós pretendemos criar, de forma pioneira, um espaço de negociação e criação de oportunidade para os realizadores”, explica o chefe da Divisão de Audiovisual da Fundação Cultural de João Pessoa, Paulo Roberto.

No primeiro dia do FestincineJP é provável que os espectadores comuns estejam com os olhos voltados para os filmes da programação. Mas, na área em que o festival se assemelha a uma feira, estará sendo firmada a parceria entre a João Pessoa Film Commission e a São Paulo Film Commission, a maior do gênero na América Latina. Uma Film Commission é uma instância governamental que trabalha exclusivamente para facilitar e apoiar a produção audiovisual em locais públicos. Essa regulamentação é definidora para atrair produções cinematográficas, televisivas ou publicitárias para uma cidade. “O Festincine tem o viés de mercado, que tem a missão de gerar oportunidades para os realizadores”, complementa o gestor de audiovisual da Funjope.

Na parte artística do festival, serão exibidos 12 filmes divididos em duas mostras competitivas, uma com seis curtas e outra com seis longas. A seleção foi

feita por uma comissão curatorial de profissionais renomados atuantes no mercado nacional e internacional na área de cinema e audiovisual a partir da inscrição de 392 filmes, sendo 51 longas e 341 curtas-metragens. Ao todo, dez países enviaram representantes: Estados Unidos, Espanha, Áustria, Argentina, Portugal, Chile, Colômbia, Cuba, Paraguai e Bolívia. Em pé de igualdade, disputarão os troféus nove longas e 42 curtas paraibanos. “Não existe um diferencial quanto à qualidade e ao que o filme tem de peso, que é sua excelência estética enquanto obra artística”, destaca Paulo Roberto. A seleção oficial estava prevista para ser divulgada na última sexta-feira (19).

Para assistir aos filmes, os espectadores poderão retirar gratuitamente os ingressos com uma hora de antecedência no Centerplex, do MAG Shopping. Serão duas sessões diárias, às 19h e às 21h30, com a exibição de um curta e um longa em cada uma delas. Os nomes de artistas, atores e diretores, que já confirmaram presença no evento são mantidos em segredo pela Funjope. Mas é certa a participação do diretor Jayme Monjardim, que, além de ter sido um dos incentivadores da ideia do

festival, vai integrar o júri da competição. A diretora, produtora e roteirista Laís Bodanzky também deve vir a João Pessoa. ‘A viagem de Pedro’, longa mais recente de Bodanzky, que conta com Cauã Reymond no papel do imperador Dom Pedro I, vai participar do FestincineJP como horsconcours, sem disputar as mostras competitivas.

Haverá ainda uma premiação paralela exclusiva para filmes de realizadores paraibanos. Em parceria com a Spcine Play, foi garantido que os filmes paraibanos que integram as mostras competitivas considerados os melhores do festival receberão um prêmio de aquisição. A plataforma de streaming da empresa de cinema e audiovisual da prefeitura de São Paulo vai incluir dois filmes da Paraíba em seu catálogo, oferecendo um contrato de R\$ 1,5 mil para o melhor curta e R\$ 6 mil para o melhor longa.

No ambiente de mercado, são 127 projetos aprovados para buscar parcerias com as maiores empresas de cinema e audiovisual do mundo. A maioria deles é de produtores paraibanos, que terão a oportunidade de oferecer propostas de parcerias com cerca de 25

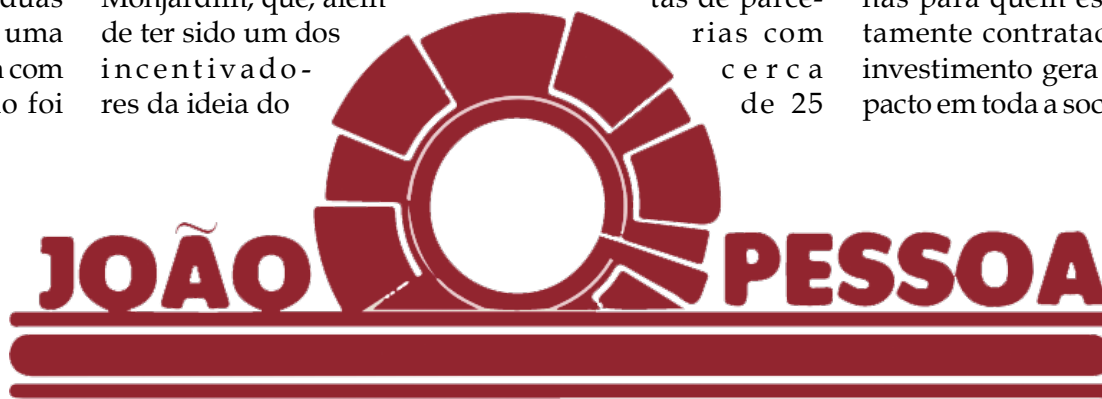
empresas em uma carteira diversificada, a exemplo do Grupo Belas Artes, Globo Filmes, Paramount Pictures, Warner Bros. Discovery, The Walt Disney Company Brasil, Sony Pictures, O2 Play e Conspiração. “Existe um interesse muito grande desses grandes players pelas produções paraibanas. Até o momento, nós teremos por volta de 150 reuniões, e boa parte do que tem chamado atenção é de projetos da Paraíba”, afirma Paulo Roberto.

Nessas ações voltadas para comercialização, negociação e rodada de negócios, cabe à organização do FestincineJP ser um elo entre os interesses comuns dos dois lados do balcão. Assim que os executivos manifestam interesse nos produtos paraibanos, é informado aos realizadores locais da possibilidade de negócio, e o FestincineJP oferece a infraestrutura para facilitar todo o trâmite comercial. A expectativa é que seja movimentado um montante de R\$ 150 milhões. “Esse valor será revertido ao cinema de João Pessoa e da Paraíba. Os profissionais atuantes em uma produção audiovisual gera emprego e renda não apenas para quem está diretamente contratado. Esse investimento gera um impacto em toda a sociedade”,

garante o chefe da Divisão de Audiovisual.

Os projetos paraibanos credenciados para entrar nesse mercado estão em variadas etapas de execução, seja em desenvolvimento, em produção, pós-produção, ou mesmo já finalizados. Isso é possível devido à diversidade de empresas que estarão em João Pessoa, que incluem canais de tvê paga, streamings e plataformas on-demand que podem licenciar, produzir ou distribuir os filmes do estado. Estão disponíveis projetos em longa-metragem, curtas e séries, entre documentários e ficções. Todo esse setor do FestincineJP, que inclui ainda palestras, workshops e mesas redondas acontecerão na Usina Cultural Energisa, em uma programação que terá início às 9h e se estende até as 17h. As entradas são gratuitas e não há necessidade de inscrição prévia, mas o público-alvo é o de produtores executivos e realizadores que compõem o mercado. O que o festival propõe é rodar cada vez mais filmes em João Pessoa para rodar as engrenagens da indústria cinematográfica local.

A Empresa Paraibana de Comunicação (EPC), que congrega o jornal A União, a Editora União e a Rádio Tabajara, está apoiando a realização da primeira edição do Festival Internacional de Cinema de João Pessoa.



Artigo

Estevam Dedalus
Sociólogo | colaborador

Nós e os outros

Uma importante consequência da condição gregária humana é o desejo de aprovação. Por mais individualistas que possamos ser, necessitamos, em algum grau, de aceitação social. Nossa autoestima e visão de si dependem sempre muito dela. Podemos imaginar que uma criança que cresça sendo tratada como idiota pelos pais e pessoas mais próximas se veja como idiota, ou, no mínimo, tenha sérios problemas em relação à autoimagem.

Certa visão filosófica vê na associação entre pessoas semelhantes uma fonte de felicidade. No mundo social, os iguais se atraem. A sensação de pertencer a um grupo, dividir as mesmas ideias, gostos, visões de mundo, valores morais, pode ser fonte de enorme satisfação pessoal.

Durante uma entrevista, Stan Lee (o criador do Homem Aranha e de outros importantes personagens de histórias em quadrinho) chegou a dizer que os leitores de HQ se sentiam especiais, por compartilharem um tipo de experiência única que as demais pessoas desconheciam. Haveria um quê “místico” em ler o último lançamento de uma prestigiada série de quadrinhos, enquanto as outras pessoas estão ocupadas com seus afazeres cotidianos.

Senti algo assim durante minha adolescência, em grupos de apreciadores de rock. Quando ouvíamos determinadas bandas, vinha sempre aquela sensação meio excêntrica – e um tanto pernóstica – de que estávamos vivendo algo realmente único e que, por isso, éramos pessoas “fora da curva”. Como fôssemos “guardiões do bom gosto musical”, pertencíamos ao seletivo grupo dos “melhores entre os melhores”. Esse, creio, é um sentimento comum a vários grupos juvenis e subculturas, elemento importante para a formação de identidades.

Howard Becker revelou como algo muito parecido ocorria entre os músicos de jazz, resultado de uma visão libertária. Eles acreditavam que a autenticidade de sua arte dependeria de sua própria excentricidade, condição que implicava num forte senso de liberdade que se expandia para outras esferas da vida, transformando-se em poderoso fermento para atos de rebeldia e toda a sorte de comportamentos não convencionais.

Para esses músicos, o princípio “ninguém pode dizer como devemos tocar ou agir” era o valor supremo. Um imperativo categórico. Na vida prática, isso significava uma atitude de complacência com a quebra de regras, encaradas como desejável. Becker conta que certo dia um

ônibus que transportava músicos de jazz quebrou no meio da estrada. Ao invés de ajudarem no concerto, contrariados, alguns rapazes resolveram atear fogo nele. O que seria visto com naturalidade e indescritível entusiasmo por seus colegas.

Os bastidores do jazz estão cheios dessas histórias. Como geralmente são contadas em rodas de conversas, elas passariam a pertencer a um reservatório de memórias coletivas. Pela importância dada aos atos extravagantes, não é de se estranhar que fosse corriqueira a pabulagem dos músicos em relação à violação de regras convencionais.

Outra coisa muito interessante é a maneira como dividiam a humanidade entre dois polos moralmente antagônicos. De um lado, os músicos de jazz; do outro os “quadrados”. A “quadrade” é o estado de ser de um “quadrado”. Ela abarcava as diferentes esferas da vida do indivíduo, o faz viver na mesmice e o torna um sujeito insípido, ridículo, risível, digno de pena ou desprezo.

Em contrapartida, os músicos de jazz teriam sido agraciados, misteriosamente, por um dom especial que se expressaria na música e no estilo não convencional de vida. Guardadas as devidas proporções, trata-se de uma versão secular e pitoresca da ideia de “povo escolhido”.

Estética e Existência

Klebber Maux Dias
klebmaux@gmail.com | colaborador

Poder político e violência

Violência pode ser estudada através das consequências de sua destrutiva força bruta e nas suas relações de poder político repressivo; tem a finalidade de exterminar a dignidade de um cidadão e as ações de bem-estar de todos, que são preservadas por grupos sociais. Essa perversidade é uma estratégia ideológica que tem o objetivo de “dividir para governar”. Geralmente, há nos governos os interesses do povo e os de uma classe aristocrática, esta é conhecida por uma forma de organização política em que o governo é centralizador, a fim de manter, com exclusividade, os privilégios financeiros dos seus aliados em um poder econômico. Nessa situação, na contemporaneidade, uma violência institucionalizada integra-se à robustez de estado, porque existe a incapacidade de evitar uma desunião generalizada. Apesar disso, sabe-se que um bom governante reconhece a necessidade de conviver com os conflitos; também, deve construir um respeito entre as forças políticas e organizar uma harmonia na ordem social.

A origem da violência pode ser entendida como uma agressividade instintiva no ser humano, causada pelo esforço de sobreviver na natureza, porque se deu por uma necessidade de organizar as primeiras comunidades e, principalmente, a escassez gerava um processo de agressividade humana diante das buscas das necessidades vitais para uma sobrevivência. Noutra situação, violência é estudada a partir das guerras, isto é, das conquistas territoriais e dos usos de seus recursos naturais que asseguram a preservação de tribos. Também é analisada através das causas que geraram estes processos dissociativos: os genocídios; as torturas; as intolerâncias raciais e culturais; as fundações de novos estados; a miséria; a humilhação; o desrespeito; a fome; as injustiças sociais e todas as ações que retiram toda dignidade humana. Nos dias atuais, a violência é parte integrante de uma estrutura social e determina a vida dos cidadãos, diante disso, observa-se um embrutecimento e patologias, alimentadas por uma ideologia de ódio e de falsos valores religiosos, que impõem a destruição do outro com a finalidade de determinar os limites de sociabilidade de grupos e de comunidades e do próprio cidadão, nas quais se integra a violência em todos os sentidos de destruições, direcionadas para exterminar uma constituição física, emocional e moral.

Existe o medo de se sentir excluído diante de tantos processos que preservam a dignidade e as necessidades vitais para uma sobrevivência. Diante disso, uma “pressão popular” fortalece um esforço de eliminar toda violência; e, também, de



Foto: Pixabay

extinguir uma convivência conflituosa e suas tensões provocadas pelos interesses do poder econômico sobre um poder político. Sabe-se que o estado e as leis devem eliminar todo tipo de violência, e tem de evitar que uma violência seja retirada com outra violência, porque a força exercida pelo “estado democrático” deve garantir a harmonia e o bem-estar de todos cidadãos, a fim de eliminar as violências nas relações políticas, que darão origens a outras formas de terror na sociedade e transformarão alguns cidadãos em loucos e conduzirão todos na mais terrível condição de miséria humana. O caos dessa violência implícita nas relações sociais e nas políticas de ódio, nos dias atuais, geradas a partir dos antagonismos de ideias e de interesses econômicos, pode ser eliminada por meio do diálogo que prioriza o bem comum. Isso fortalece o conjunto da “pressão popular” e suas instituições democráticas e estimula a participação dos cidadãos a criar novos princípios em uma harmonia para uma nova ordem social e política. Diante disso, nenhum cidadão se tornará uma ameaça para o outro, apesar de admitir a convivência com alguns políticos loucos. Essa situação de extrema desorganização social, também de terror, de desemprego e da coexistência com as mais cruéis ideologias de ódio, geradas pela falta de ordem social provocada pelo abandono de um estado e por leis que preservam a paz e a justiça social, que legitimam as condições para resolver os sofrimentos causados pela violência... tudo isso, em algum momento, estimularão os cidadãos a se unirem, porque existe uma força inata no ser humano de não suportar – por longo tempo – uma miséria e nem de conviver com o desespero, por consequência, a própria loucura humana se cansa de si mesma, e a convivência social e as “pressões do povo” garantirão a vida, a liberdade e, principalmente, o direito natural à dignidade humana.

A “ordem social” é um direito que

preserva a sobrevivência de todos. No entanto, esse direito surge no diálogo democrático e no respeito às leis, que deve ser construído através da “pressão popular” e com a soma das forças democráticas de bons cidadãos. E aos loucos são mantidas as suas dignidades, desde que ocupem os seus espaços nos limites de suas maldades para si mesmos, porque em algum momento... eles não se suportarão.

Concluo com uma parte do poema ‘No caminho com Maiakóvski’, do escritor e poeta brasileiro niteroiense Eduardo Alves da Costa (1936):

[...] Tu sabes,
conheces melhor do que eu
a velha história.
Na primeira noite eles se aproximam
e roubam uma flor
do nosso jardim.
E não dizemos nada.
Na segunda noite, já não se escondem:
pisam as flores,
matam nosso cão,
e não dizemos nada.
Até que um dia,
o mais frágil deles
entra sozinho em nossa casa,
rouba-nos a luz, e,
conhecendo nosso medo,
arranca-nos a voz da garganta.
E já não podemos dizer nada.

Sinta-se convidado à audição do 382º Domingo Sinfônico, deste dia 21, das 22h às 0h. Em João Pessoa (PB) sintoniza FM 105,5 ou acesse através do aplicativo <http://radiotabajara.pb.gov.br>. Iremos conhecer peças do pianista e compositor polonês Arthur Rubinstein (1887-1982), que sempre esteve ativo no apoio às instituições de caridade e realizava concertos para arrecadar doações financeiras para os Fundos de Emergência para Músicos e para a Associação de Saúde Mental, em vários países.

Kubitschek Pinheiro

kubipinheiro@yahoo.com.br

À beira da apoplexia

A semana passada, revi ‘Janela Indiscreta’, de Hitchcock, dos anos de 1950, mas eu não estava na janela e não o fiz antes porque tinha coisas combinadas. Estava na janela de Nelson Rodrigues, que certos brasileiros não me escutam. Ou só quando a bomba explodir. É que ainda não havia para Caetano, Rita Lee.

A personagem da basculante, toda ela, como quase toda a gente, retrata o sopro que se desfaz e volta a gelosia no dia seguinte, mas o seguinte pifou.

Vi numa janela on-line uma tela com um belo jarro de barro, cuja sombra amarela transforma a obra numa cena surreal descrita por B. Traven. Como assim? É que neste caso se estende até o “corujão” e lembra a obra de Renoir. Isso é local, nada a ver com o suspense de AH.

A passeadeira quase vermelha de uma entidade a quem se arrancou uma nostalgia num jogo de ficção e realidade sagaz, inteligente, ritmada, mas vive dizendo que só fecha sua janela, no último ferrolho.

Na calçada da praia, um homem velho canta Inês Caetano de Oliveira, a Marinês, e está tudo resolvido: “No meu Cariri, quando a chuva não vem, não fica lá ninguém, somente Deus ajuda”.

No meio da tarde, a neuroespecial Dra. DKassia acorda assustada na hora do elipses e avisa aos amigos enólogos da sua loja virtual de vinhos. Legal, né? Salve Dom Bosco!

No dramático terceiro ato, um trabalho de cortar coração, a personagem GliGli foi jogada aos Carcarás. Eu vi pela janela do carro.

Uma cola notável, a super blondie, que lacra geral as personagens da janela e bacanaís, encenadores que correm numa narrativa gritando Vitória da Conquista. Minha mãe dizia – “pode matar que é bicho”. Pode não, mãe, se matar vai pra cadeia. “Mas num vai mesmo”, emendava minha tia Jael.

Um escritor pb talentoso, tipo o Tao de literatura, ou daquilo que ele inventa para melhor chegar à cidade em romaria à sua verdade, que ninguém quer saber, oferece de graça e ainda fala cuspiando. De longe um odor que não tem quem agüente. Ué, as palavras fedem?

Palavras e espinhos.

Quando eu era pequeno meu pai me levava para Bonito de Santa Fé para aumentar fé e minha mãe para todos os velórios, por isso minha agonia, minha culpa, minha mínima culpa.

Delírios? Nada disso, são meus dedos aqui no teclado. Quando eu completar 70 anos vou reunir todas as tribos de JAH. Já?

Desejando, seduzindo pela teoria da teia do homem aranha, nunca mais vi Cal, o ermitão de Cruz das Almas.

A vida se encaminha para claros breus, diz o homem da janela.

No caso do pum, adivinha-se a presença da ficção, apesar de o chavão dizer que a realidade é sempre pior, por isso moro onde não mora ninguém.

De fato, o fogo fátuo e a ficção manobram a realidade. O celular toca sem parar, são os nobres candidatos a dePutados e senaDores, me pedindo o voto secreto, como quem quer encaixar o puzzle na vida do to be or not to be.

Eu que já andei pelos 7 buracos do Sertão, mas foi numa canção de Marília Mendonça, que me achei – “Quem eu quero não me quer, quem me quer não vou querer”. Por isso, não estou na janela.

PS: O homem da janela tinha razão, a culpa é da vizinha.

Kapetadas

1 – Crítica de gente fracassada é quase um elogio.

2 – A mulher do Goya era uma lambisgoia?

3 – Som na caixa: “Morena diga, onde é que tu tava/Aonde é que tu tava, onde é que tava tu”, Trio Nordeste.

Foto: Reprodução



Hitchcock (D) dirige Stewart e Grace Kelly em ‘Janela...’

Colunista colaborador

‘Não Deixe de Lembrar’, jamais, da força da arte...

Nem sempre a arte ousa confrontar o poder do Estado. Sobretudo, nas situações em que se vive um governo em regime de força. Ao que lembre, isso tem sido muito raro, pelo menos no cinema. Os governos autoritários, pelo que temos testemunhado, sempre foram unânimes em perseguir a expressão artística e seus autores. Mas a arte pictórica, mesmo silenciosa, como interpretação, pode sublevar-se contra quaisquer regimes que exista; até o ditatorial.

Esta semana assisti a um filme que trata disso. Uma produção alemã que se passa no período após Segunda Guerra. Baseado em fatos reais, segundo a sinopse, ‘Werk Ohne Autor’ (‘Trabalho sem autor’), que no Brasil ganhou o título de ‘Não Deixe de Lembrar’, é um drama interessante. Não obstante suas mais de três horas de duração, o que o torna cansativo, é uma obra que visa a natureza humana e o sonho de uma criança em ser artista plástico.

A história traz toda aquela arrogância nazista do Führer, através de seus comandados, mesmo como perdedores de

uma guerra. Fato esse mostrado no início do filme, durante inauguração da exposição de pinturas modernas, na comunidade de Dresden, arte considerada pelo regime hitlerista de então como “degenerada”.

O que mais choca nas declarações de reprovação do guia da exposição, ao conduzir os visitantes pelos corredores da mostra, é a sua postura de militar e representante do então regime. Mais ainda, em razão da presença de Kurt (Cai Cohrs), um garoto de cinco anos, levado por sua tia Elisabeth (Saskia Rosendahl) que o adverte para “nunca desviar o olhar porque tudo que é verdadeiro contém beleza”. Isso, em razão do discreto encantamento do garoto sobre as cores e formas, contrariando as posições descabidas do guia sobre as obras. E ele mantém esse conselho pro resto da vida, mesmo quando sua tia é levada pelos nazistas por suspeita de esquizofrenia. Evento que afeta sensivelmente o garoto, perturbando no futuro suas ideias sobre a arte.

Logo no início do filme, o guia nazista mostrando a Kurt uma pequena pintura

abstrata (que custara dois mil marcos) pergunta ao garoto se o pai dele pagaria dez centavos pelo quadro. Depreciando o valor da obra, afirma que o custo financeiro da tela representaria “o salário de um ano do trabalhador alemão”, pergunta ao garoto: “Em que seu pai trabalha?”. O garoto responde: “Ele está desempregado”. Moral: à época, uma nação que perdeu a guerra, mal vista no mundo todo, cheia de desempregados, mas que não perdeu a empáfia.

Rever a situação de uma Alemanha e seus comandantes, desacreditados política e socialmente por outras nações, ou como diz uma das críticas ao filme: “É a evocação de uma população e derrotada da guerra que não experimentou o comunismo como revolução, mas como uma substituição”.

‘Não Deixe de Lembrar’ dirigido pelo cineasta alemão Florian Henckel von Donnersmarck é um filme interpretado pelo ator Tom Schilling (Kurt pintor adulto) que motiva reflexões sobre os valores humanos, inclusive politicamente, nos dias em que vivemos, sobretudo no campo das artes.

Letra Lúdica

Hildeberto
 Barbosa Filho

hildebertopoesia@gmail.com

Antiliteratura e periferia

Os primeiros textos que li de Roberto Menezes foram no jornal Contraponto. Textos meio híbridos, oscilando entre o artigo, com suas digressões informativas, e a crônica, na possibilidade do teor literário. A nota unitária se deixava entrever, no entanto, na configuração do olhar realista diante dos fatos, personas e ocorrências do cotidiano.

O estilo direto, de tom mais para o baixo relevo e indiferente ao timbre do elevado, portanto, preciso, coloquial, irônico, sarcástico, trazia-me a sensação de que estava face a face com um escritor alheio ao brilho ocasional das falsas retóricas.

Se tal se dava com o texto jornalístico em âmbito cultural, o mesmo ocorre e com a mesma pegada insistente, no terreno mais movediço da prosa ficcional. Estou tateando as páginas de sua mais recente coletânea de contos, ‘Meio estreito’ (Nova Minas-MG: Caos & Letras, 2021), tocado pelo desafio de seus pequenos enredos, enraizados no pavor e no calor das anônimas tragédias do dia a dia.

A maneira de um Dalton Trevisan, de um João Antônio, de um Caio Fernando Abreu, de um certo Luiz Vilela ou mesmo das vozes mais imediatas de um Marcelino Freire ou de um Marcelo Mirizola, Roberto Menezes não teme o enfrentamento da perplexidade trágica que parece mover a vida de seus personagens, perdidos e desamparados num tempo/espço “meio estreito”, ou, quem sabe, sob o fogo irrespirável das “situações-limite”.

As duas epígrafes, uma, do ‘Sermão da montanha’, e a outra, de ‘Sutra da Gurilanda de Flores’, especialmente esta (“a natureza das coisas não tem um lugar de repouso”), preenchem, a contento, a função indicial no plano semântico e temático. Pois, é exatamente o contexto do não repouso, do desconforto, do constrangimento, da dissipação, do lugar, ou do não lugar, para o qual se volta a atenção do narrador.

Diria, ainda, que Roberto Menezes, nesse livro e em outros, como, por exemplo, ‘Despoemas’ (2011), ‘Palavras que devoram lágrimas (ou a felicidade cangaceira)’ (2012) e ‘Trago comigo as dores de todos os homens’ (2019), firma e reafirma o seu procedimento “antiliterário”, na medida em que investe em recursos inventivos pouco convencionais e indiferentes aos protocolos do cânone. Tanto no plano estilístico, inteiramente acomodado à fala sincopada e cortante de suas criaturas, quanto na técnica de composição, especular e “hipermimética”, como diria Alfredo Bosi, num de seus ensaios de ‘Literatura e resistência’.

Sua geografia é a região periférica, os bairros pobres e distantes da grande cidade, o urbanismo anônimo ignorado pelas políticas públicas. Seus personagens são o homem-massa, as figuras anódinas, os seres decepados pelas dores do mundo, os que parecem existir num beco sem saída e à beira do abismo.

O primeiro conto como que antecipa a descida aos infernos, trazendo, quase em ato alegórico, a figura do condenado: “Um lugar no tempo. Um momento do espaço. Praça. Público. Força. O condenado se aproxima. {...} O capataz desamarra as mãos. Desamarra os pés. O vento empurra o condenado. O condenado voa pela praça. Corpo no ar. O vento leva. O condenado sobe. Sobe. E some”.

Observe-se o poder eloquente da pontuação e das frases curtas, sintagmas isolados a cadenciar os passos da “tensão”, que ratifica, por sua vez, a “intensidade” e projeta a “significação”, para me valer das categorias teóricas de Julio Cortázar, sob as diretrizes do mestre Edgar Allan Poe.

A pequenina aventura de pai e filho, vendendo dindim na praia; o amor cíclico e desmedido de um casal incomum; um suicídio público no playtime; as inquietações de um pregador, e o delírio de um homem no hospital, entre outras, constituem as motivações que levam o autor a descrever toscos cenários, a narrar casos banais e espantosos, a refletir sobre a incontornável miséria da condição humana.

Digamos que cada história, em sua dimensão alegórica, faz a passagem do singular para o particular, e do particular para o universal, em que pese a perspectiva imediatista e quase transparente do jogo literário na captação da realidade. Roberto Menezes é desses escritores que não teme os riscos do erro, que não se submete ao glamour da norma culta e para o qual o avesso das coisas possui seu idioleto próprio e sua verdade incondicional.

De minha parte, não tenho medo dessa literatura que desdiz a literatura. Dessa literatura que se encrava nas vísceras do “brutalismo” temático e que, em seu hiper-realismo, sem intermediações retóricas e tradicionais, aposta na palavra coloquial, estilizando, em certo sentido, os cacotes linguísticos da cultura de massa. Substância e forma se fundindo numa expressão rasteira, ao rés do chão, porém, atenta ao pathos, à paixão ou ao sacrifício que regem a perpécia do destino humano. Aqui, se o grotesco não permeia os véus do sublime, exige, não obstante, os imperativos de sua verdade vital.

Esse percurso, que não é fácil, sinto que Roberto Menezes vem fazendo dentro de suas perspectivas literárias, enriquecendo, assim, o mapa dos prosadores contemporâneos na Paraíba, ao lado, entre outros, de um João Matias de Oliveira, Rinaldo de Fernandes, Antônio Mariano, Astier Basílio, Everaldo Soares Júnior, Tiago Germano e José Rufino.

APC se congratula com a nova academia

O jornalista, crítico e cineasta Alex Santos, Cadeira 5 da Academia Paraibana de Cinema, cujo patrono é o seu pai, Severino Alexandre Santos, pioneiro exibidor paraibano, recebeu esta semana no seu escritório, em Tambaú, visita da advogada Alexandra Cavalcanti Luna e do jurista Jorge de Luna Freire, filho do historiador paraibano João Lélis de Luna Freire. Na ocasião, Alex foi convidado a ocupar uma vaga na Academia Cabedelense de Artes e Letras Litorânea, que tem como foco uma orientação estudantil infantojuvenil. Como se sabe, uma proposta inovadora, em termos de entidade patronal.

Da relação de patronos oferecida a Alex, onde se destacam figuras do mais alto conceito artístico paraibano e nacional, o cineasta deve analisar a proposta, especialmente os nomes da área de cinema e teatro existentes. Mas lhe chamou atenção a Cadeira 4, cujo patrono é o ator e seu antigo parceiro Anco Márcio, com quem já trabalhou no cinema, dirigindo-o no documentário ‘Arribaço’, em 1967.



EM cartaz

BAGDÁ VIVE EM MIM (Baghdad In My Shadow. Reino Unido. Dir: Samir. Drama. 16 anos). As histórias de vida de estrangeiros que se cruzam num café na Inglaterra. CINE BANGUÊ: 18h (dia 21/8).

DRAGON BALL SUPER: SUPER-HERÓI (Dragon Ball Super: Super Hero. Japão. Dir: Tetsurô Kodama. Animação. 12 anos). O exército Red Ribbon havia sido destruído por Goku, mas alguns indivíduos decidiram levar adiante sua missão e criaram os andróides supremos: Gamma 1 e 2. Qual será o objetivo do novo exército?. CENTERPLEX MAG 1: 16h (dub.) - 18h30 (dub.) - 20h45 (leg.); CINÉPOLIS MANAÍRA 6 (dub.): 14h - 16h30 - 19h - 21h30; CINÉPOLIS MANAÍRA 7 (dub.): 15h30 - 18h - 20h30; CINÉPOLIS MANAÍRA 9 - MacroXE (dub.): 14h30 - 17h - 19h30 - 22h; CINÉPOLIS MANGABEIRA 1 (dub.): 14h30 - 17h - 19h30 - 22h; CINÉPOLIS MANGABEIRA 5 (dub.): 13h30 (sáb. e dom.) - 16h - 18h30 - 21h; CINE SERCLA TAMBIA 6 (dub.): 14h20 - 16h20 - 18h20 - 20h20; CINE SERCLA PARTAGE 2 (dub.): 14h20 - 16h20 - 18h20 - 20h20.

O LENDÁRIO CÃO GUERREIRO (Paws Of Fury: The Legend Of Hank. EUA. Dir: Rob Minkoff e Mark Koetsier. Animação. Livre). O perverso vilão felino Ika Chu e seu capanga Ohga se prepararam para pôr um plano terrível em prática que pode acabar com a cidade de Kakamucho. A tarefa de combater esse perigo é tomada por Hank, um cachorro que sonha em ser um grande samurai. Em pré-estreia. CINÉPOLIS MANAÍRA 2 (dub.): 14h40 (sáb. e dom.) - 17h45 (sáb. e dom.); CINÉPOLIS MANGABEIRA 2 (dub.): 13h (sáb. e dom.); CINE SERCLA TAMBIA 3 (dub.): 16h40 (sáb. e dom.); CINE SERCLA PARTAGE 4 (dub.): 16h40 (sáb. e dom.).

45 DO SEGUNDO TEMPO (Brasil. Dir: Luiz Villaca. Comédia. 12 anos). Para recriar uma foto tirada em 1974, Pedro (Tony Ramos) convida os dois amigos de escola que não via há 40 anos, Ivan (Cássio Gabus Mendes) e Mariano (Ary França). Porém, Pedro anuncia que pretende tirar a própria vida — mas, antes, não quer partir antes de ver seu time ser campeão. CINÉPOLIS MANAÍRA 1: 13h40 - 16h - 21h.

DC - A LIGA DOS SUPERPETS (DC League Of Super-Pets. EUA. Dir: Jared Stern. Fantasia. Livre). Krypto, o Supercão, e Superman, amigos inseparáveis, compartilhando os mesmos superpoderes e lutando contra o crime em Metrópolis lado a lado. Quando Superman e o resto da Liga da Justiça são sequestrados por Lex Luthor, Krypto forma uma equipe de animais de estimação que receberam superpoderes. CINÉPOLIS MANAÍRA 3 (dub.): 14h15; CINÉPOLIS MANGA-

BEIRA 4 (dub.): 14h; CINE SERCLA TAMBIA 3 (dub.): 14h30; CINE SERCLA PARTAGE 4 (dub.): 14h30.

ELVIS (EUA. Dir: Baz Luhrmann. Biografia. 12 anos). Décadas da vida de Elvis Presley (Austin Butler) e sua ascensão à fama. CENTERPLEX MAG 3 (leg.): 16h45 - 20h; CINÉPOLIS MANAÍRA 10 - VIP (leg.): 15h10 - 18h20 - 21h45.

A FERA (Beast. EUA. Dir: Baltasar Kormákur. Suspense. 14 anos). Para viver o luto recente da perda da esposa, Dr. Nate Daniels (Idris Elba) decide ir à África do Sul para passar férias com suas filhas (Iyana Halley e Leah Jeffries). Mas o passeio se transformará em um teste de sobrevivência quando um leão, o único sobrevivente de uma manada, começa a devorar qualquer um no seu caminho. CENTERPLEX MAG 4 (leg.): 21h; CINÉPOLIS MANAÍRA 3: 16h45 (dub.) - 21h15 (leg.); CINÉPOLIS MANGABEIRA 3 (dub.): 19h20 (exceto seg. e ter.) - 21h40 (exceto seg. e ter.); CINE SERCLA TAMBIA 3 (dub.): 16h40 (exceto sáb. e dom.) - 18h40 - 20h40; CINE SERCLA PARTAGE 4 (dub.): 16h40 (exceto sáb. e dom.) - 18h40 - 20h40.

GÊMEO MALIGNO (The Twin. EUA. Dir: Taneli Mustonen. Terror. 14 anos). Uma mãe (Teresa Palmer) vivendo o luto de um trágico acidente onde um de seus gêmeos perdeu a vida se muda para a cidade onde nasceu. Mas o que era para ser um recomeço, acaba se tornando um pesadelo quando forças malignas buscam dominar o outro filho. CINÉPOLIS MANAÍRA 1 (dub.): 18h30; CINÉPOLIS MANAÍRA 8 (dub.): 22h15; CINÉPOLIS MANGABEIRA 2 (dub.): 20h (exceto seg.).

MINIONS 2: A ORIGEM DE GRU (Minions: The Rise of Gru. EUA. Dir: Kyle Balda. Animação. Livre). Na década de 1970, Gru está crescendo no subúrbio. Fã de um grupo de supervilões conhecido como Vicious 6, Gru traça um plano para se tornar malvado o suficiente para se juntar a eles. Felizmente, ele recebe apoio de seus leais seguidores, os Minions. CENTERPLEX MAG 4 (dub.): 17h - 19h; CINÉPOLIS MANAÍRA 8 (dub.): 15h (exceto dom.) - 17h15 (exceto dom.); CINÉPOLIS MANGABEIRA 3 (dub.): 15h (exceto seg. e ter.) - 17h10 (exceto seg. e ter.); CINE SERCLA TAMBIA 5 (dub.): 15h - 17h - 19h; CINE SERCLA PARTAGE 1 (dub.): 15h - 17h - 19h.

PAPAI É POP (Brasil. Dir: Caio Ortiz. Comédia. 12 anos). Tom (Lázaro Ramos) vê sua vida mudar ao se tornar pai. Aos poucos, junto com a esposa (Paolla Oliveira), ele vai aprendendo o significado disso. CENTERPLEX MAG 2: 15h45; CINÉPOLIS MANAÍRA 8: 19h45 (exceto dom.); CINÉPOLIS

LIS MANGABEIRA 2: 15h10 (exceto seg.); CINE SERCLA TAMBIA 2: 16h; CINE SERCLA PARTAGE 3: 16h.

O TELEFONE PRETO (The Black Phone. EUA. Dir: Scott Derrickson. Suspense. 16 anos). Finney Shaw, um garoto de 13 anos, é sequestrado por um sádico serial killer (Ethan Hawke). No cárcere, ele encontra um telefone antigo desativado. Porém, o aparelho toca. CINÉPOLIS MANAÍRA 3 (leg.): 18h50.

TOP GUN: MAVERICK (EUA. Dir: Joseph Kosinski. Aventura. 12 anos). Depois de mais de 30 anos servindo de marinha como piloto de caça, Pete “Maverick” Mitchell (Tom Cruise) continua na ativa e treina um grupo de pilotos em formação para uma missão especial que nenhum “Top Gun” jamais participou. CENTERPLEX MAG 2 (leg.): 20h30.

THOR: AMOR E TROVÃO (Thor: Love and Thunder. EUA. Dir: Taika Waititi. Aventura. 12 anos). Thor (Chris Hemsworth) enfrenta um assassino galáctico (Christian Bale), que busca a extinção dos deuses. Para combater a ameaça, ele pede ajuda a sua ex-namorada, Jane Foster (Natalie Portman), que inexplicavelmente empunha seu martelo mágico. CINÉPOLIS MANGABEIRA 2 (dub.): 17h30 (exceto seg.); CINE SERCLA TAMBIA 2 (dub.): 18h10 - 20h30; CINE SERCLA PARTAGE 3 (dub.): 18h10 - 20h30.

TREM-BALA (Bullet Train. EUA. Dir: David Leitch. Ação. 16 anos). Ladybug (Brad Pitt) é um assassino azarado, recrutado por Maria Beetle (Sandra Bullock) para coletar uma mala em um trem-bala indo de Tóquio para Morioka. O destino, no entanto, pode ter outros planos. CENTERPLEX MAG 2 (leg.): 18h; CINÉPOLIS MANAÍRA 2 (dub.): 14h40 (exceto sáb. e dom.) - 17h45 (exceto sáb. e dom.) - 20h45; CINÉPOLIS MANAÍRA 11 - VIP (leg.): 14h45 - 17h30 - 20h15; CINÉPOLIS MANGABEIRA 4 (dub.): 16h30 - 19h10 - 21h50; CINE SERCLA TAMBIA 5 (dub.): 20h50; CINE SERCLA PARTAGE 1 (dub.): 20h50.

VIRA MAR (Brasil. Dir: Philipp Hartmann e Danilo Carvalho. Experimental. 10 anos). Ensaio entre o Sertão brasileiro e os pântanos no norte da Alemanha. CINE BANGUÊ: 16h (dia 21/8).

X - A MARCA DA MORTE (X. EUA. Dir: Ti West. Terror. 18 anos). Em 1979, um grupo de jovens cineastas vai para a zona rural do Texas com o intuito de fazer um filme pornô, mas a equipe vê-se obrigada a lutar pelas suas próprias vidas. CINÉPOLIS MANGABEIRA 3 (dub.): 22h15 (exceto seg.).

Serviço

• Funesec [3211-6280] • Mag Shopping [3246-9200] • Shopping Tambaú [3214-4000] • Shopping Partage [83]3344.5000 • Shopping Sul [3235-5585] • Shopping Manaira [Box] [3246-3188] • Sesc - Campina Grande [3337-1942] • Sesc - João Pessoa [3208-3158] • Teatro Lima Penante [3221-5835] • Teatro Ednaldo do Egypto [3247-1449] • Teatro Severino Cabral [3341-6538] • Bar dos Artistas [3241-4148] Galeria Archidy Picado [3211-6224] • Casa do Cantador [3337-4646]



SELEÇÃO CAMPEÃ

EPC NA COPA, É VOCÊ NO CATAR

A **Empresa Paraibana de Comunicação** entra em campo na **Copa do Mundo do Catar** com um projeto de **conteúdos exclusivo!**

Durante 4 meses, entre **21 de Agosto e 21 de Dezembro**, promoveremos uma série de programas e matérias especiais, em preparação para a competição, culminando na cobertura completa de tudo que acontecerá dentro e fora das quatro linhas do maior evento esportivo do planeta.

Seleção Campeã é a integração de um **time com tradição e presença em matéria de Esporte**.

Juntamos a profundidade analítica de **A União** com a ágil transmissão da **Tabajara**, para proporcionar uma **variedade de pontos de acesso** que não se resumem ao jornal ou a rádio, elevando o Mundial através daquilo que fazemos melhor: produzir **conteúdo de qualidade**.



● Programação antes da Copa
● Programação durante a Copa

Ⓣ Conteúdo na Rádio Tabajara
Ⓤ Conteúdo no Jornal A União

Programa Seleção Campeã

Programa especial na Tabajara e em formato podcast, com conteúdos temáticos, além de análises de grupos e seleções, antes e durante a Copa.

De olho no Catar

Quadro sobre o Mundial nos programas Cabine Esportiva e Tabajara Esportes.

Convocação

Transmissão ao vivo da Escalação da Seleção.

Minuto da Copa

Drops de curiosidades sobre as Copa.

Página Seleção Campeã

O Jornal A União também terá uma página com conteúdos especiais.

Tabela Seleção Campeã (coleccionável)

Clássica tabela de bolso para ser colecionada pelos torcedores - 5 modelos comemorativos - 58, 62, 70, 94 e 2002 -, com desenhos especiais que, lado a lado, formam uma única arte.

Tabajara Esportes no Catar

Nosso programa de esportes, em duas edições especiais para cobrir tudo sobre o Mundial.

Cabine Esportiva no Catar

Nosso tradicional programa semanal de análises passa a focar no que de mais importante acontece na Copa.

Esquenta Seleção Campeã

A animação do time Tabajara antes das partidas da seleção brasileira.

Boletim Especial

Flashes ao vivo com as últimas notícias do Mundial.

Tabela Seleção Campeã

Tabela em meia página do Jornal A União, atualizada a cada edição, com resultados e estatísticas das partidas.

ELEIÇÕES 2022

Campanha começa sem empolgação

Na primeira semana, candidatos optaram por reuniões, inaugurações de comitês, caminhadas e debates

Iluska Cavalcante
cavalcanteiluska@gmail.com

Uma semana dos curtos 45 dias de campanha eleitoral já se passaram e, até o momento, os candidatos ainda não mostraram para o que vieram. Entre caminhadas nas ruas e inauguração de comitês, a agenda dos candidatos nos primeiros momentos foi voltada para reuniões e debates na imprensa.

Além dos debates e entrevistas realizadas pela mídia, onde os candidatos ao Governo do Estado e ao Senado têm a oportunidade de discutir com seus concorrentes e mostrar suas propostas, na última semana os candidatos puderam começar a usar de artifícios como comícios, carros de som, adesivagem e panfletagem.

Se por um lado da corrida os concorrentes tentam convencer os eleitores que merecem seus votos, do outro está a população tentando avaliar quem é o melhor candidato. A juíza eleitoral da 76ª Zona Eleitoral do Estado, Renata Pires Belmont, comentou, em entrevista ao *Jornal A União*, qual seria o comportamento ideal nesse período, tanto para eleitores como para candidatos.

“Esse momento deve ser utilizado para o debate de ideias, apresentação de propostas, do perfil do candidato, dos seus projetos, das suas opiniões sobre temas de relevância social. Para que o eleitor possa escolher o candidato que de fato o represente, deve fazer um acompanhamento dos candidatos para que faça uma escolha consciente”, disse.

A campanha eleitoral teve início no último dia 16 de agosto, logo após o fim do prazo para realizar o registro de candidatura junto ao Tribunal Superior Eleitoral. Segundo prevê o Calendário Eleitoral, o período de propaganda termina em 1º de outubro, véspera do primeiro turno das eleições, que ocorre no próximo dia 2 de outubro.

De acordo com a legislação eleitoral, aplicada pelo TRE, carros de som, adesivagem e comícios, por exemplo, estão liberados. Por outro lado, outdoors, showmícios e telemarketing são métodos de campanha proibidos



Foto: Evandro Pereira

Candidatos e eleitores devem observar limites

Os candidatos e eleitores também precisam ficar atentos às regras da Justiça Eleitoral para as campanhas. Carros de Som, adesivagem e comícios, por exemplo, estão liberados. Por outro lado, outdoors, showmícios e telemarketing são métodos de campanha proibidos.

Segundo explicou a juíza eleitoral Renata Belmont, há limitações em todas as formas de propaganda. “Cada ato de propaganda tem um limitador, seja na questão do horário dos comícios, na questão do adesivo, por exemplo, que precisa micro-perfurante se for colocar no parabrisa, cada

Denúncias podem ser feitas pelos eleitores. A PM também fará as fiscalizações

ato tem uma limitação em si”. Caso alguma dessas regras seja desrespeitada, os acusados poderão estar sujeitos a multas. No caso dos eleitores, as multas variam entre R\$ 2 mil e R\$ 5 mil. Já os candidatos, além da multa, poderão perder a eleição caso o Ministério Público entenda que

ocorreu um abuso de poder político e econômico.

As denúncias podem ser feitas pelos próprios eleitores que perceberem as irregularidades, através do aplicativo Pardal, disponível para dispositivos android e IOS, ou diretamente nos Cartórios Eleitorais.

Maior preocupação é o combate à desinformação e às “fake news”

Uma das principais preocupações da Justiça Eleitoral durante o período de campanha têm sido as informações falsas. As fake news estão na lista de proibições do TSE nesse período: “Não poderá haver propaganda que divulgue ou compartilhe fatos sabidamente inverídicos ou gravemente descontextualizados que atinjam a integridade do processo eleitoral; que ofereça, prometa ou solicite dinheiro, dádiva, rifa, sorteio ou vantagem de qualquer natureza; que perturbe o sossego público, com algazarra, abuso de instrumentos sonoros e sinais acústicos; ou que incite atentado contra pessoa ou bens”.

Segundo comentou a procuradora eleitoral, Acácia

Suassuna, durante o sorteio da ordem de veiculação da Propaganda Eleitoral, veicular uma desinformação é um crime previsto no Código Eleitoral. “Qualquer partido político que for fazer alguma divulga-

ção na rádio ou televisão ou qualquer outro meio de propaganda ele precisa se assegurar que aquela informação é fidedigna, porque se ela não for e ficar provado que ele tinha conhecimento, isso enseja o crime previsto no artigo 323 do código eleitoral”.

Ela ressaltou ainda que o crime não apenas prejudica o candidato, como também tira a possibilidade do eleitor fazer uma escolha consciente. “É importante que os partidos fiquem em alerta para isso. Para que o eleitor tenha um voto seguro ele precisa estar amparado por informações seguras. Esse é um ponto que o Ministério Público vem sempre trazendo [...] tamanha a importância desse tema”.

Proibidas

As fake news estão na lista de proibições do TSE nesse período



Foto: TRE-PB/Divulgação

Procuradora Acácia Suassuna alerta para as proibições

Horário eleitoral gratuito terá início no próximo dia 26

O horário eleitoral gratuito no rádio e na televisão terá início no próximo dia 26 de agosto e vai até 30 de setembro para os candidatos que concorrem ao primeiro turno. O segundo turno será realizado no dia 30 de outubro, caso nenhum candidato alcance maioria absoluta dos votos válidos na primeira votação, conforme estabelece o artigo 77 da Constituição.

De acordo com as regras, ninguém poderá impedir a propaganda eleitoral nem

inutilizar, alterar ou perturbar os meios lícitos nela empregados, bem como realizar propaganda eleitoral vedada por lei ou por resoluções da Justiça Eleitoral. A legislação estabelece que a realização de qualquer ato de propaganda partidária ou eleitoral, em recinto aberto ou fechado, não depende de licença da polícia. O candidato, partido político, federação ou coligação que promover o ato fará a devida comunicação à autoridade policial com, no mínimo,

24 horas de antecedência.

Impugnações

Ao todo, 730 candidatos realizaram o pedido de registro de candidatura. Destes, 23 já receberam um pedido de impugnação pelo Ministério Público Eleitoral. O prazo para a Justiça Eleitoral divulgar o resultado das candidaturas registradas é o dia 12 de setembro, 20 dias antes do pleito.

Segundo a procuradora Regional Eleitoral (PRE) da

Paraíba, Acácia Suassuna, as impugnações são uma forma de proteger o patrimônio público. “Os recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanhas Eleitorais e o Fundo Partidário devem ser regidos com absoluta higidez, sendo destinados apenas aos custeios de candidaturas viáveis. Assim, diante dos elementos veementes que indicam o indeferimento das candidaturas, em razão da inelegibilidade, o pedido visa proteger o patrimônio públi-

co, evitando o dispêndio de recursos”, enfatizou.

O cargo mais disputado no Estado é o de deputado federal. Do total de inscritos, 235 querem uma das 12 cadeiras na Câmara Federal, fazendo com que a concorrência chegue a 19,58 candidatos por vaga. Essa estimativa cresceu em comparação com 2018, quando a competitividade era de 13,25 por vaga.

Para o cargo de deputado estadual, o número de candi-

datos disputando uma das 36 vagas na Assembleia Legislativa chegou a 455, nestas eleições, com a competitividade de 12,64 por vaga. Em 2018, eram 429 candidaturas, 11,92 por vaga.

A quantidade de candidatos a governador e senador também cresceu. Nestas eleições, são oito de cada cargo disputando apenas uma vaga. Em 2018, eram cinco concorrendo ao Governo do Estado e sete pleiteando duas vagas ao Senado.

ELEIÇÕES 2022

Candidatos temem rejeição e omitem nome de partidos

Políticos do Centrão são os que mais escondem as suas legendas na propaganda

Lauriberto Pompeu
Agência Estado

Já no primeiro dia de campanha eleitoral, candidatos omitem os seus partidos na propaganda divulgada nas redes sociais. Políticos do Centrão, grupo conhecido por aderir a qualquer tipo de governo independentemente da ideologia, são os que mais escondem suas legendas. Até mesmo os candidatos que lideram a disputa presidencial, o petista Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente Jair Bolsonaro (PL), deixam de informar seu partido nos santinhos eletrônicos.

Os candidatos a deputado federal que disputam a reeleição pelo partido do presidente estão entre os que mais escondem a sigla. A legenda é presidida por Valdemar Costa Neto, que já foi condenado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no Mensalão por vender apoio ao governo do PT.

Levantamento feito pelo Lagom Data, empresa de inteligência de dados, mostra que apenas 17,7% dos deputados federais do PL que tentam renovar o mandato em outubro deste ano contam aos eleitores a qual agremiação estão filiados.

Mais votado na eleição de 2018, o deputado Eduardo Bolsonaro, filho do presidente, também não menciona o PL. Seu santinho o apresenta como parlamentar que está “trabalhando por São Paulo e lutando por todo o Brasil”.

Esse comportamento dos políticos é retrato do enfraquecimento dos partidos brasileiros. Como mostrou o Estadão, as siglas lançam candidatos sem qualquer identidade programática e apenas visam colher votos para garantir mais recursos dos fundos partidário e eleitoral. É o número de deputa-



Foto: Elaine Menke/Câmara do Deputados

O deputado Eduardo Bolsonaro, que tenta a reeleição, omitiu o nome do PL na propoganda

dos eleitos que serve de critério para definir a cifra a que cada partido tem direito de receber. A consequência disso é que as negociações do Poder Executivo acabam se dando no varejo e não a partir das relações com os partidos e as propostas que defendem.

Rejeição

O cientista político Rodrigo Prando diz que os candidatos escondem seus partidos por causa do alto grau de rejeição que essas instituições têm no eleitorado. “Isso é uma característica muitas vezes do político que faz campanha despolitizada. Ele pleiteia um cargo público, mas ele sabe que há um desgaste enorme da política dentro da sociedade, uma re-

jeição aos políticos e em especial aos partidos.”

Ele também menciona que os próprios partidos fizeram movimento recente para limpar suas imagens ao tirar o P das siglas. “O PMDB tornou-se MDB, o PPS tornou-se Cidadania. São tentativas de diminuir essa rejeição ou camuflar o fato de ser uma agremiação política”, diz Prando.

O cientista político da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro Carlos Pereira acrescenta que o eleitor vota nas pessoas, não nos partidos: “O sistema eleitoral brasileiro fortalece os vínculos pessoais do político individual com os eleitores”.

Apesar da pouca importância e do tom de personalização das campanhas dados pelos políticos, o verdadeiro

“dono” do mandato de deputado é a sigla. O deputado é eleito no sistema proporcional pelo qual a soma dos votos destinados a cada partido define o número de vagas que ele vai ter no Legislativo. Nas eleições de 2018, por exemplo, 6,8 milhões de votos foram dados diretamente no partido. Eles representaram apenas 5,8% do total. A maioria foi dada ao PT e ao PSL, que rivalizaram na disputa presidencial com Bolsonaro e Fernando Haddad.

Para tentar fortalecer os partidos, em 2008, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aprovou resolução reforçando que o mandato pertence ao partido, não ao candidato. Assim, a troca pode levar o político a perda da vaga por infidelidade partidária.

Levantamento destaca a abrangência de legendas

O levantamento do Lagom Data mostrou que não são apenas os candidatos dos partidos do Centrão como PL e Progressistas que omitem suas siglas. Postulantes do Psol, PSD, Patriota, União Brasil, Podemos, Solidariedade e PSC também estão entre os políticos que não informam sua agremiação. PSDB e MDB também estão nessa situação.

A deputada Carla Zambelli, um dos principais nomes do bolsonarismo na Câmara, justifica não ter informado ser do PL aos seus eleitores por falta de espaço.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), também omite seu partido e diz em santinhos de campanha que “Alagoas quer, o Brasil precisa”, sem menção a sua sigla.

Outros países

A omissão dos partidos não é uma exclusividade dos

brasileiros. Nos Estados Unidos, por exemplo, segundo o cientista político Carlos Pereira, os candidatos republicanos e democratas chegam a usar a cor do partido adversário em suas propagandas para confundir o eleitor. “Lembro que quando morava em Michigan, no meio-oeste americano, tanto os candidatos republicanos como os democratas não diziam o partido a que pertenciam. Usavam, inclusive, a cor dos cartazes do partido rival para camuflar as suas vinculações partidárias para os eleitores”.

Já na vizinha Argentina, a situação é diferente em razão do modelo de votação vigente. “Em sistemas proporcionais com lista fechada, como na Argentina, não interessa ao parlamentar desenvolver vínculos individuais com os eleitores, mas sim partidários, o que fortifica as legendas”, explicou Pereira.

GCM - Cartório Claudia Marques
Serviço Notarial e Registral
Rua Presidente João Pessoa, nº 1055, Alhandra-PB
Email: contato@cartoroclaudiamarques.com.br - fone: (83) 3206-0070

EDITAL DE LOTEAMENTO

SERVÍÇO REGISTRAL IMOBILIÁRIO DA COMARCA DE ALHANDRA - ESTADO DA PARAÍBA - EDITAL PARA REGISTRO DE LOTEAMENTO PROTOCOLO Nº 037627 - CLAUDIA CRISTINA LIMA MARQUES, REGISTRADORA IMOBILIÁRIA DA COMARCA DE ALHANDRA, ESTADO DA PARAÍBA, NA FORMA DA LEI, FAZ PÚBLICO, PARA CIÊNCIA DOS INTERESSADOS, EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO ARTIGO 19, § 3º, DA LEI Nº 6.766, DATADA DE 19/12/1979, QUE A EMPRESA SYLAR PARTICIPAÇÕES E CONSULTORIA EM NEGÓCIOS LTDA, inscrita no CNPJ Nº 13.135.222/0001-63, situada à Rua Professor Joaquim Francisco Veloso Galvão, nº 1341, sala 03, Bairro dos Estados, na cidade de João Pessoa-PB, CEP 58.031-130, neste ato representada pelo sócio administrador Raimundo Souza Moura, brasileiro, empresário, portador do RG nº 4.997.965-6, emitido por SSP/SP, inscrito no CPF nº 368.448.968-91, casado, residente e domiciliado à Av. Umbuzeiro, nº 630, Apto. 1001, no Bairro de Manairá na cidade de João Pessoa-PB, conforme sétima e última alteração contratual de sociedade limitada, registrada na junta comercial do Estado da Paraíba - JUCEP sob nº 20190209500, aos 08/04/2019, Protocolo 190209500, datado de 05/04/2019, código de verificação 11901591878, constituída legalmente por despacho em 20/01/2011, NIRE 25200541197, na qualidade de proprietária do imóvel matriculado nesta Serventia sob nº 51.941, depositou à Registro o projeto e demais documentos exigidos pela Lei 6.766/79, relativos ao empreendimento denominado LOTEAMENTO BAIRRO NOBRE CARAPUBIS, encravado em uma área de terras próprias e urbana denominada Lote 1/6 da Quadra D-37 situado no Loteamento Cidade Baneirinha Novo Mundo, Município de Conde - PB, ocupando a fração ideal de 100,00% do imóvel que mede a área total de 118.000,00m², constituído de 13 Quadras residenciais medindo a área total de 91.861,99m², denominadas, QUADRAS: D-37H(40 lotes), D-37K(40 lotes), D-37L(40 lotes), D-37M(40 lotes), D-37N(40 lotes), D-37O(40 lotes), D-37P(40 lotes), D-37Q(40 lotes), D-37R(14 lotes), D-37S(14 lotes), D-37T(14 lotes), D-37U(12 lotes), D-37V(01 lote), e 01 Lote correspondente a Área de EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS, medindo 6.102,44m²; Incluídas 13 Áreas de Vias, medindo 13.744,91m²; e 26 Calçadas, medindo 6.290,66m², conforme Projeto Aprovado pela Prefeitura Municipal de Conde-PB, através do Processo nº 0240/2022/SEPLAN. Conspicuoando a Ocorrência com Alvará de Lotamento expedido aos 10/05/2022. Planta com carimbo de aprovação aos 09/05/2022, pela Prefeitura Municipal competente, devidamente assinados pelo Sr. Márcio dos Santos Simões, Secretário de Planejamento, Matrícula nº 11.037 e demais documentos exigidos pela Lei, devidamente Protocolados na data de hoje no Livro 1, sob nº 037627. Foi apresentado Termo de Compromisso para Execução das Obras e Serviços de Infraestrutura do Loteamento, firmado pela proprietária e a Prefeitura Municipal de Conde-PB, aos 11/08/2022, onde consta expressamente na Cláusula Nona que a Lotadora deverá promover o registro dos Projetos do Loteamento no Cartório de Registro de Imóveis competente no prazo legal de 180 dias, sob pena de não o fazendo ter revogada a aprovação correspondente. As exigências, dispensas, proibições e ressalvas, inclusive a indicação para cada lote estão contidas no memorial descritivo apresentado ao qual ficam fazendo partes integrantes do registro, bem como as demais cláusulas constantes do termo de caução, que serão lançadas no seu respectivo campo. Assinando como responsável técnica do empreendimento a Sra. Rafaela Augusta B. de Oliveira Camilo, Arquitecta e Urbanista - CAU A141918-8. O presente edital deverá ser publicado por 03(três) dias consecutivos em jornal de grande circulação, podendo este ser impugnado no prazo de 15(quinze) dias contados da data da última publicação. Segue abaixo a planta do empreendimento supramencionado. Alhandra, 18/08/2022. (6) Claudia Cristina Lima Marques. Oficial.

INSTITUIÇÃO DE BEM DE FAMÍLIA
Pelo presente Edital, fica instituído como bem de família, o imóvel: APARTAMENTO SOB Nº 511, do CONDOMÍNIO BOX 150, situado à Rua Waldemar Oliveira, sob nº 150, no bairro Jardim Oceania, nesta cidade, no Município de João Pessoa-PB, de propriedade de SUEMEY GOMES BEZERRA, conforme Escritura Pública lavrada no Livro nº 0399, fls. 055, em data de vinte dias do mês de Julho do ano de dois mil e vinte e dois (20/07/2022), no Cartório Eunápio Torres - 6º Ofício de Notas. João Pessoa-PB, 18 de Agosto de 2022.

Toca do Leão

Fábio Mozart
mozartpe@gmail.com | Colaborador

Sandoval Caju e a história da Tabajara

Acabei de ler o livro “O Conversador”, de Sandoval Caju, paraibano filho de Bonito de Santa Fé, onde veio ao mundo em 16 de novembro de 1923. Voltou ao pó primordial no dia 23 de maio de 1994, aos 70 anos, sacrificado pela senilidade e pelos cigarros Continental sem filtro, aniquilado por câncer de pulmão. Sandoval foi adepto da filosofia de Santo Isidoro de Sevilha: “Aprenda como se você fosse viver para sempre. Viva como se você fosse morrer amanhã”. O livro que li, do acervo de minha biblioteca particular, tem dedicatória do autor para a esposa do seu padrinho de crisma, o que torna esse exemplar inestimável e de grande valor histórico.

Sandoval Caju saiu da Paraíba e foi tentar a sorte no Rio de Janeiro, antiga Capital Federal, onde seu variado talento não foi reconhecido. Voltou a João Pessoa e mandou rodar um cartão de visitas: “Sandoval Caju, locutor da Rádio Relógio do Distrito Federal”. Com essa credencial, apresentou-se na Rádio Tabajara da Paraíba e arranhou vaga de locutor. Ninguém percebeu a pilhéria de Caju, porque na realidade a Rádio Relógio só informava a hora, apenas a hora certa, durante 24 horas. Não havia locutor na Rádio Relógio. Com essa vivacidade e imaginação, Caju se tornou um dos maiores radialistas do Nordeste. Ele conta que, vivendo em Maceió, Alagoas, arranhou licença de três meses para tratamento de saúde. Foi visitar sua querida Paraíba, onde muita gente conhecia seu trabalho pelas ondas hertzianas da Rádio Difusora de Alagoas. Aceitou o convite de Carmelo dos Santos Coelho, diretor geral da Rádio Tabajara, à época, para assumir a função de locutor chefe da emissora oficial do Estado. “Minha temporada tabajarina foi inesquecível, pelo excelente relacionamento que mantive com os companheiros naquela estação de rádio paraibana e as boas amizades que fiz no seio das mulheres ouvintes do programa ‘Página poética’ e a conexão com as pessoas do povo no meu programa bacurau ‘Papo noturno’”, confessa Caju em seu livro. Não sei o que ele quis dizer com essa gabolice de que fez sucesso no seio das mulheres, dado seu jeito irreverente, espirituoso e repentista de ser. O fato é que Sandoval Caju fez muito sucesso em João Pessoa e Maceió, principalmente nos programas de auditório. Na Difusora de Alagoas, ele comandava o programa “Palito de fósforo”, o espetáculo mais incendiário do rádio naquela época.

Na Rádio Tabajara, ele também apresentava o programa “Quartel General do Rádio”. O jornalista Pedro Macedo testemunhou: “Como locutor e animador de auditório, gozando de grande prestígio popular, aproveitou os espaços que os seus programas ofereciam e fez vitoriosa carreira política”. Durante a campanha, ia para as praças todo vestido de branco e, de cima de um caminhão, começava seus discursos com a seguinte frase:

“Vim de branco para ser claro!”

E tanto foi de branco e tanto foi claro que acabou ganhando as eleições e se elegendo prefeito de Maceió, nas eleições de 3 de outubro de 1960. Com o golpe civil-militar de abril de 1964, Sandoval Caju foi cassado e deixou a Prefeitura no dia 8 de abril daquele ano. Seus direitos políticos somente foram restabelecidos em janeiro de 1979.

Ainda conforme Pedro Macedo, em entrevista para o Diário de Pernambuco de 21 de fevereiro de 1978, Sandoval contou que nos dois anos imediatamente após a cassação passou por “muitas necessidades”: “E o pior que não podia exercer a minha única profissão, a de advogado, por consequência revolucionária. Alguns débitos contraídos por mim foram pagos pelo meu pai, que veio da Paraíba”.

Sandoval Caju jamais se considerou locutor de rádio profissional. No livro, ele confessa que já estava “cheio” de fazer o papel de “artista” que “não era, não fui e nem sou”. Enjoado de “fazer rádio”, Sandoval demitiu-se da Tabajara em 1951. Foi para Maceió batalhar outro meio de vida e acabou voltando aos microfones. É como eu digo: radialismo é paixão, é cachaça, é doença da qual ninguém se reabilita. Hoje em dia, quando eu sento na bancada desta mesma Rádio Tabajara para fazer nosso programa sabatino “Alô comunidade”, me vejo nessa condição de amador, dividindo minhas ideias com os ouvintes sem necessariamente ser profissional do microfone. Amador, no dicionário: aquele que ama o que faz, entusiasta de sua atividade, sem interesse monetário.

Colunista colaborador

MOVIMENTOS DA PRIMEIRA REPÚBLICA

Parlamento na proteção da cultura

Em 1920, artistas, políticos e intelectuais se mobilizaram para denunciar o descaso com o patrimônio histórico

Ricardo Westin
Agência Senado

Se hoje os bairros coloniais de Ouro Preto, Diamantina, São Luís, Olinda e Salvador gozam de proteção legal e se mantêm preservados, isso se deve a uma reviravolta cultural que começou a se desenhar no Brasil em 1920.

Foi na Primeira República que intelectuais, artistas e políticos, de forma inédita, se mobilizaram para denunciar que o patrimônio histórico e artístico do país agonizava. Edificações antigas eram sistematicamente danificadas ou demolidas e obras de arte sacra iam para o exterior como contrabando, tudo isso sob o olhar negligente da sociedade.

Em 1923, o deputado federal Luís Cedro (PE) apresentou um projeto de lei que previa a criação da Inspeção dos Monumentos Históricos. A nova repartição faria o tombamento dos imóveis históricos e dos de interesse artístico, fossem eles públicos ou particulares. Na fachada, ostentariam uma plaquinha com os dizeres “monumento nacional”.

O primeiro passo foi dado pela Sociedade Brasileira de Belas Artes, que encomendou uma sugestão de projeto de lei ao arqueólogo russo Alberto Childe, um dos curadores do Museu Nacional (o mesmo destruído pelo fogo em 2018, no Rio de Janeiro). Em agosto de 1920, Childe entregou a minuta, que determinava a expropriação de todos os “objetos e lugares” históricos que se descobrissem no Brasil e a transformação deles em “propriedade da nação brasileira”.

A preocupação com o patrimônio cultural nasceu justamente nesse momento em razão de pelo menos quatro fatores. O primeiro deles foi o interesse da Primeira República em apagar o passado. Em seu período de consolidação, o regime republicano, imposto apenas três décadas antes, não quis saber de nada que remetesse ao Império e até mesmo à Colônia.

Na época em que o deputado Cedro apresentou seu projeto, a Câmara punha sua primeira sede no chão, a chamada Cadeia Velha, no Rio de Janeiro, e iniciava as obras de um novo edifício no mesmo local. A Cadeia Velha fora construída 200 anos antes. Nela, esteve preso o infidélito Tiradentes antes de ser enforcado, em 1792. Também nela, funcionou a primeira Assembleia Constituinte do Brasil, em 1823.

Indignação

O senador Irineu Machado (DF) foi uma das vozes mais indignadas:

“A Câmara resolveu demolir, em vez de procurar guardar, em uma obra de restauração, os muros históricos do cárcere de Tiradentes. Vivemos mais preocupados com a modificação da estética de um jardim do que com os deveres de guardar as páginas da nossa história”.

Para a alegria dos antiquários, os governantes da Primeira República enxergavam como velharia os ornamentos das igrejas barrocas de Minas Gerais e do litoral do Nordes-

te. Peças desse tipo eram oferecidas livremente por casas de leilão, parte delas arrematadas por colecionadores do exterior.

Logo após apresentar sua proposta, o deputado Cedro fez um discurso no qual tentou convencer os colegas a aprová-la recorrendo à situação de um convento baiano do século 17:

“O Convento de Santo Antônio de Paraguaçu, na cidade de Cachoeira, foi literalmente saqueado. As esculturas sacras, os mosaicos, uma preciosa *boiserie* [moldura de parede em alto relevo] de jacarandá, os altares e toda a prataria foram rateados entre compradores estrangeiros. Vi os seus silhares de velhos azulejos portugueses, já em poder do meu amigo o doutor José Mariano Filho, a quem foram revendidos por alto preço. Esse colecionador de gosto, que todos conhecemos e tem interesse vigilante pelas nossas coisas de arte, muito sofre com essa operosa e sistemática destruição e por isso mesmo me deu um grande estímulo para a apresentação deste projeto”.

O segundo fator que pôs o patrimônio cultural em pauta na virada da década de 1910 para a de 1920 foi o surto de reformas urbanas que vinha ocorrendo desde o começo do século. No afã de ordem e progresso, grandes cidades como Rio de Janeiro, São Paulo e Recife destruíram bairros tomados por casebres insalubres e ruelas tortuosas e no lugar abriram grandes bulevares e praças e construíram pomposos edifícios públicos.

O historiador Ricardo Oriá, consultor legislativo da Câmara dos Deputados nas áreas de educação e cultura e autor de um estudo sobre a história do patrimônio cultural brasileiro, aponta o terceiro fator:

“Com a proximidade das comemorações do centenário da Independência, em 1922, o interesse pela história nacional e a preservação de nosso passado ganharam relevo.” Tanto assim que foi nesse mesmo ano de 1922 que se criou a nossa primeira instituição museológica de caráter eminentemente histórico, o Museu Nacional Histórico, no Rio de Janeiro.

Ao mesmo tempo, artistas que em 1922 protagonizariam a célebre Semana de Arte Moderna, em São Paulo, criticavam a mania da elite brasileira de imitar os padrões artísticos da Europa e renegar as próprias raízes. Na visão deles, o país deveria resgatar e valorizar o velho barroco, este sim o genuí-

no estilo de arte nacional. Ouro Preto, ícone do barroco, estava abandonada desde 1897, quando deixou de ser a capital de Minas Gerais.

Em 1919, o escritor modernista Mário de Andrade esteve pela primeira vez nas cidades históricas mineiras e conheceu as obras de Aleijadinho. Em 1924, ele voltou a Minas Gerais, dessa vez acompanhado de colegas como a pintora e desenhista Tarsila do Amaral e o poeta Oswald de Andrade. A expedição ficou conhecida como Viagem de Descoberta do Brasil.

A defesa contundente que os modernistas fizeram do barroco apareceu como o quarto fator que sacudiu o Brasil para a importância de seu patrimônio histórico e artístico.

Novo projeto

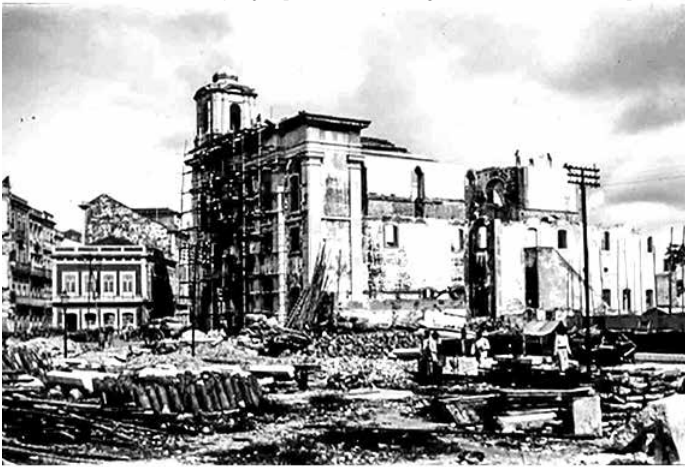
Em 1924, a Câmara recebeu o segundo projeto de lei dedicado a preservar o patrimônio cultural. Elaborado pelo deputado Augusto de Lima (MG), proibia o envio de obras antigas de arte

tas de 1923 e 1924. O departamento a ser criado se chamaria Inspeção de Defesa do Patrimônio Histórico-Artístico Nacional. Em caso de infração, a multa poderia chegar a 300% do preço da peça contrabandeada ou do imóvel reformado sem permissão. O deputado era neto do Barão de Cotegipe, senador e primeiro-ministro da época de Dom Pedro II, daí seu especial interesse pela história do Brasil.

Propostas na gaveta

As propostas de Luís Cedro e Augusto de Lima foram logo engavetadas. Na visão dos parlamentares da época, os bens privados não poderiam ser tomados porque isso colidiria com o supremo direito à propriedade previsto na Constituição de 1891. Os dois projetos nem chegaram ao Senado. O de Wanderley Pinho parecia ser mais promissor que os anteriores, mas acabou sendo abortado pela Revolução de 1930, que pôs Getúlio Vargas no poder e fechou o Congresso Nacional.

Fotos: Benício Dias/Fundação Joaquim Nabuco e Augusto Malta/Museu da República



Reformas urbanas no Recife e no Rio de Janeiro no início do século 20

nacional para fora do país. Caso desejasse vender peças desse tipo, o proprietário deveria oferecê-las ao governo federal, que teria a preferência na compra. A punição para o infrator seria uma multa de 50% do valor da obra desviada. Lima era poeta e imortal da Academia Brasileira de Letras (ABL).

Em 1930, foi a vez do deputado Wanderley Pinho (BA). O projeto que ele escreveu englobava dispositivos das propos-

1933 e 1934

Nas discussões da Assembleia Nacional Constituinte de 1933 e 1934, o tema voltou com força total.

Os parlamentares dessa vez entenderam que o direito à propriedade não poderia ser exercido contra o interesse social. Em 1934, a terceira Constituição brasileira entrou em vigor impondo à União, aos estados e aos municípios o dever de “proteger

os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do país”.

No plano mundial, o Brasil chegava com atraso à salvaguarda legal do patrimônio. Na França, esse era um assunto de Estado desde o fim do século 18, plena Revolução Francesa, quando o bispo e senador Henri Grégoire cunhou o termo “vandalismo”. Ele recorreu aos vândalos, povo bárbaro célebre por saquear Roma no século 5º, para opor-se à destruição, perpetrada tanto pelo governo revolucionário quanto pela população enfurecida, de monumentos que remetiam ao despotismo do antigo regime.

Às vésperas da criação da lei egípcia, o imperador Dom Pedro II fez uma excursão pelo país e trouxe como recordação um sarcófago contendo uma múmia. O tesouro foi destruído no incêndio no Museu Nacional, em 2018.

O dispositivo da Constituição de 1934 referente ao patrimônio cultural, contudo, não era autoaplicável. Para sair do papel, carecia de regulamentação.

Getúlio Vargas

Em 1935, o governo Vargas solicitou ao escritor Mário de Andrade, nesse momento chefe do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, que preparasse um anteprojeto, a ser remetido ao Congresso Nacional, de criação do Sphan e das regras de tombamento.

Em 1936, enquanto o projeto de lei conservador ainda estava em análise no Senado e na Câmara, o Sphan começou a funcionar experimentalmente, sob o guarda-chuva do Ministério da Educação e Saúde. O primeiro diretor foi o advogado e jornalista Rodrigo Melo Franco, que permaneceria no cargo por três décadas. Ele nasceu em 17 de agosto, daí ser esse o Dia Nacional do Patrimônio Histórico.

Em 1937, Vargas deu outro golpe de Estado, agora implantando a ditadura do Estado Novo, e o Congresso Nacional foi mais uma vez dissolvido. O ditador aproveitou o conteúdo do projeto de lei que os senadores e deputado estudavam e poucos dias depois do golpe, com um ou outro ajuste, o transformou em decreto-lei.

De acordo com a historiadora Tatiana Sena, professora do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais e autora de uma dissertação de mestrado sobre a proteção do patrimônio cultural, a criação do Sphan fez parte das estratégias de poder de Vargas:

“Getúlio Vargas se dedicou a criar o moderno Estado brasileiro (em contraposição ao que se considerava atraso da Primeira República). Para forjar a imagem de um governo revolucionário e construtor da modernidade, ele entendeu que seria preciso elaborar uma nova narrativa a respeito da nação. Essa narrativa seria escrita a partir de uma seleção de monumentos históricos e artísticos que representassem um passado heroico e glorioso e, ao mesmo tempo, reforçassem a identidade nacional.

Com a mesma estratégia, povos europeus haviam criado suas leis de proteção do patrimônio no século anterior, no momento em que se constituíam como Estados nacionais.

Correndo atrás do prejuízo provocado por tanto tempo de descaso com o patrimônio cultural, apenas em 1938 o Sphan tombou nada menos do que 250 bens, boa parte deles exemplares do barroco colonial. Nos anos seguintes, os números não seriam tão eloquentes. A denominação Iphan seria adotada em 1970, desapareceria alguns anos depois e retornaria em definitivo em 1994.

Em 1973, o Iphan tomou uma de suas decisões mais críticas. No Rio de Janeiro, o instituto tombou o Teatro Municipal, o Museu Nacional de Belas Artes e a Biblioteca Nacional, mas negou proteção ao Palácio Monroe, que fora a segunda sede do Senado. Os quatro edifícios públicos de estilo eclético se localizavam na Cinelândia, construídos na grande reforma urbana pela qual a capital do Brasil passou no início do século 20. O único a não ganhar o status de patrimônio nacional, o Monroe, onde os senadores haviam trabalhado durante 35 anos, seria demolido em 1976 para dar lugar a uma praça.

A partir de 1934, todas as Constituições brasileiras determinaram a proteção do patrimônio cultural.

Em 2000, dando um passo importante, o governo resgatou as ideias propostas quase sete décadas antes por Mário de Andrade em seu anteprojeto e criou a figura do bem cultural de natureza imaterial.

Conhecimentos tradicionais, celebrações, formas de expressão e lugares passaram a ser registrados e protegidos de forma semelhante aos bens de natureza material.

Atualmente, a lista do patrimônio imaterial contém 50 bens culturais protegidos, como a capoeira, o frevo, o bumba meu boi, a literatura de cordel e as baianas de acarajé.

Entre os 1,2 mil bens materiais tombados desde a criação do Iphan, estão as pinturas rupestres da Serra da Capivara (PI), os profetas de Aleijadinho na cidade de Congonhas (MG), o prédio do Congresso Nacional (DF), as ruínas jesuítas de São Miguel das Missões (RS) e os achados arqueológicos do Cais do Valongo, antigo porto do comércio de escravos no Rio de Janeiro.

Oportunidade de emprego

A TESS Indústria, seleciona Pessoas com Deficiência (PCD) os interessados deverão enviar o currículo para o site jobs. kenoby.com/tess.”



Nancy Matoso Trombetta, Mônica Mendes, Geraldo Moura Ramos, Tota Franca, Pedro Severino Sousa, Leandro Ramalho, Guia Araújo, Irenaldo Quintans e Dalva Rocha, são os aniversariantes da semana.



A tradicional Galeria Gamela, dentre outros estabelecimentos comerciais da cidade, foi homenageada com o título de "Patrimônio da Cidade", durante evento que aconteceu na Livraria do Luiz. A homenagem, concedida pela Secretaria de Estado da Cultura e Museu Cidade de João Pessoa, por meio dos presidentes Damião Ramos e Dyógenes Chaves, respectivamente, contou com a presença da executiva Socorro Ramalho e da diretora do Arquivo Afonso Pereira, Daniella Pereira (na foto, entre a diretora da Galeria Gamela, Rosely Garcia, e seu filho, Emi Garcia).



Everaldo Nóbrega, na foto com Roberta Aquino e Madeleine Braga, lançou, com sucesso, seu novo livro, "Memórias de um Bancário", trabalho muito interessante e que pode ser adquirido na Doceria Briand, em Tambaú.



Mar do Sertão, a novela da Globo que estreia nesta segunda-feira (22), terá a neta da nossa amiga Ezilda Rocha, a paraibana Isadora Cruz, como protagonista, fazendo o papel de Candoca, no folhetim escrito por Mário Teixeira.

O presidente da Federação das Indústrias da Paraíba, presidente da FIEP, Francisco Buega Gadelha, foi eleito novo acadêmico da Academia Paraibana de Engenharia, entidade cultural presidida pelo engenheiro Sérgio Rolim de Mendonça. Na posse, que vai acontecer no próximo dia 28 de agosto, ele assume a Cadeira de nº 3.



Os amigos e intelectuais Gerardo Rabello, Nonato Guedes e Manoel Raposo celebram a amizade durante almoço no restaurante Sonho Doce, no Centro da Capital paraibana.

A Federação de Jornalistas e Comunicadores de Turismo, seccional paraibana, vai realizar reunião na próxima quarta-feira (24), no restaurante Estaleiro, magnífica casa gastronômica, localizada na Praia do Seixas, Litoral Sul paraibano.



Cajazeiras viveu uma semana de intensa programação alusiva ao Dia da Cidade. Sensível às comemorações, louve-se a atuação do poder municipal que, inclusive, dotou a cidade de um Espaço Cultural que abrigará a Secretaria de Cultura e a sede da Academia Cajazeirense de Artes e Letras e destinar-se-á a eventos de natureza literocultural da terra do Padre Rolim, cuja data se celebra neste 22 de agosto. A notícia nos é transmitida pelo Professor Francelino.



A atuante defensora pública Berthezene Barros da Cunha Lima Martins está concorrendo a uma vaga no Conselho Superior da Defensoria Pública. Além dela, 16 defensores concorrem ao cargo na eleição que vai acontecer no próximo dia 16.

O SERHS Natal Grand Hotel & Resort, do grupo catalão SERHS, localizado na Via Costeira, em Natal, foi eleito melhor resort do ano na categoria MICE, levando para casa o reconhecimento e troféu Megafone de Ouro, honraria concedida pelo Prêmio Live 2022. Representaram o SERHS Natal a diretora de recursos humanos, Samara Câmara, e a gerente de vendas nacional MICE, Aline Faria (foto).



IMOBILIÁRIA PARAÍBA PROPERTY
www.paraibaproperty.com.br
+55 83 99302-7071

Contabilize
Consultoria e Assessoria Contábil

LIVRE-SE DAS DORES NA COLUNA SEM CIRURGIA
FONE: (83) 3204-0423 / 98708-8189
DOUTOR HERNIA

Selic

Fixado em 3 de agosto de 2022

13,75%

Sálário mínimo

R\$ 1.212

Dólar \$ Comercial

-0,08%

R\$ 5,168

Euro € Comercial

-0,61%

R\$ 5,189

Libra £ Esterlina

-0,82%

R\$ 6,115

Inflação

IPCA do IBGE (em %)

Julho/2022 -0,68

Junho/2022 0,67

Maior/2022 0,47

Abril/2022 1,06

Março/2022 1,62

Ibovespa



ESTATÍSTICAS DA PARAÍBA

Mulheres conquistam mais espaço no trabalho formal

Maior parte das vagas no primeiro semestre foi ocupada por elas, mostra Caged

Thadeu Rodrigues
thadeu.rodrigues@gmail.com

No primeiro semestre deste ano, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho registrou que, na Paraíba, o saldo de geração de empregos formais (resultado entre contratações e demissões) para mulheres superou o de homens em cinco vezes: 5.645 delas contra 1.102 deles. A diferença de 412% mostra que o mercado de trabalho paraibano tem absorvido melhor essa mão de obra, que se mostra apta para enfrentar as dificuldades da economia.

Nos seis primeiros meses de 2022, segundo o Caged, as admissões de homens somaram 60.518, ante 59.416 desligamentos. Desta forma, o índice de empregabilidade, isto é, o saldo de empregos entre os trabalhadores foi de apenas 1,82%. Já no que se refere às mulheres, os números são bem diferentes. As admissões somaram 33.192, o que corresponde a 54,85% das contratações masculinas. Entretanto, as demissões de mulheres somaram 27.547, com um índice de empregabilidade de

17,01%, superando o percentual masculino em 844% ou 9,3 vezes.

Em todos os meses do semestre, a geração de empregos entre as mulheres foi positiva. Já entre os homens, houve um déficit nos meses de janeiro (-2.193) e fevereiro (-2.418). No mesmo período, o Caged indicou que houve saldo negativo na agropecuária, com mais demissões do que contratações, com o fechamento de 1.233 postos de trabalho em janeiro e 1.531 em fevereiro, o que impactou negativamente o saldo total naqueles meses, que foram de -1.696 e -1.293, respectivamente.

Nos dois primeiros meses do ano, a indústria também registrou resultados deficitários na geração de empregos, com fechamento de 1.386 e 2.147 postos de trabalho, em janeiro e fevereiro, respectivamente. Por outro lado, o setor de serviços, foi na contramão, com a criação de 1.220 oportunidades em janeiro e 2.247 em fevereiro.

Divisão entre gêneros

Conforme a coordenadora-adjunta do Sistema Nacional de Emprego de João Pessoa (Si-

ne-JP), Jessyka Barros, há uma divisão do trabalho entre gêneros, de acordo com algumas atividades. Ela cita que, geralmente, na agropecuária e na indústria, há uma preponderância de que os homens ocupam mais postos de trabalho.

Jessyka Barros frisa que os empregadores não podem exigir preferência de gênero para preenchimento de vaga, conforme preconização do Ministério do Trabalho. “Não é permitido dar preferência a gênero ou faixa etária. As empresas podem exigir escolaridade e experiência, ou seja, aspectos de qualificação para ocupar a vaga”.

O presidente da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba (Fiep), Buega Gadelha, avalia que os dados negativos apresentados pela agropecuária e a indústria são relacionados ao período de entressafra da indústria sucroalcooleira, uma das principais atividades econômicas do estado. “É um resultado sazonal, que foi modificado nos meses seguintes”.

No acumulado do ano, houve a criação de 6.747 novos postos de trabalho. O se-

“

Na seleção, as mulheres são melhor avaliadas na comunicação, paciência e na vontade de aprender

Yveth Alves

tor de serviços liderou a geração de empregos, com saldo de 8.961 contratações. Em seguida, estão a construção civil (2.058) e comércio (736). Apresentaram saldos negativos a agropecuária (-2.644) e a indústria (-2.364). Em junho, o estoque total de trabalhadores formais foi de 441.111 empregados, com crescimento de 0,82% sobre maio.



Gestora Yveth Alves (E) destaca que mulheres como Rafaela Narque (D) conseguem dividir melhor o tempo entre as atividades

Qualificação é critério que garante vaga

A vice-presidente da Associação Brasileira de Recursos Humanos na Paraíba (ABRH-PB), Yveth Alves, afirma que as mulheres apresentam um melhor desempenho no setor de serviços e conquistam a maior parte dos postos de trabalho. “No processo de seleção, as mulheres são melhor avaliadas a partir dos aspectos de comunicação, paciência e demonstração da vontade de aprender”. Ela destaca que as empresas não buscam preferências de gênero, e sim, qualificação.

Yveth Alves também é gerente de pessoas da unidade da empresa de call center A&C, em João Pessoa, que conta com 3.500 funcionários. Segundo ela, 65% são mulheres. Para a gestora, não há um fator objetivo que justifique o fato de haver mais mulheres em uma das principais empresas do

setor de serviços, na Paraíba.

“Acredito que é uma questão de contexto. O sexo feminino se identifica mais com a atividade. Como muitas mulheres desenvolvem muitas atividades, são mães, esposas, estudam e trabalham, elas veem na A&C uma oportunidade de uma jornada de trabalho de 6h diárias, o que permite esta divisão do tempo”, comenta.

A atendente da empresa A&C, Rafaela Narque, tem 25 anos e está na empresa há quase um ano. Ela teve um contrato de trabalho como jovem aprendiz, aos 19 anos, quando trabalhava como caixa de supermercado. Após este período, ela iniciou os estudos de Letras, na UFPB, o que passou a ser sua única atividade.

“Em razão da carga horária de 6h de trabalho, eu busquei este emprego em uma atendente, porque não me

impede de estudar e realizar outras atividades”, conta a operadora. Ela afirma que gosta do ambiente de trabalho e da convivência com as pessoas, com planos de permanecer na empresa.

Outro fator apontado por Yveth Alves sobre esse destaque feminino no mercado de trabalho é que muitas mulheres são líderes de família e precisam se esforçar para manter o emprego. Com as dinâmicas sociais, o salário das mulheres não é mais apenas o complemento do orçamento familiar, como ocorria em décadas atrás.

Faixa etária

O Caged também define os dados conforme a faixa etária dos trabalhadores. No acumulado de janeiro a junho deste ano, o saldo positivo da geração de empregos só ocorreu para os trabalhadores com idade abaixo

de 30 anos. Do total de 6.747 postos de trabalho (como resultado de admissões e desligamentos), 7.460 foram para a faixa etária de 18 a 24 anos, que gerou mais empregos em todos os meses do semestre. Na sequência, estão a faixa de 25 a 29 anos (709) e a de até 17 anos - menor aprendiz - (569).

O grupo etário mais prejudicado foi o de 50 a 54 anos, com saldo negativo de 1.129 empregos, seguido por 30 a 39 anos (-433), 40 a 49 anos (-249) e maiores de 65 anos (-180), que apresentou resultados negativos em todos os meses.

De acordo com Yveth Alves, o recorte do semestre não condiz com a realidade da empresa A&C. A gestora indica que a faixa etária de 18 a 24 anos é a que representa maior rotatividade, pois apresenta dificuldades de adaptação.

Economia em Desenvolvimento

João Bosco Ferraz de Oliveira
joaboferraz3@gmail.com | Colaborador

Agosto, mês do economista

Agosto, como todos sabem, é o oitavo mês do calendário gregoriano. O nome foi denominado por decreto em honra do imperador César Augusto, com a alteração do calendário pois agosto era denominado Sextilis ou Sextil, visto que era o sexto mês na versão do calendário de Rômulo.

Para muitas pessoas, como agosto tem uma atmosfera e energia muito pesada ou azarada, supersticiosos sugerem evitar que tomemos importantes decisões neste período. Diante disso, muitos não viajam nesta época, não mudam para uma casa nova, não fecham negócios. E poucos são os casais que se atrevem a casar neste mês. Motivo: é mau agouro, dá azar.

Há quem considere, inclusive, que a morte de Juscelino Kubitschek e o suicídio de Getúlio Vargas como causa ou consequência desse mau agouro.

Mas para os economistas, agosto é um mês de comemoração, afinal, dia 13 de agosto comemoramos a data da regulamentação da nossa profissão. A Lei nº 1.411 de 1951 justamente pelo presidente Getúlio Vargas três anos de cometer o suicídio, consolidou a profissão do economista que afirmava: “A designação profissional de economista é privativa dos bacharéis em Ciências Econômicas, diplomados no Brasil, de conformidade com as leis em vigor.

Dá para imaginar que tal ato veio a dirimir dúvidas de que, para se apresentar à sociedade, o profissional deveria cumprir tal requisito básico.

Então são 71 anos de profissão que estamos comemorando no mês de agosto. Profissão que tem tido um papel fundamental no debate do nosso desenvolvimento. Assim como acontece em outras profissões, lida com uma ciência não exata e muitas vezes sua opinião é divergente até para uma grande parcela da população. Via de regra ocupa espaços na condução da economia do país, nos estados e municípios, mas tem também um papel fundamental na vida empresarial seja como consultor ou analista de grandes empresas que precisa desse profissional para decidir o que fazer com o seu patrimônio.

E como eu disse que agosto para o economista é um mês de boas notícias, além do aniversário da profissão já dito acima, temos duas boas novas a ser divulgadas e que merece aplausos.

A primeira é que já está tudo pronto para João Pessoa sediar este ano o XXVII Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia (Since 2022). O Simpósio é um evento organizado pelo Conselho Regional de Economia do Estado da Paraíba (Corecon-PB) e pelo Conselho Federal de Economia (Cofecon), será realizado entre os dias 2, 3, 4 de novembro de 2022, em João Pessoa. No Simpósio será discutido o tema “O papel do Sistema Cofecon/Corecon’s, na superação da crise e retomada do desenvolvimento”. Entendam o debate de forma ampla, já que o debate não estará restrito a comparar o Brasil a outros países, mas sim e em especial, às desigualdades regionais que se arrastam junto com a história do nosso país.

Isso interessa a sociedade brasileira, não apenas aos economistas, embora estes detenham condições de trazer a público os fenômenos, as causas e consequências de fatos e atos econômicos que atingem a vida do cidadão.

E como eu disse que são duas boas novas, no dia 13 de agosto, dia do economista, um grupo revolucionário de economistas radicados na Paraíba resolveu criar a Academia Paraibana da Ciência Econômica, APCE, que tem como objetivo valorizar e incentivar o estudo e o desenvolvimento científico. Promover o debate e a realização de estudos e pesquisas úteis ao mercado e aos governos, inclusive municipais, na definição de investimentos e adoção de políticas econômicas no nosso estado, a Paraíba.

A Academia é formada por economistas em evidência e são profissionais líderes nos seus ambientes profissionais, podendo contribuir, com o seu conhecimento, para o fortalecimento do desenvolvimento da economia da nossa região. Podemos destacar, entre eles Celso Mangueira, Alexandre Nascimento, professor Antônio Cavalcante, Ruben Castedo, Acilino Madeira Neto, Lúcia Ramalho, Francisco (Chico) Nunes, professora Zélia Almeida, Werton José, Cristiano Aguiar, Paulo Hermance e com toda modéstia, este que vos escreve.

Agosto de 2022 quebra um paradigma, talvez, apontando que e não é um mês de maus presságios.

ENERGIA EM ALTO-MAR

Marco legal regulamenta exploração

Legislação pretende dar mais segurança ao setor e deixar o mercado mais competitivo nos próximos anos

Agência Senado

Motivo de debate no Congresso Nacional, o projeto do marco regulatório para a exploração de energia — seja eólica, solar ou das marés — em alto-mar no Brasil foi aprovada na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), do Senado, na semana passada. O PL 576/2021 regulamenta a autorização para aproveitamento do potencial energético *offshore*, ou seja, instalado no mar.

Do senador Jean Paul Prates (PT-RN), o projeto foi aprovado na forma do substitutivo do senador Carlos Portinho (PL-RJ) em caráter terminativo. Por isso, seguirá para análise da Câmara dos Deputados, desde que não haja recurso para análise pelo Plenário.

O texto trata do aproveitamento de bens da União para geração de energia a partir de empreendimento *offshore*. A proposta aprovada estabelece a concessão do direito de uso desses bens para geração de energia ou a outorga mediante autorização. A regra vale para empreendimentos situados fora da costa brasileira, como o mar territorial, a plataforma continental e a Zona Econômica Exclusiva (ZEE).

“Acredito que chegamos ao melhor texto, aquele que ordena da melhor forma o processo de autorização ou de concessão. E acredito que dessa maneira vamos remunerar o Estado brasileiro, permitindo o seu investimento em infraestrutura também”, avaliou o senador Carlos Portinho.

Matriz energética diversa

A principal fonte de energia no Brasil é a hidrelétrica. Para Jean Paul Prates, autor da matéria, a diversificação da matriz energética é fundamental para o aumento da segurança energética do sistema elétrico nacional. Além disso, salienta, o mercado de energia *offshore* pode trazer mais atratividade e competitividade ao país nos próximos anos, devido às condições favoráveis de clima e ambiente operacional de baixo custo.

“Esse projeto não se resume à energia eólica no mar, ele trata da titularidade do mar territorial, plataforma continental, zona econômica exclusiva e outros corpos de água internos, inclusive: lagoas, lagos, espelhos d’água, para uso de geração de energia”, detalha.

País possui estudos e projetos em andamento

■ Apenas em 2021, o Ibama relatou 23 projetos eólicos *offshore* em licenciamento, somando quase 50 GW de potência

Atualmente já existem diversos projetos eólicos com estudos em curso, e os números são crescentes: em agosto de 2021, informativo do Ibama relatou a existência de 23 projetos eólicos *offshore* em licenciamento, somando quase 50 GW de potência instalada. Desse total, ao menos

12 apresentavam alguma sobreposição de área. Alguns meses depois, em janeiro de 2022, o Ibama atualizou os dados, indicando 37 projetos sob sua análise, com potência instalada total superior a 80 GW e ao menos 25 áreas com algum nível de sobreposição.

Serão integrados à proposta mares que estão sob o domínio da União e que tenham viabilidade para a implementação de projetos eólicos. Contudo, o projeto não trata de atividades de geração eólica nas águas internas. Nessas áreas, o vento não apresenta a mesma força que em certas regiões da superfície do oceano e, por isso, resulta em menor eficiência na geração energética.

Em seu parecer, o relator destacou a importância de se permitir o aproveitamento do potencial

energético da plataforma continental brasileira e outros corpos hídricos sob o domínio da União.

Carlos Portinho explicou ainda que marco legal para *offshore* visa a proporcionar a devida segurança jurídica para permitir o investimento de longo prazo. Ele acrescentou que, assim como para a fonte solar — que faz uso da micro e da minigeração distribuída — o potencial *offshore* precisa estar adequadamente estruturado, de forma que fornecedores de bens e serviços possam estar aptos para atender a essa nova demanda, que os geradores possam escoar sua produção até o ponto de conexão com a rede básica, e que possam utilizar o produto de seus investimentos de forma econômica, trazendo benefícios para todos os participantes, inclusive os estados e municípios em que

se encontram esses potenciais de geração.

Interesse público

O projeto lista, entre os princípios e fundamentos para a exploração *offshore*, a busca pelo desenvolvimento sustentável com inclusão social e pelo combate à crise do aquecimento global; o interesse público, garantido por meio da transparência ativa e da participação popular; a economicidade e racionalidade no uso dos recursos naturais, visando fortalecimento da segurança energética; a abertura ao estudo e desenvolvimento de novas tecnologias de energia limpa a partir do aproveitamento do espaço *offshore*; a harmonização do uso marítimo e dos demais corpos de água sob domínio da União; a proteção e a defesa do meio ambiente e da cultura oceânica.

Lei estabelece regras de outorga e distribuição

O substitutivo estabelece a aplicação exclusiva para os potenciais energéticos nele listados, mantendo os atuais marcos para potenciais hidráulicos e recursos minerais, como a exploração de hidrelétricas ou de petróleo, ambos com regras próprias e já conhecidas pelos empreendedores.

São definidos dois tipos de outorga passíveis de serem celebradas entre o empreendedor e a União. No seu voto complementar, Portinho redefiniu essas duas modalidades de oferta: a oferta permanente e a oferta planejada.

Ele esclareceu que a mudança terminológica de outorga para oferta tem o objetivo de facilitar a interpretação da futura lei e possibilitar uma melhor tradução para outros idiomas.

“A oferta permanente ocorrerá por meio de apresentação de proposta por interessados, a qualquer tempo, com sugestão de prisma contendo estudos preliminares com definição locacional, potencial energético e análise prévia do grau

de impacto ambiental pertinente, que serão definidos em regulamento. Por sua vez, a oferta planejada se refere ao procedimento realizado pelo poder concedente para oferta de prisma pré-delimitados, via procedimento licitatório, conforme planejamento especial a ser realizado pelo órgão competente”, disse o relator.

Ainda de acordo com o texto, o regulamento deverá dispor também acerca do procedimento de apresentação de prospectos de prisma por interessados, a qualquer tempo, ou por delimitação do planejamento setorial, e de solicitação da Declaração de Interferência Prévia (DIP).

Após a manifestação de interesse sobre determinado prisma energético, o poder público deverá dar publicidade e realizar abertura de processo de chamada pública, com prazo de 30 dias para identificar a existência de outros interessados. Não havendo demais interessados, o poder público poderá realizar a outorga àquele primeiro

agente que iniciou o procedimento, com a manifestação de interesse, por meio de autorização.

Impactos

O projeto também determina consulta pública envolvendo as comunidades locais e a mitigação de conflitos com a atividade pesqueira e extrativista potencialmente afetadas. Fica vedada a constituição de prisma energético em áreas coincidentes com blocos do setor de petróleo e gás natural e em áreas tombadas como paisagem cultural e natural nos sítios turísticos do país, e é prevista a possibilidade de se realizar atividade econômica de geração de energia *offshore* pelo operador ou com anuência desse, rotas de navegação e áreas ambientalmente protegidas.

Em relação à distribuição das participações governamentais aos estados e municípios, a proposta estabelece que, para o bônus de assinatura, o valor será destinado à União, e para o pagamento pela ocupação ou retenção

de área, o valor será destinado ao órgão designado pelo Poder Executivo responsável por regular e fiscalizar os empreendimentos e o aproveitamento do potencial energético *offshore*.

“

Esse projeto não se resume à energia eólica no mar, ele trata da titularidade do mar territorial

Jean Paul Prates

Condições favoráveis do clima e ambiente operacional de baixo custo podem favorecer o Brasil na exploração da energia em alto-mar



OLIMPÍADA BRASILEIRA DE ROBÓTICA

Talento e tecnologia na etapa estadual

Duas equipes se classificaram para a etapa nacional no evento, que foi realizado quarta-feira, no Espaço Cultural

Renato Félix e
Márcia Dementshuk
Assessoria SE&T

Meninos e meninas dos Ensinos Fundamental e Médio, das redes pública e particular de ensino, passaram a quarta-feira no Espaço Cultural controlando robôs construídos por eles mesmos. Foi a etapa paraibana da Olimpíada Brasileira de Robótica, que classificou duas equipes para a etapa nacional. Mais do que isso, mostrou o potencial dos estudantes quando têm a oportunidade de se familiarizar com a ciência e a tecnologia.

O secretário de Estado da Educação e da Ciência e Tecnologia, Cláudio Furtado, explica que “a robótica é muito importante para o desenvolvimento cognitivo dos estudantes. A ideia da robótica dentro da sala de aula é justamente essa: desenvolver não só como uma ferramenta, que hoje é utilizada em diversos setores e atividades, mas também para ajudar o aluno a pensar e desenvolver outras aptidões”.

Esta foi a primeira etapa estadual presencial, após dois eventos virtuais por causa da pandemia da Covid-19. Em 2020 e 2021, os alunos faziam simulações com a ajuda de um aplicativo. Agora, voltaram a viver a emoção de uma competição frente a frente.

“Os alunos estavam numa expectativa muito forte. É diferente de fazer uma competição à distância”, diz o secretário. “Aqui eles estão botando a mão na massa, estão vendo as arenas montadas... Toda a interação entre os alunos... Que essa etapa estadual seja o início de uma caminhada para nossas equipes na etapa nacional e quiçá numa competição internacional”.

A equipe Lollipopers Internautas, do Colégio Nossa Senhora de Lourdes (Lourdinias), foi a

vencedora do nível 1, em que disputaram alunos do Ensino Fundamental. No nível 2, para o Ensino Médio, venceu a Farlab Competition, da Escola Frei Afonso. As duas estão automaticamente classificadas para a etapa nacional da OBR. Mas outras vagas podem surgir, contemplando as equipes que ficaram em segundo lugar.

O que também se viu durante o dia foi o número de meninas competindo. O mundo tecnológico é tradicionalmente muito masculino, mas as mulheres cada vez mais vêm conquistando espaço. A equipe Tokyo, por exemplo, do IFPB de Catolé do Rocha, que ficou em segundo lugar no nível 2, foi formada só por garotas.

“A gente é do curso técnico de Edificações e vimos o anúncio da robótica – foi meio por acaso. Foi um divisor de águas: a gente migrou para a área de tecnologia”, conta Hillary Diniz, 17 anos. Ela, Ana Beatriz Almeida, 18, Letícia Diniz, 18, e Radmila Cristiane, 17, estudavam na mesma classe, mas não eram próximas: a robótica as uniu. Estão no quarto ano e agora direcionam sua perspectiva de universidade para a área tecnológica.

“Toda a experiência com competições, treinos, trabalho em equipe, vai ser inesquecível”, diz Letícia. Por causa da pandemia, foi a única etapa de OBR de que elas participaram – e colocaram uma equipe só de mulheres do pódio.

“A gente tem percebido ao longo dos anos que tem crescido o número de meninas na robótica”, afirma Fagner Ribeiro, coordenador da OBR na Paraíba. “Como a gente já está organizando o evento há 11 anos, a gente vê nitidamente essa mudança. E a gente está muito satisfeito, a gente incentiva muito”.

Para esta etapa estadual, 82

“

Os alunos estavam numa expectativa muito forte. É diferente de fazer uma competição à distância

Cláudio Furtado

escolas públicas e particulares se inscreveram, com cerca de 320 estudantes. “A participação foi encantadora”, celebra Rubens Freire, secretário executivo de Ciência e Tecnologia. “Todos muito animados com essa ideia de entrar no mundo da ciência e da tecnologia. Eu estava agora com uma criança que me falou: ‘Olha, eu quero estudar física quântica’. Isso não cabia no imaginário de uma criança há 50 ou 60 anos atrás. Então um ambiente estabelece sementes para quem sabe ela se dedicar ao conhecimento científico altamente sofisticado”.

A etapa estadual da Olimpíada Brasileira de Robótica foi realizada em uma parceria do Governo da Paraíba e da Prefeitura Municipal de João Pessoa. A OBR é realizada desde 2007 e atualmente é considerada o maior evento de robótica da América Latina, classificando equipes para a RoboCup, que é o maior evento de robótica do mundo.

Classificação

Nível 1 (Ensino Fundamental):

- 1 – Lollipopers Internautas (Lourdinias)
- 2 – Farlab T (Escola Frei Afonso)
- 3 – Tropa de Elite (Poligono Vestibulares)

Nível 2 (Ensino Médio):

- 1 – Farlab Competition (Escola Frei Afonso)
- 2 – Tokyo (IFPB Catolé do Rocha)
- 3 – Ares (IFPB Catolé do Rocha)

PREMIAÇÕES EXTRAS:

Além de medalhas de ouro, prata e bronze para as três equipes primeiras colocadas em cada nível, categorias extras foram entregues para equipes não premiadas com estes três primeiros lugares:

Melhor Escola Pública –

- Nível 1: JRNB Ômega (Escola Jornalista Raimundo Nonato Batista); Nível 2: Farlab Business (Escola Frei Afonso).

Melhor Escola Privada –

- Nível 1: Master Robótica 4 (Colégio e Curso Master); Nível 2: Criadores de Gigantes (Sesi Bayeux)

Robustez –

- Nível 1: Humanoides (Colégio Waldecyr de Araujo Pereira); Nível 2: Destemidos 3 (Escola Sesi Prata).

Inovação –

- Nível 1: Fire Robot (Escola Professor Paulo Freire); Nível 2: IFPB-JP Equipe 1 (IFPB João Pessoa)

Design –

- Nível 1: Motiva Colégio Atheneu (Motiva); Nível 2: Roborex (Sesi José de Paiva Gadelha)

Dedicação –

- Nível 1: Farlab M (Escola Frei Afonso); Nível 2: Autobots (Escola Dionizio Marques de Almeida)

Programação –

- Nível 1: Jordan Maker Robótica (Escola Governador Leonel Brizola); Nível 2: Minotauro (Colégio e Curso Evolução) Maker - Nível 1: Jordan Maker Robótica II (Escola Governador Leonel Brizola); Nível 2: Robotics Legends (Escola Professor Paulo Freire).

Foto: Mateus de Medeiros



Foto: Mateus de Medeiros



A etapa estadual da Olimpíada Brasileira de Robótica foi realizada em uma parceria do Governo da Paraíba e da Prefeitura Municipal de João Pessoa. A OBR é realizada desde 2007 e, atualmente, é considerada o maior evento de robótica da América Latina

Foto: Delmer Rodrigues



Foto: Delmer Rodrigues



PEIXE-LEÃO

Bonitinho, mas incrivelmente perigoso

Apesar de parecer inofensivo, esse é um predador voraz que contribui para o desequilíbrio no ecossistema marinho

Alexsandra Tavares
lekajp@hotmail.com

Coloridos, ornamentais, espécie popular nos aquários e para muitos até graciosos. Aparentemente, o peixe-leão parece ser um inofensivo habitante marinho, mas, na verdade, é um predador voraz, carnívoro, que atinge suas presas com os cerca de 20 espinhos venenosos espalhados pelo corpo, a maioria na parte dorsal. Originário dos mares Pacífico e Índico, essa espécie já é vista no Nordeste, em estados como o Maranhão, Piauí, Ceará e no Rio Grande do Norte. A presença do animal causa preocupação em biólogos, pois ele ameaça a vida de outros peixes nativos e o resultado pode ser um desequilíbrio ambiental no ecossistema marinho.

Biólogo há cerca de 30 anos e empreendedor na área de aquários, Ricardo Robson Guedes Pereira conhece bem a espécie. “O grande problema é que não existe nenhum animal marinho que seja predador do peixe-leão. Então, ele utiliza sucção e tem um bote muito rápido, podendo eliminar várias espécies de animais marinhos presentes nos corais, como os crustáceos e peixes pequenos. A carência ou redução da demanda dessas espécies interfere na vida de outros peixes maiores, nativos e comerciais, causando desequilíbrio no ecossistema”, frisou Robson.

Seguindo o impacto na cadeia alimentar, Ricardo destacou que se houver redução no número desses peixes maiores, outros animais de maior porte, como os tubarões, podem sentir a carência de alimento, podendo ir em busca do que comer longe do alto-mar, na área frequentada por banhistas. Isso é um risco que não está descartado. “Foi o que aconteceu em Recife, na construção do Porto de Suape. Admite-se que nessa obra algumas barreiras de corais foram dinamitadas para a entrada dos navios e houve a quebra exatamente dessa cadeia, para os peixes grandes comerem. Os tubarões ficaram com fome e estão vindo buscar alimento em mar

aberto, na parte mais rasa do mar. O peixe-leão pode desencadear uma reação semelhante”, cogitou. O biólogo do Departamento de Sistemática e Ecologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Alexandre Pires Marceniuk, tem estudos sobre a primeira aparição do peixe-leão no Brasil. Segundo ele, esses peixes, naturais do Indo-Pacífico, começaram a surgir no Caribe há pouco mais de 10 anos, na região da Flórida. “Ninguém sabe ao certo como isso ocorreu.

Eles podem ter sido soltos por aquaristas no mar, mas, enfim, se estabeleceram no Caribe e tiveram uma expansão bem rápida, desde a costa dos Estados Unidos até próximo à foz do Rio Orinoco, na Venezuela”, afirmou Alexandre. Segundo ele, o peixe-leão tem afetado a fauna de peixe de coral no Caribe, principalmente espécies de valor comercial como o pargo. Após a disseminação pelo Caribe, o peixe-leão foi barrado pela influência da pluma dos Rios Amazonas e

Orinoco, que fazem uma espécie de lençol de água doce, o que impediu que esses peixes chegassem ao Brasil por meio da Venezuela, Guiana, Suriname, que seria a sequência mais lógica. Por conta dessa barreira natural, eles passaram cerca de 10 anos sem aparecer em águas brasileiras. No entanto, há aproximadamente três anos, o primeiro exemplar de peixe-leão foi visto no Amapá. Uma das explicações prováveis, segundo Marceniuk, seria a de que

eles tenham dado uma volta na pluma, se espalhando por regiões mais profundas da costa Nordeste da América do Sul, chegando às águas do Amapá. Outro registro ocorreu em Fernando de Noronha. “Esse exemplar possivelmente não chegou nadando lá, pode ter sido uma larva que alcançou o arquipélago, se estabeleceu e cresceu”.

De acordo com Alexandre Marceniuk, o acompanhamento dos registros do aparecimento do peixe-leão no Brasil é feito pela equipe do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Norte (Cepnor), que é um braço do ICMBio, no Pará. Outra referência nesse monitoramento são os profissionais da Universidade Federal Fluminense. Os primeiros registros do peixe-leão ocorreram por meio do monitoramento da pesca, área em que Marceniuk atuou por um longo tempo no Pará. “É importante se falar desse trabalho porque ele precisa ser feito também na Paraíba. É fundamental que nós, que realizamos pesquisas de peixes, tenhamos esse apoio para trabalharmos no monitoramento da pesca”.

Marceniuk frisou que quando o peixe-leão for identificado na Paraíba é provável que ele seja registrado previamente em locais de pesca, em águas mais profundas - quebra do talude. Ou, pela falta de monitoramento, esse peixe se espalhe e chegue às águas mais rasas, em locais de corais, como Picãozinho e Seixas, e sejam encontrados por pescadores comuns, banhistas ou turistas.



Foto: Denys Razumovsky/Pexels

Ornamental, o peixe-leão não tem predador, ameaça outros peixes e deixa até tubarões com fome



Foto: Arquivo pessoal



Foto: Arquivo pessoal

Ricardo Robson e Aline Paiva chamam a atenção para os perigos da espécie

Saiba Mais

O peixe-leão apresenta espinhos capazes de inocular um veneno que pode trazer danos ao bem-estar dos seres humanos, como náuseas, dor, febre e convulsão. Há registro de que um pescador, no Ceará, pisou acidentalmente no peixe e, além das fortes dores, sofreu duas paradas cardíacas, mas depois de alguns dias internado, teve alta hospitalar.

Com reprodução veloz, espécie pode se espalhar facilmente

Na região Nordeste, o peixe já foi encontrado em quatro estados: Maranhão, Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte, além de Fernando de Noronha

A bióloga Aline Paiva Medeiros afirmou que as próprias características do peixe-leão o tornam uma ameaça às espécies nativas. Uma delas é a velocidade com que ele se reproduz, podendo se espalhar rapidamente por uma determinada região. A espécie apresenta um padrão de

predação “senta-e-espera”, passando a maior parte do tempo imóvel, atrai a presa e se alimenta dela por meio de sucção - se alimentando da presa inteira.

“Ele pode consumir muitas presas em pouco tempo e até presas que tenham quase o seu tamanho”, destacou. Vale lembrar, que a espécie pode atingir até 47 centímetros, segundo dados do ICMBio.

Por causa do conjunto de características do peixe, Aline Medeiros enfocou que pode haver uma desregulação da cadeia alimentar, alta competição com outras espécies recifais e até mesmo a extinção local de espécies endêmicas, aquelas que só ocorrem no Litoral do Nordeste e do Brasil, por exemplo.

Segundo ela, não existe apenas uma espécie de



Foto: Guillaume Meurice/Pexels

Para bióloga, é questão de tempo para peixe chegar à PB

peixe-leão. Esse nome popular é dado a um gênero comum no Indo-pacífico. A espécie invasora encontrada nas águas do Atlântico - no Caribe, Brasil e especificamente no Nordeste, é a Pterois volitans, uma espécie associada a ambientes recifais rasos, de até cerca de 60 metros de profundidade, que se alimenta de peixes e crustáceos.

É considerada uma espécie solitária, mas que se agrega no período reprodutivo, e a fêmea produz muitos ovos a cada gestação. “Além disso, os juvenis podem apresentar um comportamento pelágico, ou seja, ficar à deriva na coluna d’água, fazendo com que esses indivíduos se distanciem bastante do local onde nasceram. Essa é outra característica que também explica a facilidade

de de invasão em novas áreas”, contou.

Como já há registros dessas espécies em estados como o Rio Grande do Norte, a bióloga enfocou que é apenas uma questão de tempo para ocorrerem os primeiros registros na Paraíba. Entre os fatores que favorecem esse surgimento estão o fato dele se reproduzir facilmente e costumarem se deslocar para outros ambientes recifais pelas correntes marítimas.

Por não ter predador natural, não há como controlar a população desses peixes. Outro motivo que atrairia a espécie até o Estado é o fato de os ambientes recifais naturais e artificiais, como os locais de naufrágios, serem habitats onde o peixe-leão poderia encontrar abrigo e alimento.

SEGUNDA DIVISÃO

Sete dias para a bola rolar

Campeonato promovido pela FPF vai reunir dez equipes, que seguem se preparando para brigar por duas vagas na elite do futebol da Paraíba em 2023



Equipes como o Serra Branca (ao lado) estão treinando intensamente para conquistar as vagas

Foto: Cassiano Cavalcanti / Serra Branca EC

Fabiano Sousa
fabianogool@gmail.com

Faltando sete dias para o início da disputa da 2ª Divisão do Campeonato Paraibano de Futebol 2022, as dez equipes que vão disputar a 26ª edição da competição estadual seguem com as preparações finais, em busca de aperfeiçoar os elencos que irão brigar por duas vagas, na elite do futebol da Paraíba em 2023.

Das dez equipes que disputam a competição, nesta temporada, cinco (Confiança, Desportiva Guarabira, Perilima, Queimadense e Serrano) tentam o retorno e cinco (Femar, Spartax, Picuiense, Sabugy e Serra Branca) buscam o inédito acesso à elite do futebol paraibano. Com início agendado para o próximo sábado (27), os postulantes à 1ª Divisão do Paraibano de 2023, chegam aos momentos finais de preparação até antes da estreia na competição.

A primeira fase da competição será disputada por dois grupos formados por cinco clubes se enfrentando entre si, em jogos de ida e volta, com os quatro melhores seguindo na disputa. O grupo A ficou formado pelo Confiança de Sapé, Desportiva Guarabira, Femar, Perilima e Spartax, com três deles tentando o retorno (Confiança, Guarabira e Perilima) e dois (Femar e Spartax) o inédito acesso à 1ª Divisão em 2023.

Sem disputar a elite do futebol paraibano há 24 anos, o Confiança montou um elenco de 25 atletas tendo como base jovens que disputaram o Paraibano Sub-20 e a presença do experiente atacante Isaías. A diretoria do clube manteve Cesar Wellington no comando técnico e aposta em Arthur Ferreira na gerência de fute-

bol, conhecido como “Rei do Acesso” para levar o Bicho Papão à 1ª Divisão.

“Iniciamos a preparação desde o início de agosto. Vamos disputar a primeira fase enfrentando adversários difíceis, mas estamos se fortalecendo para recolocar o Confiança na elite do futebol paraibano em 2023”, comentou Wilson Nascimento, presidente do clube.

Atual campeão da 3ª Divisão, o Spartax é a única equipe representante do futebol da capital na competição. O clube fez todo o trabalho de preparação no CT Ivan Thomaz, trabalha na expectativa de fazer uma boa campanha, mas admite que o primeiro objetivo é manter o time da 2ª Divisão.

“Como campeão da 3ª divisão da competição, no ano passado, sabemos que a 2ª Divisão apresenta um nível mais qualificado. O primeiro objetivo do clube é fazer uma campanha digna, que seja capaz de garantir a permanência na 2ª Divisão, mas como os demais outros nove clubes, também vamos brigar por uma vaga ao acesso”, disse o presidente José Morais.

Outro clube que também vai buscar o inédito acesso é o Femar de Alagoinha. O clube finaliza a preparação no município de Pedras de Fogo, a diretoria fechou parcerias com empresários das regiões Sul e Sudeste e vive a expectativa pela chegada de reforços até a estreia na competição.

Já o Grupo B conta com as presenças de Serra Branca, Picuiense, Queimadense, Sabugy e Serrano. Tido como uma das fortes equipes, o Serra Branca (antigo Paraíba) foi a primeira equipe a se preparar para a competição no Estádio Presidente Vargas, em Campina Grande.

Seguindo o exemplo do São Paulo Crystal que, em 2017, adquiriu os direitos do Lucena Sport Club e o transformou no atual São Paulo Crystal, o antigo Paraíba de Itaporanga mudou de nome e de cidade. O clube mudou para Serra Branca, no Cariri paraibano, e passou a se chamar Serra Branca Esporte Clube.

■ A Federação Paraibana de Futebol vai utilizar um quadro de 50 profissionais de árbitros e assistentes na 2ª Divisão

Para buscar o acesso, o clube buscou a experiência de Daguiberto Júnior para a supervisão de futebol, no currículo, o dirigente já conseguiu dois acessos com à 1ª Divisão do Paraibano com Serrano e Perilima, em 2016 e 2018, respectivamente. Para o comando técnico, o nome escolhido foi o de Marcelinho Paraíba.

“Marcelinho agrega valor ao clube. É um treinador experiente que contribuiu diretamente para a formação da equipe. A 2ª Divisão é uma competição Sub-23 que de certa forma valoriza os jovens atletas, baseado nesse artigo do regulamento, formamos um elenco com apenas cinco atletas acima de 23 anos. Os nomes mais experientes são os do lateral-direito Gustavo e do volante Carlão. Vamos brigar pelo principal objetivo que é o acesso para 1ª Divisão”, pontuou Daguiberto Júnior.

Único representante do Sertão, o Sabugy de Santa Luzia, optou por treinar em João Pessoa pela questão da logística e estrutura da preparação e disputa da competição. O Clube que finaliza a preparação no Centro de Treinamentos do Auto Esporte, firmou parceria com uma empresa gaúcha para montar o elenco com 25 atletas.

“Vamos disputar a primeira fase num grupo formado por equipes equilibradas. No entanto, com o Serra Branca sendo uma das equipes favoritas não apenas a uma vaga no grupo, mas sim pela conquista do campeonato. Nosso objetivo é buscar a classificação na fase de grupos e na sequência, tentar beliscar uma vaga para o acesso”, disse Malaquias Filho.

Terminada a fase de grupos, o primeiro colocado de um grupo enfrentará o quarto do outro grupo, enquanto o segundo de um grupo enfrentará o terceiro do outro grupo, em partidas de ida e volta, com a vantagem de de-

cidir o segundo jogo em casa, para os primeiros e segundos colocados de cada grupo. Os classificados das quartas de finais seguem os confrontos de mata-mata, em jogos de ida e volta até serem definidos os dois clubes que garantem o acesso para 1ª Divisão, em 2023.

Arbitragem na 2ª Divisão

Composta por um quadro de 50 profissionais de árbitros e assistentes, a comissão de arbitragem da Federação Paraibana de Futebol (FPF) pretende utilizar na competição, o maior número de profissionais possíveis na condução dos jogos da 2ª Divisão do Campeonato Paraibano, com o objetivo de realizar avaliações técnicas individuais, para gerenciar o ranqueamento dos melhores árbitros e assistentes filiados à FPF.

“Realizamos um trabalho de aperfeiçoamento físico e técnico com todo o nosso quadro de arbitragem. Durante toda a disputa da Pri-

meira Divisão, nesta edição, não houve erros diretos da arbitragem que influenciaram nas partidas ou classificações dos clubes. Vamos tratar os trabalhos com a mesma responsabilidade que atuamos na Primeira Divisão”, comentou Arthur Alves, presidente da comissão de arbitragem da FPF.

Ainda de acordo com Arthur Alves, a FPF está articulando com presidentes de comissões de arbitragem da região Nordeste junto a CBF, a viabilização de cursos de habilitação do uso do VAR para árbitros e assistentes, na perspectiva de utilizar o VAR na segunda fase do Campeonato Paraibano da 1ª Divisão da próxima temporada.

“A ideia é de habilitar nossos profissionais para o manuseio das técnicas de uso do VAR, para na próxima temporada, podermos utilizar essa ferramenta nos jogos das semifinais e finais da Primeira Divisão, com a arbitragem toda formada por profissionais aqui da Paraíba”, finalizou.

Fotos: Malaquias Filho / Sabugy



Malaquias Filho, o técnico Edmundo Ferraz e os atletas Matheus, Wictor, Rikelme e Anderson do Sabugy



SERENA WILLIAMS

Tenista anuncia aposentadoria

Norte-americana, uma das melhores da história, vai se despedir das quadras no US Open dos Estados Unidos

Felipe Rosa Mendes
Agência Estado

Perto de completar 41 anos, Serena Williams anunciou que vai se aposentar. E tudo indica que o US Open, que começa no próximo dia 29, será sua despedida. A tenista americana se tornou uma lenda muito antes de largar as quadras, com seus recordes e números, e virou referência para as mais jovens desde que iniciou seu domínio no circuito, principalmente nos torneios de Grand Slam, os mais prestigiados do mundo.

Com chances remotas de título no US Open, Serena deve encerrar sua carreira com a incrível marca de 23 troféus de Grand Slam, um recorde na Era Aberta do tênis, iniciada em 1968. Acima dela está apenas a australiana Margaret Court, que conquistou quase todos os seus 24 troféus antes da profissionalização do esporte.

Para efeito de comparação, Serena tem mais troféus de Major do que lendas como a alemã Steffi Graf (22), a checa Martina Navratilova (18) e a compatriota Chris Evert (18). Ela supera também referências do circuito masculino, como Roger Federer (20), Rafael Nadal (22) e Novak Djokovic (21).

Seus feitos em nível de Grand Slam ao longo de uma carreira de 27 anos vão além. Somando troféus em duplas femininas (14) e duplas mistas (2), ela ostenta a impressionante marca de 39 títulos nos quatro maiores torneios do mundo. Levando em conta somente os jogos de simples, ela é a se-



Foto: Reprodução/Instagram

Tenista norte-americana vai completar 41 anos e tem uma carreira bastante vitoriosa no esporte

gunda com o maior número de finais (33), apenas uma a menos que Chris Evert. É a terceira em participação em semifinais, com 40, e a recordista em quartas de final, com as mesmas 54 de Evert.

Em número de Grand Slams disputados, está em segundo lugar na história, com 80 edições. Somente sua

irmã Venus tem mais: 90. Mas Serena volta a ocupar o topo das estatísticas neste nível de competição no número de partidas disputadas (420) e vencidas (365).

Entre os próprios torneios, a veterana é a recordista de troféus do Aberto da Austrália, com sete conquistas. No US Open, dividiu o topo com Evert, ambas

com seis troféus. Em Wimbledon, é a segunda maior vencedora, com os mesmos sete de Steffi Graf - Navratilova tem nove. Em número de vitórias por Grand Slam, Serena é a recordista na Austrália e no Major disputado em Nova York, com 92 e 106 triunfos, respectivamente.

No total de troféus conquistados, entre diferentes

■ Serena Williams tem mais troféus de Major do que lendas, como a alemã Steffi Graf (22) e a checa Martina Navratilova (18)

níveis, Serena está em quinto lugar no histórico. São 73 títulos, contra 167 de Navratilova. Chris Evert (157), Steffi Graf (107) e Margaret Court (92) estão entre a checa e a americana que está prestes a se aposentar.

Fora do circuito, ela brilhou em competições defendendo os Estados Unidos. Só na Olimpíada, foram quatro medalhas de ouro, três delas em duplas, em Sydney-2000, Pequim-2008 e Londres-2012. Na capital britânica, levou ainda em simples, o que a colocou lado a lado com Graf num feito raro no tênis feminino. Somente as duas venceram todos os torneios de Grand Slam e se sagraram campeãs olímpicas (em simples).

A americana também brilhou quando o assunto é longevidade. Em 2017, ela se tornou a tenista mais velha a ganhar um Grand Slam. Aos 35 anos e quatro meses, a americana estava grávida de dois meses de sua primeira filha quando levantou o troféu do Aberto da Austrália. Esse recorde já era seu desde 2015, quando foi campeã de Roland Garros aos 33. Ela havia ampliado essa marca com os dois títulos seguin-

tes de Wimbledon. Tem ainda o recorde de 10 títulos de Major após completar 30 anos.

Em 2013, Serena acrescentou mais dois recordes em seu currículo vitorioso. Ela se tornou a dona da maior premiação da história - a conta se aproxima atualmente de US\$ 95 milhões, cerca de R\$ 484 milhões. E também se tornou a mais velha a ocupar a liderança do ranking.

No total, a americana é a terceira da história com o maior número de semanas na ponta, com 319. Mais uma vez, Graf e Navratilova estão a sua frente, com 377 e 332, respectivamente. Mas Serena lidera, ao lado da alemã, a lista de semanas seguidas como número 1 do mundo: 186.

A americana terminou a temporada no topo do ranking por cinco vezes, assim como Evert. Graf lidera esta estatística, com oito, seguida de Navratilova, com sete.

Conhecida por ser uma das pioneiras do esporte na luta contra o racismo, Serena ainda se destacou por ser a primeira tenista negra a vencer um Grand Slam desde as conquistas da compatriota Althea Gibson nos anos 50.

39 títulos

São troféus em simples, duplas femininas e duplas mistas nos maiores torneios do mundo

FEMININO

Uefa espera um crescimento de R\$ 3,5 bilhões no futebol

Agência Estado

A Uefa espera que o futebol feminino europeu alcance um valor comercial de 686 milhões de euros (cerca de R\$ 3,5 bilhões) até 2033. O número estipulado, seis vezes maior do que o atual, é um dos principais pontos de um relatório divulgado pela entidade na última terça-feira para destacar o potencial de crescimento das ligas e clubes femininos na próxima década.

As competições femininas têm despertado grande interesse na Europa, como foi possível ver durante a disputa da Eurocopa deste ano, vencida pela Inglaterra e muito celebrada pelos torcedores no mês passado. O novo formato adotado para a Liga dos Campeões, com marketing centralizado e maior cobertura televisiva e profissionalização, também ajudou a gerar mais engajamento.

O estudo feito pela Uefa busca mostrar que patrocinar o futebol feminino é uma boa movimentação para as empresas. De acordo com a federação, o relatório se ba-

seia em uma "gama sem precedentes de pesquisas e dados, além de fornecer uma explicação abrangente para aumentar o investimento na modalidade".

Até então, dados deste tipo existiam, mas eram inconsistentes e incompletos. Além de indicar o aumento de 686 milhões de euros no valor comercial até 2023, o

texto prevê um aumento de 295 milhões de euros no patrocínio aos clubes no mesmo período. Um dos fatores que podem levar a isso, segundo a Uefa, é a "base de

fãs diversificada, progressista e jovem" que acompanha o esporte. Tal base deve aumentar de 144 milhões para 328 milhões nos próximos dez anos.

"O futebol feminino está vivendo uma trajetória incrivelmente empolgante, com crescimento sendo visto em quase todas as métricas e em todas as partes interessadas na Europa. O potencial do futebol feminino é ilimitado e acreditamos que estamos no caminho certo para levá-lo a alturas que eram inimagináveis há apenas alguns anos. Como este relatório mostra, agora é a hora de capitalizar o impulso que criamos juntos, agora é a hora de se envolver, agora é a hora de investir", afirmou Nadine Kessler, chefe do futebol feminino da Uefa.

O relatório faz recomendações sobre as estratégias de clubes e ligas e fornece informações de apoio aos interessados em desenvolver o futebol feminino. A cartilha transita entre cinco temas centrais: elaborar estratégias e planos de negócios, elevar os padrões e o profissionalismo dentro e fora do campo, construir um ecossistema sustentável, aumentar a visibilidade e fortalecer o engajamento do público e aproveitar pontos fortes únicos do jogo feminino.



Foto: Divulgação/Fifa

O futebol feminino tem crescido bastante na Europa e as projeções mostram uma boa movimentação das empresas em patrocínios

ABEL FERREIRA

Técnico coleciona títulos e polêmicas

Português tem sido alvo de críticas de outros treinadores brasileiros devido ao seu comportamento em campo

Marcos Antomil
 Agência Estado

Abel Ferreira comanda o Palmeiras desde novembro de 2020. Neste período, o português abandonou uma sala de troféus vazia em sua carreira como treinador para somar cinco títulos, sendo duas edições da Copa Libertadores (2020 e 2021), Copa do Brasil (2020), Recopa Sul-Americana (2022) e Campeonato Paulista (2022). O sucesso de Abel tem despertado sentimentos opostos no futebol brasileiro. Identificado com o clube e torcedores alviverdes, o técnico tem sido alvo de críticas de outros treinadores.

No Brasil, as portas se encanaram para treinadores estrangeiros após a passagem curta, porém vitoriosa, de Jorge Jesus pelo Flamengo. Antes dos técnicos portugueses e argentinos chegarem em grande volume no país, os treinadores mais experientes já se viram ameaçados por uma nova geração de profissionais, que surgiu principalmente entre 2015 e 2016. Roger Machado, Fábio Carille, Jair Ventura, Fernando Diniz e Mauricio Barbieri são alguns desses profissionais que conseguiram encontrar espaço em um mercado muito fechado e de alta rotatividade.

Abel Ferreira é um estudioso do futebol. O treinador do Palmeiras repete inú-

meras vezes nas coletivas de imprensa que preza pelos conceitos táticos associados à formação humana. Sejam originais ou aplicados a um novo contexto, seus lemas, como "todos somos um", "cabeça fria e coração quente" e o mais recente "contra tudo e contra todos", mexem com os jogadores alviverdes e com os torcedores.

Treinadores brasileiros, no entanto, não estão se mostrando satisfeitos com Abel Ferreira. Suas entrevistas e frases são levadas aos adversários que se incomodam de alguma maneira e tentam rebatê-las nos quatro cantos do Brasil. Foi o caso de Cuca, do Atlético-MG, no fim de semana, e de Rogério Ceni, do São Paulo. Outros técnicos também já tiveram trocas de farpas com Abel, entre eles Jorginho, do Atlético-GO, Mano Menezes, do Internacional, e Alberto Valentim, atualmente sem clube.

Foto: Cesar Creco/Palmeiras



Abel Ferreira, técnico do Palmeiras

Foto: Pedro Souza/Atlético-MG



Cuca, técnico do Atlético-MG

Sucesso do português tem despertado sentimentos opostos no futebol brasileiro

Após a vitória do Palmeiras sobre o Atlético-MG nos pênaltis pelas quartas de final da Libertadores, Abel Ferreira analisou o duelo e ponderou situações em que o adversário poderia ter se saído melhor por estar com mais jogadores em campo. O Palmeiras teve duas expulsões naquele jogo, de Danilo e Scarpa.

"O Cuca é um treinador experiente, com vários títulos na carreira. Quando ele assistir ao jogo, vai entender que ele tinha muitos jogadores por fora do nosso bloco, e você tem de colocar gente por dentro para atacar a nossa linha. Ele tinha os pontas por fora, os dois laterais abertos, os zagueiros por trás, mas poucos jogadores por dentro do nosso bloco. Por isso, foi mais fácil de controlar", explicou Abel.

Questionado sobre o tema no domingo passado, Cuca disse não ter ouvido a coletiva de Abel, mas alfinetou o treinador, seus lemas e outros detalhes do jogo que culminou com a terceira desclassificação seguida de Cuca para Abel na Libertadores. Em 2020, com o Santos, o treinador perdeu a final. No ano seguinte, caiu com o Atlético-MG nas semifinais, e, em 2022, nas quartas de final.

"É mais fácil para o Abel pôr o Dudu e o Rony para correr e marcar. Quando você tem característica de outros jogadores, você não consegue fazer isso. Meu time não conseguiria fazer isso, porque não é reativo, ele é proativo, coisa que o Palmeiras geralmente não faz. Eles têm bola longa, marcação individualizada e jogam no teu erro após a roubada de bola. Não tem jogo saindo, jogando. Quando você está vencendo, tudo que você faz é perfeito, bonito e maravilhoso", iniciou Cuca.

"Se você sai para o vestiário para ouvir música na hora dos pênaltis e ganha, vira moda. E se perde? Se você cai seis vezes no mesmo canto e ganha? É legal, lembra o Muralha o que aconteceu? E quando você tem dois jogadores expulsos? Não passa nada, porque

“

Se você sai para o vestiário para ouvir música na hora dos pênaltis e ganha, vira moda. E se perde? E se você cai seis vezes no mesmo canto e ganha

Cuca

'a cabeça é fria'. Mas não foram cabeça fria, poderiam ter quebrado algum jogador. Se a derrota vem para eles nesse jogo, vocês estavam cobrando as duas expulsões, as seis quedas do goleiro no mesmo canto, o treinador que não ficou para os pênaltis... Quando se ganha, tudo é perfeito. Parabéns para o Abel, para o Palmeiras, boa sorte. Pronto, falei".

Rogério Ceni

O Palmeiras foi eliminado pelo São Paulo nas quartas de final da Copa do Brasil em um jogo marcado por erro de arbitragem, admitido pela CBF, que culminou em uma decisão por pênaltis, que terminou com vitória tricolor. Após o jogo, Abel Ferreira disse que para ser campeão qualquer time precisa de várias condições, incluindo um pouco de sorte. O português afirmou que ele mesmo teve a sorte ao seu lado em outras decisões.

"Futebol é isto. Fomos melhores, mas no final passou o nosso adversário. Fizemos 2 a 0 e tivemos oportunidade de fazer o 3 a 0. Futebol é isso, em um lance, você pode eliminar o nosso adversário e no

lance seguinte, em uma jogada bem trabalhada, pênalti. Também tem o fator sorte e acho que hoje nosso adversário foi muito feliz", disse Abel.

Minutos mais tarde, em coletiva, Rogério Ceni foi questionado se seu time teve sorte. O treinador são-paulino recordou outras vitórias que teve sobre o português para rebatê-lo.

"No futebol, quando se perde você é quem tem sorte, quando ganha é porque o outro foi incompetente na luta. Parece que é a segunda vez que tenho sorte contra ele. Com o Flamengo eu tive sorte e nós fomos campeões da Supercopa, e hoje também a sorte veio", rebateu o comandante do São Paulo. "Não tenho dificuldade em assumir superioridade, mas às vezes é bom também reconhecer (o mérito do rival). Tivemos 20 minutos completamente ruins, semelhantes à final do Paulista, mas o Palmeiras também ficou bem perdido no campo após perder o pênalti. Vamos tentar valorizar trabalho dos outros."

Abel Ferreira voltou a falar indiretamente sobre o tema em outra oportunidade, dizendo que os jogadores são os responsáveis por construir o resultado e que não se deve personalizar uma disputa.

Jorginho

O técnico do Atlético-GO criticou Abel Ferreira em coletiva de imprensa após a derrota por 4 a 2 sofrida pelo time goiano diante do Palmeiras, no Allianz Parque, pelo Brasileiro. O campeão mundial de 1994 disse que a comissão técnica do Palmeiras não tinha respeito pela arbitragem.

"Não é à toa que não só ele, mas toda a comissão técnica vem sendo expulsa constantemente, porque falta esse tipo de respeito. Você bater palma para o árbitro é sacanear o cara. É uma coisa que me revolta como treinador, como brasileiro, ele vir no nosso País e estar desrespeitando nosso País, desrespeitando nossos árbitros, dizendo que (o árbitro Roman Abatti Abel) é cego,

xingando de tudo quanto é nome e nada acontece", disse.

Mano Menezes

Logo que iniciou seu trabalho no Internacional, Mano Menezes também falou sobre o modo como Abel lida com a arbitragem durante os jogos. O próprio técnico do Palmeiras já admitiu algumas vezes que precisa melhorar nesse aspecto e se controlar mais à beira do campo.

"Quanto ao meu comportamento (com a arbitragem), achei que estava meio exagerado. Aí, fiquei olhando o Abel Ferreira, do Palmeiras, e virei um juvenil em termos de reclamação. Mas, como a tolerância é maior com quem vem de fora, a coisa andou mais normalmente", disse Mano em entrevista à Rádio Grenal.

Mano Menezes também relembrou a explicação de Abel Ferreira sobre a classificação diante do Atlético-MG na Libertadores. O técnico do Inter usou a argumentação do português para apontar em que aspectos seu time precisa melhorar.

"Vamos ter oportunidade de trabalhar melhor as construções das jogadas, as posturas diferentes da equipe quando o adversário está com linhas baixas. Vocês ouviram uma aula aí semana passada de que 'tem de colocar gente dentro do bloco, não pode só jogar por fora do bloco'", ironizou o técnico colorado.

Alberto Valentim

Alberto Valentim não gostou da forma como Abel Ferreira comemorou o título da Recopa sul-americana, conquistada pelo Palmeiras sobre o Athletico-PR no início do ano. O comandante alviverde chutou um copo de água e revoltou a delegação paranaense. Abel pegou dois jogos de suspensão pelo ato.

"Vocês viram o que Abel Ferreira fez? Desnecessário, chutou uma água no nosso banco, bateu na mesa do delegado. Não entendi que tipo de comemoração é essa. Tem de perguntar para ele essa idiotice que ele fez", afirmou Valentim, que atualmente está sem clube.

CONTRA O FLAMENGO

Palmeiras pode ampliar vantagem

Com 48 pontos, time paulista lidera o Brasileirão, enquanto o rubro-negro é o segundo, com nove pontos a menos

Ivo Marques
ivo_esportes@yahoo.com.br

O Brasileirão segue, hoje, com mais sete jogos. O confronto entre o líder Palmeiras, com 48 pontos, e o vice-líder Flamengo, com 39 pontos é considerado o mais importante. A partida acontece às 16h, no Allianz Parque, em São Paulo. O jogo está sendo visto como uma "decisão antecipada" da competição. Em caso de vitória o Verdão praticamente elimina as chances de conquista do Flamengo, abrindo uma vantagem de 12 pontos sobre o time rubro-negro. Caso o clube carioca vença, a diferença entre eles cairá para apenas seis pontos e a disputa tenderá a ficar muito acirrada até o final da competição.

O Flamengo não sabe o que é perder para o Palmeiras, em Campeonatos Brasileiros, há cinco anos. A última vitória do Verdão aconteceu em 2017, quando venceu por 2 a 0. De lá para cá, foram cinco vitórias do rubro-negro e cinco empates. O último, no jogo de ida do Brasileirão, no Maracanã.

Os dois clubes vêm se revezando na hegemonia do futebol brasileiro e sul-americano nos últimos anos. Em 2019, o Flamengo conquistou o Carioca, o Brasileiro e a Li-

bertadores. Em 2020, a Supercopa Sul-Americana, e a Supercopa Brasil, o Carioca e o Brasileiro. Em 2021, a Supercopa Brasil.

Já o Palmeiras foi campeão da Copa do Brasil de 2019. Em 2020, campeão paulista e da Libertadores. Em 2021, o Verdão foi campeão da Libertadores. Agora em 2022, o Palmeiras foi campeão da Supercopa Sul-Americana e Paulista.

Para a partida de hoje, o Palmeiras terá a força máxima e todos os atletas estarão à disposição do técnico Abel Ferreira. O time não teve jogos no meio da semana e vem de uma vitória importante no clássico contra o Corinthians, por 1 a 0. Já o Rubro-negro, após um começo desastroso, onde quase figurou na zona de rebaixamento, vem crescendo na competição após a chegada do técnico Dorival Junior. O clube já é o segundo colocado, e vem de uma vitória por goleada sobre o Athletico Paranaense, por 5 a 0. O detalhe é que a equipe vinha jogando com um time reserva, mas para esse jogo contra o Palmeiras, deverá utilizar o time titular que vem disputando a Libertadores e a Copa do Brasil, com raras exceções. No meio de semana, a equipe carioca venceu outra vez o Furacão, por 1 a



Abel Ferreira teve uma semana para treinar o Palmeiras; Dorival Jr vem de um jogo desgastante pela Copa do Brasil



Fotos: Divulgação/Palmeiras/Flamengo

0 e se classificou para as semifinais da Copa do Brasil.

Outros jogos

O Brasileirão programa para hoje mais seis jogos. Às 11h, o Juventude receberá o Botafogo, no Estádio Alfredo Jaconi, em Caxias do Sul. O time gaúcho é o lanterna da competição, com apenas 16 pontos, e vem de uma derrota para o Cuiabá por 1 a 0. Já o Glorioso do Rio de Janeiro está na 12ª posição, com 26 pontos e empatou em casa, em 0 a 0, com o Atlético Goiano.

Às 18h, o Fortaleza, que está iniciando uma reação no campeonato, receberá o Corinthians, no Castelão. O Tricolor do Pici ocupa a 15ª colocação com 24 pontos e venceu o clássico contra o Ceará, por 1 a 0. O Timão perdeu a segunda posição para o Flamengo e está em terceiro lugar, com 39 pontos. O clube perdeu para o Palmeiras por 1 a 0. No meio de semana, conquistou uma vaga para as semifinais da Copa do Brasil, após uma goleada por 4 a 1 sobre o Atlético Goiano.

O Red Bull Bragantino

enfrenta o Ceará, no Estádio Nabi Abi Chedid. O Red Bull está na 9ª posição, com 30 pontos, mas vem de uma derrota de goleada para o São Paulo por 3 a 0. O Ceará está 25 pontos e ocupa a 14ª colocação. O Alvinegro vem de uma derrota para o Rival Fortaleza por 1 a 0.

Também às 18h, na Arena da Baixada, o Athletico tenta se recuperar da eliminação da Copa do Brasil para o Flamengo, no meio da semana, e também de uma goleada de 5 a 0 para este mesmo Flamengo, na última rodada

do Brasileirão. O time de Felipe é o 5º colocado, com 37 pontos. Já o América faz uma campanha surpreendente. O Coelho é o 8º colocado, com 30 pontos.

Às 19h, o Santos recebe o São Paulo, em um clássico paulista na Vila Belmiro, na baixada Santista. O Peixe está na 10ª colocação, com 30 pontos. O Tricolor paulista tem 29 pontos e está na 11ª posição. Na Ressacada, em Florianópolis, o Avaí, 17º colocado, com 23 pontos, vai encarar o Internacional, na 6ª posição, com 36 pontos.

MUITO ALÉM DO **GRITO**
DO **IPIRANGA**

UM MERGULHO NOS 200 ANOS DE INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

TABAJARA
CONTA A
HISTÓRIA

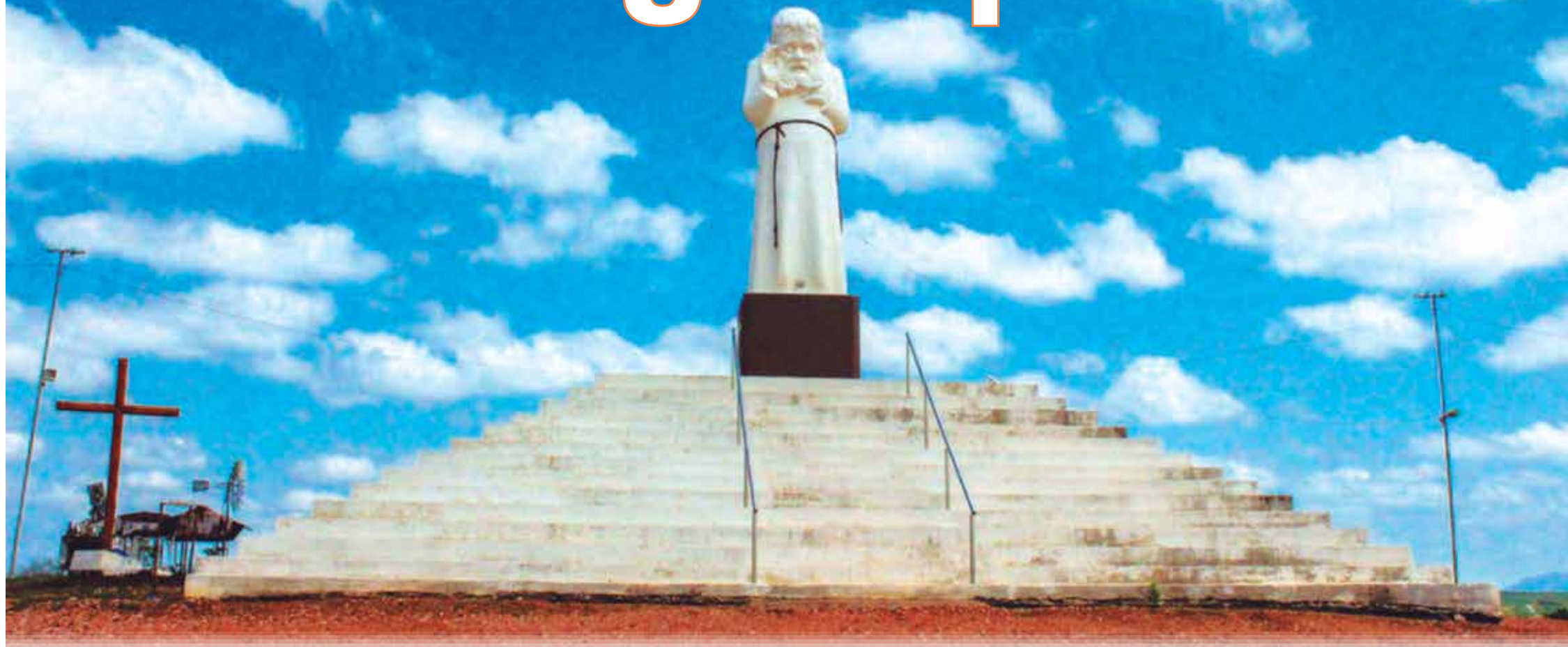


SEGUNDAS,
8H ÀS 8H30
NA TABAJARA FM 105.5

Tabajara

EMPRESA
PARAIBANA DE
COMUNICAÇÃO

Homenagem pioneira



Cerca de cinco vezes menor do que a estátua de Frei Damião em Guarabira, imagem com o mesmo propósito em Sousa cresce em importância histórica por ser o primeiro grande monumento na Paraíba em alusão à devoção e ao turismo religioso referente ao famoso frade capuchinho que peregrinou por anos pelas cidades nordestinas

Lucilene Meireles
 lucilenemeirelesjp@gmail.com



Ela representa a figura do Frei e a fé, especialmente em períodos de seca, quando ele visitava, com frequência, o Sertão

Porcina Furtado

de seca, quando ele visitava com frequência o Sertão”, destaca Porcina Furtado.

O historiador José Octávio de Arruda Melo relata que a construção da estátua de Frei Damião foi uma iniciativa da prefeitura da cidade na época. “Frei Damião é muito conceituado no interior. As pessoas, literalmente, trocavam a religião católica por Frei Damião. Por conta disso, foram criadas as estátuas do frei”, declara, ressaltando que a existente em Guarabira é a mais famosa da Paraíba.

“A cidade de Sousa reparte muito Frei Damião com a história do Parque dos Dinossauros. Guarabira não tem essa alternativa e, por isso, a manifestação é maior lá, atraindo gente da Paraíba e dos estados vizinhos, como Rio Grande do Norte, Alagoas, Pernambuco. A de Guarabira é mais intensa do que a de Sousa que, confesso, não conheço”, acrescenta o historiador. A reportagem entrou em contato com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (Iphaep) para confirmar se o monumento é ou não tombado. A direção do Instituto se comprometeu a fazer um levantamento, mas até o fechamento desta edição as informações não foram enviadas.

Projeto para construção de santuário

A Prefeitura de Sousa (PMS) elaborou projeto para a construção de um santuário no local onde foi erguida a estátua de Frei Damião. A proposta, conforme o turístico Silvonetto Oliveira da Silva, que é do quadro da prefeitura da cidade, foi apresentada à Diocese de Cajazeiras que é a instituição responsável pela manutenção do monumento, mas ainda não há informações se a ideia vai ser concretizada.

“Por parte da prefeitura, não temos prazo para a construção do santuário, haja vista que a Diocese não cedeu o local para a construção”, declara o secretário do Turismo de Sousa, Fernando Macena da Cruz. Segundo ele, a informação mais recente é de que o santuário seria construído com recursos próprios da Diocese.

Enquanto o santuário não é construído, os fiéis mantêm

a visitação à estátua de Frei Damião todos os domingos pela manhã para rezar o terço, e no último domingo do mês é realizada uma missa com a presença de padres, ministros da eucaristia, frades e demais religiosos.

O lugar é um dos principais símbolos de fé e religiosidade cristã da comunidade católica no Alto Sertão paraibano, onde frequentemente é registrada a presença deromeiros e peregrinos que se dirigem à estátua para orações e pagamentos de promessa pelas graças e milagres atribuídos a Frei Damião.

Nascido Pio Giannotti, em Bozzano (Itália), no dia 5 de novembro de 1898, Frei Damião recebeu, aos 17 anos, o hábito de capuchinho, sendo nomeado Frei Damião de Bozzano. Começou a peregrinação e evangelização pelo Nordeste em 1931. Mor-

Foto: Arquivo Pessoal



Secretário do Turismo de Sousa, Fernando da Cruz

reu em Recife (PE), em 31 de maio de 1997, de insuficiência respiratória, aos 98 anos.

Além de sua importância histórica e também de interesse dos seguidores do religioso capuchinho, a estátua a Frei Damião na cidade de Sousa se torna ainda mais de destaque pela autoria da obra de arte. O monumento é assinado por um dos mais importantes escultores das artes plásticas do Brasil: Abelardo Germano da Hora, pernambucano de São Lourenço da Mata, nascido em 31 de julho de 1924, e que morreu aos 90 anos, em Recife, a 23 de setembro de 2014.

Abelardo da Hora foi um artista plástico, professor, poeta, escultor, desenhista, gravurista, pintor e ceramista. Era formado em Artes Plásticas pela Escola de Belas Artes de Recife e em Direito pela Faculdade de Direito de Olinda.

Estátua em Guarabira tem 34 metros

O Santuário Memorial Frei Damião, situado na cidade de Guarabira, na região do Brejo paraibano, é um projeto arquitetônico composto de um museu e uma estátua, em homenagem ao frade capuchinho Frei Damião de Bozzano. Atualmente é considerada a terceira maior estátua do Brasil.

A inauguração, em dezembro de 2004, contou com a presença de mais de 50 mil fiéis. Foram realizadas parcerias entre a Diocese de Guarabira e o governo do estado da Paraíba em sua edificação.

O santuário foi projetado pelo Arquiteto Alexandre Azedo e o Memorial Frei Damião, de autoria do Arquiteto paraibano Gilberto Guedes. A cons-

trução da obra foi iniciada em 27 de março de 2000. O local foi transformado em santuário através de um

decreto emitido pelo então administrador apostólico Dom Jaime Vieira Rocha, em 2007, tendo como primeiro reitor o padre Gaspar Rafael Nunes.

Em 29 de abril de 2013, Dom Lucena, bispo de Guarabira, entregou o Santuário de Frei Damião aos cuidados da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos, da qual Frei Damião fazia parte. O santuário fica está distante a 98 quilômetros da capital, João Pessoa, instalado na Serra da Jurema.

A estátua de Frei Damião em Guarabira tem cerca de 34 metros de altura e pode ser vista de qualquer ponto da cidade. Do alto da Serra da Jurema, é possível ver toda a cidade, e algumas cidades próximas situadas num

raio de 50 quilômetros. O monumento possui ainda um museu, que foi montado com a consultoria da Fundação Joaquim Nabuco, uma casa de ex-votos, praça de celebração, capela e Via Sacra.

No museu do Santuário de Frei Damião, além de objetos pessoais, fotografias e artigos religiosos, dispõe ainda de várias estátuas em tamanho natural, que reproduzem aspectos da vida do chamado “Santo das Missões”.

Com aproximadamente 34 metros de altura, o memorial atrai turistas de vários locais e é a terceira maior estátua do Brasil, superada apenas pelo Cristo Redentor, no Rio de Janeiro, e pelo Alto de Santa Rita de Cássia, no Rio Grande do Norte.

Mirante

Estátua de Frei Damião em Guarabira fica localizada no alto da Serra da Jurema, de onde toda a cidade pode ser vista, além de outros lugares situados num raio de 50 quilômetros

Paulo Pontes

Dedicado de corpo e alma ao teatro, atuou na Rádio Tabajara e no jornal A União

Giovanna Brito
gibritosilva@hotmail.com

Já são passados quase 50 anos que a arte brasileira perdeu Paulo Pontes. Escritor, ator, produtor de programas radiofônicos, além de outras habilidades e competências, o paraibano deixou um legado na dramaturgia e a temática de sua obra mantem-se atual para os dias de hoje. Mais de quatro décadas após sua morte, artistas que reconhecem sua grandiosidade questionam se a sua história ficará restrita a dar nome a um teatro ou ser lembrada apenas às datas de seu nascimento e de sua morte.

A classe reivindica que a obra do dramaturgo seja revivida e debatida para que sua excelência seja conhecida pelo grande público. “A população de João Pessoa, a grosso modo, por exemplo, sabe da existência de um teatro com esse nome, mas não sabe nada sobre o seu patrono. Vamos ainda mais longe: a própria classe artística, embora sabendo que se trata de um escritor, não conhece a fundo a sua história, nem tampouco a obra”, afirma o teatrólogo Tarcísio Pereira.

O campinense Paulo Pontes, que foi casado com a atriz Bibi Ferreira, foi reconhecido como um dos melhores escritores de peças teatrais do país. “Essa obra precisa ser divulgada, lida e estudada. A memória de Paulo Pontes não pode continuar restrita à simples afixação do seu nome na placa de um teatro”, acrescenta Tarcísio.

Sua morte precoce, aos 36 anos de idade, vitimado por um câncer de estômago, interrompeu uma carreira em ascensão que tinha muito a contribuir com o país. O ator, escritor e poeta Everaldo Vasconcelos lembra que o paraibano foi um entusiasta da arte e por meio dela procurou promover justiça social. “Paulo Pontes foi uma pessoa que se dedicou de corpo e alma ao teatro, trilhou os caminhos das artes cênicas, sempre comprometido com a democracia e a construção de uma sociedade mais justa através de sua produção dramaturgic”, argumenta.

“Os Inimigos Não Mandam Flores” foi seu primeiro espetáculo, encenado por ele no Teatro de Estudantes da Paraíba. No Rio de Janeiro, Vicente

de Paula Holanda Pontes, nome de batismo, estreou nos anos de 1960, atuando inicialmente no rádio, com um programa que mostrava mais um de seus talentos, o humor. Ele foi protagonista do ‘Haroldo Barbosa’, radiofônico hilário.

O escritor Paulo Vieira, autor do livro ‘Paulo Pontes: A Arte das Coisas Sabidas’, lembra que, após 1964, Paulo Pontes, em parceria com Ferreira Gullar e Oduvaldo Vianna Filho, fundou o grupo Opinião. “Esse grupo foi o responsável pelo remodelamento dos shows da música popular. Entre os artistas lançados está Maria Bethânia, que chegou ainda adolescente”, destaca.

Mas foi em 1971 que Paulo Pontes carimbou definitivamente seu nome na arte brasileira, quando escreveu o espetáculo de comédia ‘Um Edifício Chamado 200’. É também de autoria de Paulo Pontes ‘A Grande Família’ e o drama ‘Gota D’Água’. Por esse espetáculo, o paraibano recebeu vários prêmios pelo país. “A ‘Gota d’Água’ aparece como sendo dele e de Chico Buarque, mas a obra inteira foi escrita por Paulo Pontes. Chico foi o responsável pela composição das músicas do espetáculo”, retifica o professor Paulo Vieira, pesquisador da obra do paraibano.

Por cerca de 10 anos, Paulo foi considerado uma das personalidades mais importantes do teatro brasileiro, não só nos aspectos da dramaturgia, mas também no conceitual, na discussão estética e política da dramaturgia. Conforme o pesquisador Vieira, ele tinha grande capacidade de aglutinar personalidades em torno de ideias e projetos que debatessem o país, se mostrando preocupado com os rumos que o país tomava naquela época. “Foi um homem que buscou incessantemente entender a cultura brasileira a partir das suas raízes populares”, diz.

Paulo Pontes enfrentou grandes dificuldades quando começou a despontar no cenário nacional, visto que suas obras, que também tinham um caráter de crítica social, passaram a ser vigiadas pela censura imposta pela ditadura mili-

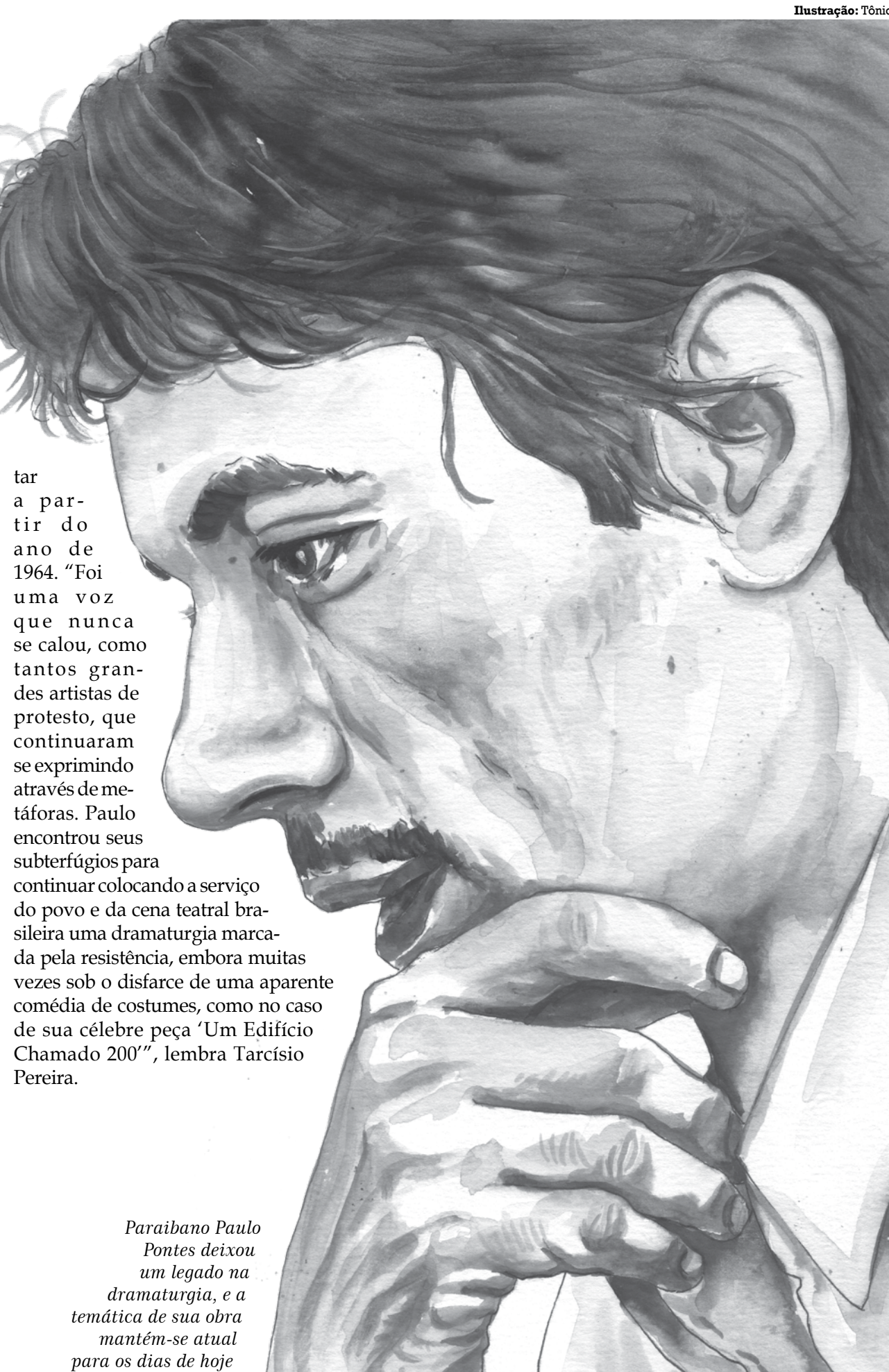


Ilustração: Tênio

tar a partir do ano de 1964. “Foi uma voz que nunca se calou, como tantos grandes artistas de protesto, que continuaram se exprimindo através de metáforas. Paulo encontrou seus subterfúgios para continuar colocando a serviço do povo e da cena teatral brasileira uma dramaturgia marcada pela resistência, embora muitas vezes sob o disfarce de uma aparente comédia de costumes, como no caso de sua célebre peça ‘Um Edifício Chamado 200’”, lembra Tarcísio Pereira.

Paraibano Paulo Pontes deixou um legado na dramaturgia, e a temática de sua obra mantém-se atual para os dias de hoje

angelicalucio@gmail.com

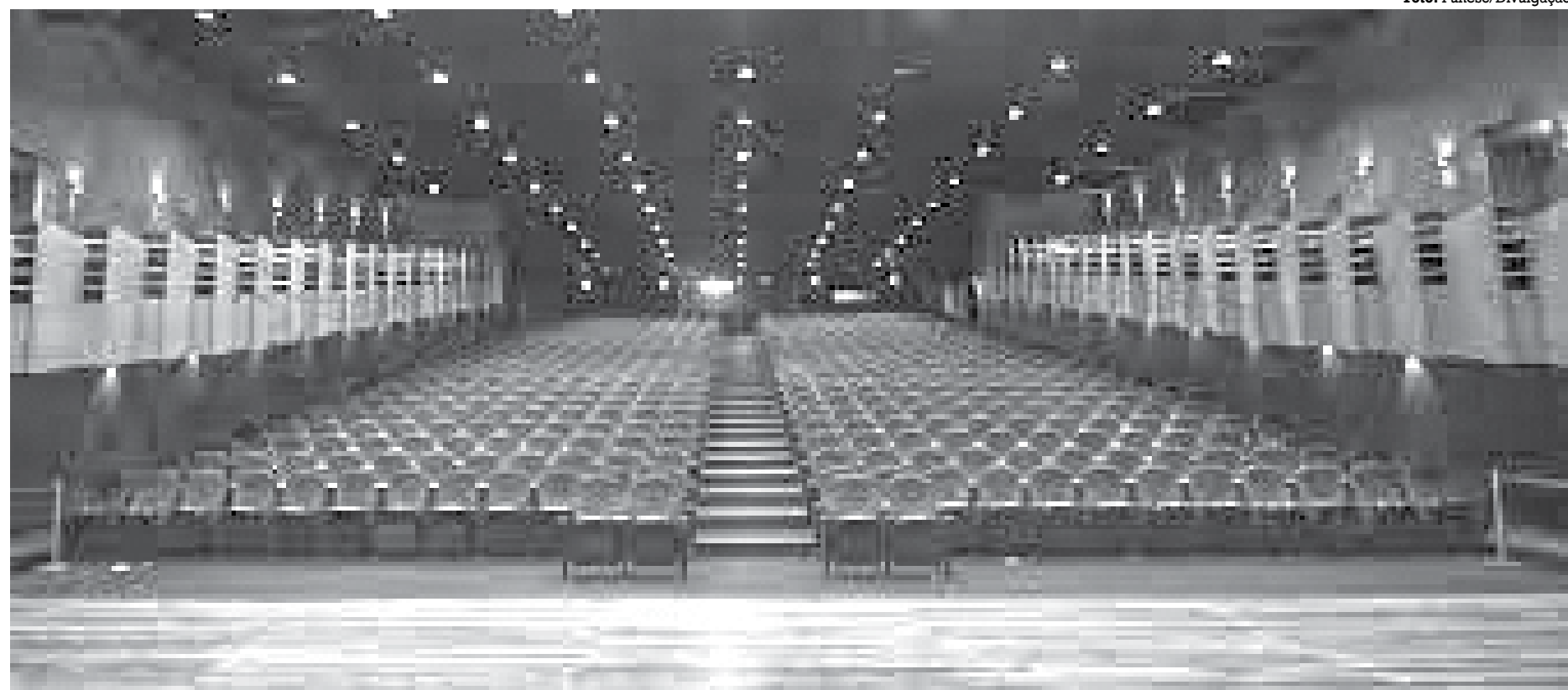


Foto: Funes/Divulgação

Teatro localizado nas dependências do Espaço Cultural José Lins do Rêgo, em João Pessoa, recebe o nome do teatrólogo paraibano natural de Campina Grande

Da imprensa paraibana para o Rio de Janeiro

Paulo Pontes nasceu em Campina Grande no dia 8 de novembro de 1940, mas ainda criança foi morar com os pais em João Pessoa. Seus primeiros trabalhos foram como produtor da Rádio Tabajara e, depois, passou a escrever para o jornal **A União**.

No final dos anos de 1950, percebendo que precisaria provar de outras fontes e conviver com pessoas que tinham a arte como prioridade, ele decidiu ir para o Rio de Janeiro. Logo nos primeiros

meses de sua estadia na cidade, ele ganhou uma bolsa de estudos do Museu Histórico e Geográfico Nacional.

Mas a morada no Rio de Janeiro demorou pouco tempo. As dificuldades financeiras o fizeram voltar a residir em João Pessoa. “É preciso lembrar que dessa época há um texto teatral intitulado ‘Parai-bê-a-bá’, que estreou em 1968, e do qual foi o principal autor. Ele voltou o seu olhar para a Paraíba, mostrando-se atento aos grandes problemas sociais

e também valorizando a cultura e arte do estado”, recorda o ator Everaldo Vasconcelos.

Anos depois, ele voltou mais uma vez ao Rio de Janeiro a convite da TV Tupi, onde passou a integrar a equipe de criação. Entre os programas, ele colocou no ar ‘Bibi - Série Especial’.

No início dos anos de 1970, Paulo tomou, definitivamente, gosto por escrever peças teatrais e, partir daí, várias peças foram criadas. E, diferentemente

das anteriores, começou a escrever sozinho.

Paulo morreu no dia 27 de dezembro de 1976, no Rio de Janeiro. “É chegado o momento de se formar uma grande mesa redonda em torno da obra dramaturgic e do pensamento desse autor, corrigindo as injustiças e o ostracismo da informação sobre o trabalho de uma personalidade tão complexa no contexto da formação cultural, social e política da segunda metade do século 20”, desabafa Tarcísio Pereira.

Tocando em Frente



Professor Francelino Soares
francelino-soares@bol.com.br

A Bossa-Nova – Intérpretes, compositores/letristas e afins – Parte 9 – Aloysio de Oliveira – I

Embora hoje se fale pouco nele, e, por isso mesmo, poucos o conheçam, seguramente pode dizer-se que ele seja um dos mais longevos atuantes no universo de nossa música popular brasileira, não somente por aqui, mas pelos Estados Unidos e, talvez, pela Europa. Seria o que hoje se chamaria um influencer no mundo do show businessman.

Aloysio de Oliveira – (Rio, 1914 – Los Angeles, 1995) – Nascido na antiga Vila Martins da Mota, no Bairro Catete/Rio-RJ, desde a primeira infância manteve uma relação muito estreita com a música. Embora, por exigência familiar, tenha se formado em Odontologia, carreira que nunca abraçou, foi locutor, músico, cantor, compositor, produtor musical, dublador. No início de sua profissionalização, em 1928, vivenciou sua grande experiência, ao participar da formação do Bando da Lua, primeiro grupo instrumental e vocálico brasileiro, buscando a harmonização de vozes, como constituía a moda nos Estados Unidos e que viria a ser também um modismo nacional. O grupo se acompanhava com violões, pandeiro, banjo, cavaquinho, flauta e ritmo. Aloysio, além de ser o idealizador, assumiu o vocal e o violão base do conjunto. As primeiras gravações destinavam-se a músicas car-



Foto: Reprodução

navalescas e, nos anos 30 (de 1930 a 1940), chegaram a gravar cerca de quatro dezenas de discos (rpm), obtendo grande sucesso e aceitação popular. O primeiro rpm trazia as faixas ‘Que tal a vida?’ / ‘Tá de Moná’, pela antiga gravadora Brunswick Records. Foi nessa época que se aproximaram de Carmen Miranda e passaram a acompanhá-la. Quando da ida desta para os Estados Unidos, em 1939, contratada pelo empresário norte-americano Lee Shubert, por exigência dela eles a acompanharam e lá,

além dos múltiplos espetáculos, participaram, inclusive, de oito filmes da então denominada de South American Girl em estúdios norte-americanos.

Pequeno “acidente de percurso” fez o conjunto Bando da Lua se desmembrar e, por exigências contratuais, foi criado o Miranda’s Boys que, quatro anos depois, foi reformulado por Aloysio de Oliveira que revitalizou o grupo inicial, contando, dessa vez, com dissidentes de um outro grupo nacional semelhante, o Anjos do Inferno, agora, porém, com um repertório que preferenciava a música norte-americana. Enfim, o grupo se desfez, em 1955, com a morte de quem eles consideravam sua “madrinha”, Carmen Miranda.

No período de 1932 a 1939, já na Odeon Records, o Bando da Lua lançou cerca de sessenta 78 rpm. À título de curiosidade: no início dos anos de 1940, sempre com Aloysio de Oliveira à frente, o Bando da Lua gravou aquele que, já nos tempos da Bossa-Nova, seria um dos grandes sucessos de João Gilberto, que também o fora do seu autor: ‘O Samba da Minha Terra’, de Dorival Caymmi.

Após a morte de Carmen Miranda, Aloysio regressou ao Brasil, assumiu a direção artística da Odeon e passou a se apresentar na Rádio Mayrink Veiga, ao lado de Aurora

Miranda e Vadico. Honra ao mérito: foi sob sua batuta e responsabilidade que foi lançada o mítico LP ‘Chega de Saudade’, do início de carreira de João Gilberto, marco inicial da Bossa-Nova. Aliás, foi Aloysio que, usando do seu prestígio no meio musical, pressionou a Odeon no sentido de contratar o jovem baiano que ali gravou o seu primeiro álbum (LP).

Após deixar a Odeon e passar pequena temporada na Philips, uma “jogada de mestre” ocorreu em 1963, quando Aloysio fundou a sua própria gravadora, a Elenco Records, uma espécie de carro-chefe do movimento bossa-novista, lançando ou fazendo estreitar astros de primeira grandeza no universo musical, como Tom Jobim, Vinícius de Moraes, João Donato, Odete Lara, Maysa, Baden Powell, Sylvia Telles Edu Lobo, Nara Leão, Sérgio Ricardo e o já veterano Dick Farney, entre outros. É dessa fase a parceria dele com Tom Jobim na criação de alguns megassucessos: ‘Inútil Paisagem’, ‘Dindi’, ‘Eu preciso de você’, ‘Só tinha que ser você’. Em 1968, com a extinção de sua gravadora, ele voltou aos Estados Unidos, onde passou a produzir alguns álbuns de artistas brasileiros, para algumas gravadoras, como RCA e Odeon. Retornando ao Brasil, continuou em sua atividade de produção, agora também trabalhando para a Som Livre.

Angélica Lúcio

À quem interessa saber a idade de Glória Maria?

A jornalista Glória Maria faz aniversário no dia 15 de agosto. Há poucos dias, ao conferir as notícias dos principais portais brasileiros, fiquei indignada ao me deparar com manchetes que chamavam a atenção dos internautas para a idade da jornalista, umas das principais comunicadoras do país.

No portal Uol, o título da coluna “Splash” instigava o leitor: “Quantos anos tem Glória Maria, jornalista da Globo que faz aniversário hoje?”. Matérias semelhantes, ao longo do dia, também pipocaram em outros espaços. No Correio Braziliense, nem sequer se deram ao trabalho de fazer uma manchete mais criativa: “Quantos anos tem Glória Maria? Jornalista da Globo faz aniversário hoje”. O Jornal do Commercio, de Pernambuco, também se rendeu ao tema: “Quantos anos tem Glória Maria? Jornalista faz aniversário hoje. Confira idade”, publicando matéria por volta das 14h.

No mesmo dia, mas dessa vez na coluna “Na Telinha”, o Uol trouxe nova matéria sobre o assunto: “Idade de Glória Maria é revelada; saiba quantos anos tem a jornalista”. A notícia (nada mais que fofoca com uma dose forte de ageísmo) foi publicada às



Foto: Instagram

15h10. Pouco mais de uma hora e meia depois, às 16h55, o Diário do Nordeste veiculou a seguinte matéria em seu site: “Qual a idade de Glória Maria? Veja quantos anos tem a jornalista, que faz aniversário nesta segunda (15)”. Como sutiá, a seguinte informação:

“Um dos mistérios sobre a apresentadora, a idade de Glória Maria foi revelada por uma matéria do Uol”.

Com o passar das horas, vários sites, blogs e portais também se renderam à temática, inclusive programas de tevê. Uma simples procura no Google comprova o frenesi da mídia na tentativa de abocanhar um pouco da atenção da audiência com um assunto que estava bombando. SBT, Record TV, IG Gente, Jornal Correio, Tribuna Online, O Dia, Pop Mundi... vários veículos entraram na onda.

Há alguns anos, a jornalista, pesquisadora e professora Fabiana Moraes e Silva sugeriu a criação de uma nova categorização jornalística: a não-notícia. A hipótese apresentada por Fabiana é que, “utilizando alguns conceitos já previstos na Teoria do Jornalismo e da Notícia e subvertendo outros cânones, a mídia cria acontecimentos para se autoalimentar”. E foi justamente isso que vi, ao observar a quantidade de notícias publicadas com especulações sobre a idade de Glória Maria. Posteriormente, as conjecturas deram lugar à “revelação bombástica” de quantos anos, afinal, tem a jornalista.

Nesse ambiente de nova realidade midiática, conforme Fabiana Moraes, “as notícias – a não-notícia – é o resultado de um momento em que a mídia não é só um suporte para os eventos que acontecem no mundo: ela os cria por si própria”.

A jornalista Sílvia Ruiz, que assina a coluna Agêlles no portal Uol, demonstrou indignação, em seu perfil no Instagram, com a exploração da idade de Glória Maria pela mídia. “Glória Maria fez aniversário ontem. E em vez de uma celebração da data, o que a gente viu na mídia? Uma série de ‘reportagens’ fazendo todo tipo de investigação para tentar desvendar a idade da jornalista”, escreve.

E continuou: “O etarismo se manifesta de muitas maneiras. E essa de jogar a idade na cara de mulheres é um clássico. E como se quissem dizer: ‘Você quer esconder seu envelhecimento, mas a gente vai te desmascarar’”. Isso mesmo, Sílvia! Como você tão bem destacou em seu perfil: “Apenas deixem a Glória Maria em paz”. Tenho 48 anos. E precisaria de bem mais que o dobro para tentar, ao menos, adquirir um pouco da experiência, cultura, inteligência e alegria de viver de Glória Maria.



Fotos: Divulgação

PITADAS A GOSTO

A criação de frango teria chegado ao Brasil em 1503, com Gonçalo Coelho, que atracou no Rio de Janeiro. Mas a produção comercial surgiu em Minas Gerais, por volta de 1860, quando o estado começou a despachar galináceos e laticínios para outras regiões do país.

A criação do frango, no entanto, era campestre. As aves (crioulas ou galinhas caipiras) viviam soltas e demoravam seis meses para atingir o peso de abate, na faixa de 2,5 quilos ou mais.

O processo de modernização e de produção em escala da avicultura no país começou

na década de 1930, em razão da necessidade de abastecer os mercados que já eram gigantescos na época.

A partir dos anos de 1950, a avicultura brasileira ganhou impulso com os avanços da genética, com o desenvolvimento das vacinas, nutrição e equipamentos específicos para sua criação. As grandes agroindústrias avícolas brasileiras ganharam estrutura no início dos anos de 1960.

Hoje, os frangos de corte são abatidos com cerca de 40 dias de idade e peso médio de 2,4 quilos. A metamorfose da avicultura comercial brasileira, com o melhoramento genético,

introdução do sistema de produção integrada, nutrição balanceada, manejo adequado, controle sanitário e qualidade da carne e dos ovos é uma das maiores façanhas do agronegócio nacional e que, pelo jeito, não deve parar por aí.

O Brasil é hoje o segundo maior produtor e exportador de carne de frango. Produziu em 2002 cerca de 7,6 milhões de toneladas e exportou 1,3 milhão. O consumo interno per capita de frango chegou a 34 quilos no ano passado. Já a produção de ovos, ultrapassou 21 bilhões de unidades e o consumo per capita atingiu 125 unidades.

Walter Ulysses

Chef de cozinha
| Colaborador

Cozinha solidária

Historicamente são os movimentos sociais no Brasil que se organizam para combater a fome da população mais necessitada

A falta de políticas públicas voltadas à segurança alimentar e nutricional fez com que os movimentos sociais no Brasil tivessem que se organizar para o combate à fome e a carestia que atinge a população,

principalmente neste momento que estamos vivendo com uma taxa imensa de desempregados.

Isso não é de hoje. Historicamente, são os movimentos sociais no Brasil que se organizam para combater a fome do povo, quando o governo passa a atender apenas os interesses do andar de cima. Com mais de 670 mil mortos pela Covid-19, nosso povo ainda tem que enfrentar o desemprego que segue aumentando junto com os preços dos alimentos. Sem contar o botijão de gás que passa dos R\$ 100,00 na maioria das cidades do país. A fome sai dos noticiários e passa a orientar a urgência de nossas ações.

Mais de um ano depois, nossa luta não terminou. Estamos já com centenas de cozinhas solidárias funcionando e espalhadas pelo Brasil e não tem dado vencimento! O direito à alimentação saudável e nutricional deve ser garantido a todas e a todos! Além de servir mais de 10 mil marmitas todos os dias e distribuir mais de uma toneladas de alimentos ao longo desse ano de vários projeto, as cozinhas também são espaço de acolhimento, formações, rodas de conversa, atendimento jurídico, psicológico, saraus, cursos de alfabetização para adultos!

A proposta de implementação das cozinhas solidárias visa impactar diretamente a vida da população mais vulnerável.

QUENTINHAS

E continua! Depois de dois anos sem acontecer devido ao isolamento social provocado pela pandemia da Covid-19, a Rota Cultural Caminhos do Frio retoma sua programação no Brejo paraibano. Com início ocorrido em 4 de julho, no município de Areia, o evento conta com programação cultural, além de turismo de vivências e experiências.

A Rota homenageia o cantor e compositor paraibano Pinto do Acordeon, falecido em 2020. Além disso, a programação foca em apresentações com artistas da terra. Passando por nove municípios da região, o evento se encerrará na cidade de Alagoa Grande, cujas apresentações culturais e vivências turísticas ocorrerão entre 29 de agosto a 4 de setembro, totalizando mais de 60 dias consecutivos de Rota Cultural.

A Rota Cultural Caminhos do Frio inclui os municípios de Areia, Pilões, Remígio, Solânea, Serraria, Bananeiras, Matinhas, Alagoa Nova e Alagoa Grande. Durante os meses de julho a setembro, o clima nessa região fica em média 12 graus.

PRATO DO DIA

Frango ao leite de coco

Ingredientes

- 500 g de peito de frango cortado em tiras finas
- 1 vidro pequeno de leite de coco
- 4 colheres (sopa) de manteiga
- 1 cebola pequena picada
- 3 dentes de alho amassados
- 1/2 colher (chá) de gengibre picado
- 2 colheres (sopa) de cebolinha verde picada
- 1 xícara (chá) de molho de tomate
- sal a gosto

Modo de preparo:

■ Em uma panela coloque todos os ingredientes, menos o molho de tomate e o leite de coco. Misture bem até que se forme uma mistura homogênea. Leve ao fogo baixo. O frango vai soltar bastante água. Deixe secar completamente até quase fritar. Coloque o molho de tomate e o leite de coco e deixe cozinhar mais um pouco. Depois disso pode servir! Fica delicioso. E acompanhado com arroz branco.



Cozinhas solidárias estão espalhadas pelo país

Walter Ulysses - Chef formado no Curso de Gastronomia no antigo Lymaldo Cavalcante (João Pessoa) e tem Especialização na Le Scuole di Cucinadi Madrid. Já atuou em restaurantes de diversos países do mundo, a exemplo da Espanha, Itália, Portugal e Holanda. Foi apresentador de programas gastronômicos em emissoras de tevê e rádio locais, e hoje atua como chef executivo de cozinha na parte de consultorias.

Descentralizando

Especialistas políticos enxergam, no municipalismo, uma ideologia que visa privilegiar as administrações das cidades brasileiras

Lucilene Meireles
lucilenemeirelesjp@gmail.com

Alguns estudiosos entendem o municipalismo como uma ideologia política que significa a descentralização do Poder Executivo em favor dos municípios, ou seja, uma organização político-administrativa que privilegia os municípios. Outros afirmam que se trata apenas de uma ação político-administrativa. Mas, independentemente da forma como é compreendido, é preciso entender como ele surgiu e as mudanças sofridas ao longo do tempo.

O cientista político José Artigas de Godoy explica que municipalismo é um programa de ação político-administrativo e diz respeito à forma de administração do estado, mais descentralizada. Essa ação começa a se forjar ainda na Revolução dos Estados Unidos e está presente fortemente na construção do modelo de descentralização federativa estadunidense, um modelo que redundou no federalismo de hoje no Brasil, em três níveis diferentes: União, estados e municípios, assumido desde a Constituição de 1891, primeira republicana.

Esse municipalismo dizia respeito à manutenção do alto grau de independência, na órbita administrativa, para o município com participação mais ativa do cidadão na esfera da comunidade. Isso, conforme Artigas, prevalece nos Estados Unidos onde a maior parte dos municípios tem até 20 mil habitantes, pequenas cidades que possuem um mecanismo de administração compartilhado entre o estado e a própria comunidade.

No Brasil, o municipalismo aparece inicialmente nos debates regenciais – de 1831 até 1840. Naquele período, começa a se discutir uma reforma administrativa, a primeira reforma constitucional que o país vivenciou e que se consolidou em 1834 com o ato adicional.

Esse ato, como afirma o cientista político, descentraliza não apenas a administração, mas há uma descentralização política com a constituição das assembleias provinciais que, depois, na República, seriam assembleias legislativas. Há uma descentralização tributária, fiscal, policial, judiciária, legislativa, uma ampla gama de descentralizações que se inaugura com o ato adicional de 1834. Essa descentralização vai ter, como eixo principal da administração pública, os governos provinciais, o equivalente hoje aos governos estaduais. Mas, naquele momento, já havia um debate sobre a necessidade de ampliação da descentralização também para o nível municipal.

Artigas afirma que havia uma discussão muito intensa sugerindo, por um lado, que a descentralização municipalista poderia privilegiar a manutenção e mesmo expansão do poder das oligarquias, dos líderes locais, mais tarde dos coronéis. Então, para evitar o uso privado da coisa pública e uma aproximação da administração do estado, da esfera de dominação dos senhores de terras, privilegiou-se, em 1834, uma descentralização estadualista, provincial, na época.

Tratado Sobre Direito Administrativo

O debate se acirra novamente por volta de 1862, quando um dos mais importantes líderes políticos e intelectuais da época, Paulino José Soares de Sousa – o Visconde do Uruguai – apresentou seu mais importante estudo, o Tratado Sobre Direito Administrativo, que sugeriu uma grande descentralização municipalista. Ali seguia o caminho de Alexis de Tocqueville – grande intérprete da democracia estadunidense, aristocrata francês e um dos maiores teóricos da política moderna.

No entanto, associando-a a uma vertente de centralização política, seguindo a matriz do pensamento de François Guizot, um dos grandes nomes intelectuais da política da França, na época, surgiu uma proposta de centralização política e descentralização administrativa municipalista. “Se por um lado haveria a manutenção do poder centralizado na figura do imperador, por outro, a administração se espalharia por todo o território”, observa José Artigas.

Ele acrescenta que o Visconde do Uruguai dizia que o Brasil padecia de um grande mal, uma macrocefalia do estado, com uma cabeça enorme e quase sem mem-

brós, com os membros atrofiados, quase sem braços e pernas. “O que ele queria dizer com isso é que a administração estava concentrada na Corte e não se distribuía de forma capilarizada por todo o território nacional, de forma que o estado não se fazia presente nos municípios, apenas na Corte”, diz.

Proposta não foi abraçada

Essa proposta de descentralização, segundo Artigas, não encontrou acolhimento naquele momento e ela, sob outras aparências, reaparece no movimento republicano que vai gerar uma tendência municipalista que não se afirma na plenitude. O que acontece a partir da República, é um movimento de descentralização amplo, mas novamente com o foco principal do poder nas estruturas estaduais, é a chamada política dos governadores, inaugurada por Campos Sales, a partir de 1898.

Essa política vai estruturar o sistema político de toda a primeira República – o coronelista, em que o coronel, líder local do município, não é a figura proeminente como os leigos geralmente sugerem. É o contrário, uma figura em processo de decadência políti-

ca em face da ascensão política de estruturas partidárias e burocráticas organizadas a partir dos governos estaduais. O elo forte da cadeia de compromissos do coronelismo não era o município, não era o locus de exercício do poder do coronel. Era, antes de tudo, a máquina administrativa do Partido Republicano e do governo estadual.

Com a Revolução de 1930, a situação se inverteu. A descentralização regional deu espaço a uma nova e forte centralização política. Houve algum intento descentralizador na Constituição de 1934, contudo esse intento não foi levado a cabo. Em 1937, houve um novo movimento de centralização com o golpe do Estado Novo.

A descentralização só voltaria à pauta política nacional por volta de 1945, às vésperas da preparação da Constituição de 1946, que volta a ter um espírito descentralizador. “Nesse caso, procura descentralizar não apenas o poder, a administração para os estados, mas em algum grau também para os municípios, permitindo uma participação mais ativa do município na composição dos orçamentos públicos”, afirma.

Nesse período de 18 anos –

da Constituição de 1946 até o golpe militar de 1964 – vigorou um modelo semelhante ao que existe hoje, de uma descentralização relativa, ainda com forte peso do poder da União do ponto de vista fiscal e tributário, militar e policial, mas com algum poder e capacidade de investimento dos municípios.

Constituição de 1988

Com o golpe de 1964, a situação se inverte e todo o poder volta a ser centralizado não apenas na órbita política e financeira dos municípios. Eles perdem poder, capacidade arrecadatória, capacidade de investimentos. E esse movimento só vai ser revertido com a Constituição de 1988 que, na época, muitos chamavam de Constituição Municipalista.

José Artigas de Godoy ressalta que estava em voga naquele período, em função da ditadura militar, uma tese de que quanto mais descentralizado o poder, mais próximo do cidadão esse poder estaria. “O cidadão comum teria oportunidade, com o poder próximo dele, de exercer a atividade cidadã do controle da administração, de forma a evitar a corrupção e que os representantes tivessem maior alinhamento com os interesses locais dos municípios”.

Propagou-se também a ideia de que a descentralização política e administrativa era positiva para operacionalidade da administração pública e para o controle social sobre esta administração. “Quando eu falo de operacionalidade, porque sugeria que, à época, administrações mais descentralizadas seriam menos burocráticas, passariam por menos instâncias intermediárias, e isso diminuiria o custo operacional de execução das ações de estado, uma vez que diminuiria a burocracia estatal, passando por menos instâncias deliberativas e de tramitação administrativa”, frisa. Isso, supostamente, garantiria maiores recursos relativos aos municípios para que eles pudessem empreender ações políticas e administrativas locais.

A realidade, como continua Artigas, é que o afã municipalista se dava ali contra um governo ditatorial que centralizava toda administração de forma altamente burocrática e tecnocrática. Para combater a tecnocracia, a burocracia excessiva e a corrupção, seria positivo descentralizar o poder. E assim, relativamente, se fez.



Ilustração: Pixabay

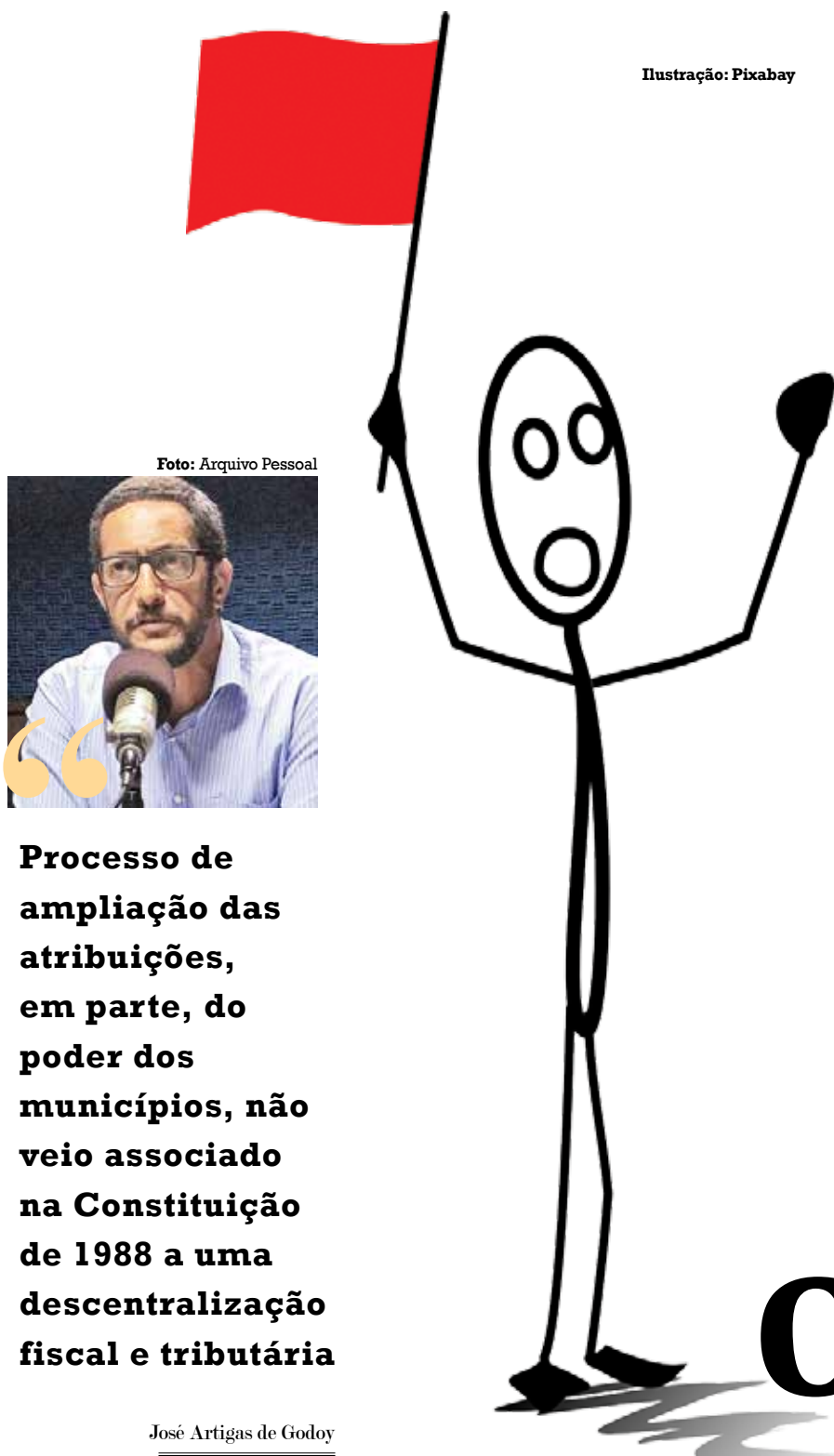


Ilustração: Pixabay



Foto: Arquivo Pessoal

Processo de ampliação das atribuições, em parte, do poder dos municípios, não veio associado na Constituição de 1988 a uma descentralização fiscal e tributária

José Artigas de Godoy

REALIDADE

Municípios estão vivendo à míngua

Prefeitos têm grande dificuldade para levar a cabo as suas responsabilidades sem a tutela fiscal do Governo Federal

Lucilene Meireles
lucilenemeirelesjp@gmail.com

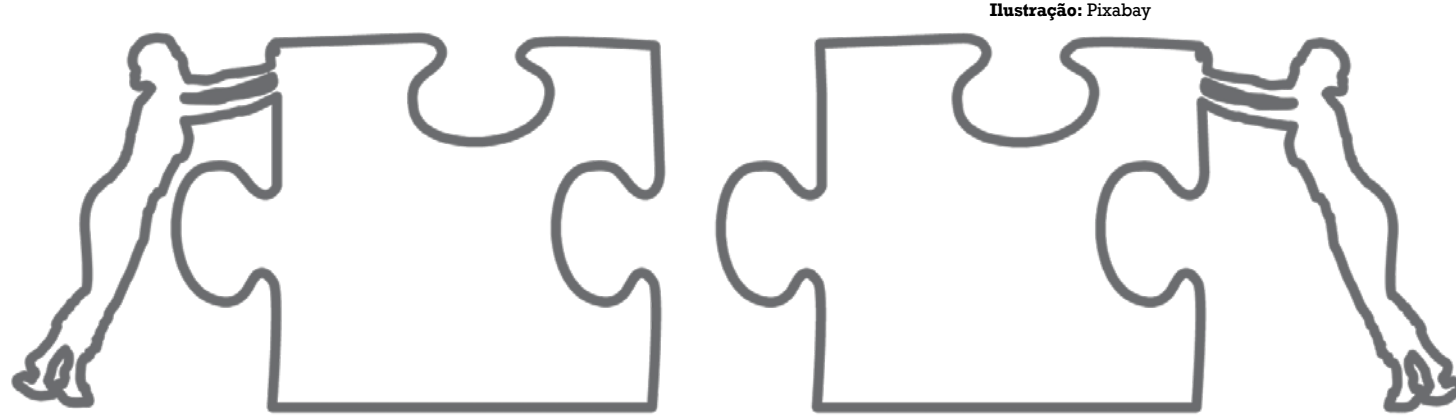
Hoje, os municípios brasileiros vivem à míngua, do ponto de vista fiscal e tributário, com baixíssima capacidade de investimento em função de uma arrecadação muito concentrada em três fontes principais. No Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis, o ITBI; no Imposto Sobre Serviços (ISS); e no Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana (IPTU) e, principalmente, nos repasses federais que são condicionados ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM), maior fundo arrecadador dos municípios.

“Todos os anos, é a mesma ladainha, os prefeitos e vereadores indo à Brasília e tentando ampliar a restritíssima capacidade fiscal de seus municípios, através de repasses diretos para ações objetivas ou para investimentos pontuais. Os prefeitos têm grande dificuldade de levar a cabo as suas responsabilidades programáticas e constitucionais sem a tutela fiscal do Governo Federal”, constata o cientista político José Artigas de Godoy.

Ele diz ainda que nem toda política pública é melhor aplicada, do ponto de vista de sua eficiência e eficácia, se descentralizar, e cita como exemplo o Bolsa Família, uma política pública centralizada, mas que tem eficácia e capacidade de controle muito superior a outras políticas públicas que são executadas pelos próprios municípios.

Descentralizar não melhora a capacidade de investimento do estado, não diminui custos operacionais administrativos, não melhora a capacidade de controle da sociedade, do estado sobre as atividades de agentes públicos, nem contra as atividades de corrupção. “Ao contrário, o que se vê hoje é que existem instituições nacionais e estaduais de controle que executam as tarefas de controle da atividade pública de forma mais eficiente, mais eficaz do que aquelas existentes nos municípios”, comenta.

Descentralizar recursos não significa maximizar investimentos, assim como descentralizar a administração não significa garantir mecanismos de controle eficientes. Descentralizar recursos para os municípios não significa ampliar a capacidade cidadã de exigir transparência e prover responsabilização sobre a malversação do dinheiro público no âmbito local. “Nós temos essas contradições históricas e políticas que são remitentes no Brasil. Se observarmos a história brasileira toda, ela é um grande pêndulo entre a centralização e a descentralização”, verifica.



História mostra processo de “vai-e-vem” na centralização

Com a independência e a primeira Constituição Brasileira de 1824, ocorreu um movimento de centralização contra os quatro séculos de descentralização municipalista durante o período colonial. O período imperial torna-se um período de centralização. Aí vem a regência e vem, com o ato adicional, a descentralização. Depois, com o segundo reinado, uma recentralização, seguida, na Primeira República, por uma redescentralização.

Com o Varguismo, segundo Artigas, novamente vem a centralização. Já na República de 1946 até 1964, nova descentralização. De 1964 a 1986, nova centralização. Com a redemocratização que veio com a Carta de 1988, outra descentralização.

“Esse movimento – centralização e descentralização – acompanha toda a história política brasilei-

ra. Não é algo que seja consolidado em seus termos de debates e é algo que ainda hoje encontra eco em debates sobre a incapacidade dos municípios de exercerem suas funções de forma vigorosa, em função da sua incapacidade arrecadatória”.

Para o cientista político, o municipalismo hoje é focado mais no debate tributário e fiscal do que no debate administrativo e político. Isso fragiliza os discursos municipalistas, porque propõe-se redistribuição de recursos arrecadatórios, mas não se propõem, ao mesmo tempo, mecanismos de controle e transparência. “É um debate histórico, de séculos, não vai se deslindar num curto prazo”, prevê.

Dependência fiscal

Na Paraíba, o que geralmente acontece é uma clássica dependência fiscal. A maior parte dos municípios

tem menos de 200 mil habitantes e, por isso, uma capacidade arrecadatória e fiscal muito pequena. Isso, segundo José Artigas, não quer dizer que não tenha uma demanda relativamente elevada em investimentos de custeio.

“Significa que a margem de manobra de orçamento livre em investimento dos governos municipais é baixíssima. E temos hoje uma situação fiscal um pouco melhor do que já tivemos num passado não muito distante na órbita dos municípios”, esclarece.

Conforme aumenta a inflação, aumenta a arrecadação do estado, mas ele comenta que, se observada a distribuição tributária brasileira, vem acontecendo um fator interessante porque o Governo Federal vem batendo recorde de arrecadação e os governos municipais com queda na arrecadação por conta dos dois me-

canismos vinculadores do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), o IPI e o Imposto de Renda.

No caso da Paraíba, como a maior parte dos municípios é pequena, todos pagam o preço dessa incapacidade operacional. E isso, como acredita Artigas, não vai se reverter em curto prazo, nem com programas de governos estaduais.

“Não é por aí. Apesar de muitos candidatos agora, nesta época de eleição, falarem que vão resolver o problema dos municípios, não vão. Isso é demagogia, porque a resolução dos problemas orçamentários dos municípios só pode acontecer com uma repactuação federativa e fiscal. Antes disso, é mentira, demagogia da candidatura dos diversos partidos que vão sugerindo ser possível, num curto prazo, resolver um problema que é estrutural e de longo prazo”, completa.



“

O conservador tem raiz histórica no Brasil. É a ideia da descentralização do poder político pelas oligarquias regionais. Isso ganhou muita força agora com a ideia do orçamento paralelo (...) Esse municipalismo é perverso

Jaldes Meneses

Visão pelo ângulo histórico e ideológico

O municipalismo, antes de tudo, deve ser encarado como uma ideologia, ou seja, tem que ser visto pelo ângulo ideológico e histórico. É o que afirma o cientista político Jaldes Meneses. Ele diz que o municipalismo pode ser considerado uma visão de mundo e, historicamente, tem raízes profundas no Brasil. O primeiro debate importante sobre o tema – e essa palavra ainda não aparece nesse momento – dá-se no começo do século 20, ainda na República Velha.

“Havia ali, quando nós superamos o Império, um debate entre o pensamento conservador brasileiro, por autores distintos, inclusive do ponto de vista político, como Oliveira Viana e Alberto Torres, sobre a questão do estado. Então, eu diria que o municipalismo é uma tópica, ontem e hoje, sobre a questão do estado. Isso é importante”, considera.

Os conservadores, segundo ele, tinham uma vi-

ção negativa e reacionária sobre a miscigenação no Brasil, mas, sobre o estado, a maioria deles tinha uma visão de centralização. “Por exemplo, Alberto Torres fala em poder coordenador do estado. Aqui tem um detalhe interessante porque os militares hoje falam em poder moderador no Brasil, no Império se tinha o poder moderador. O que Alberto Torres propõe não é bem o poder moderador, mas um poder coordenador do estado, a capacidade do estado de gerir políticas econômicas e sociais”, observa.

Para Jaldes, esse é um debate importante, não dispersar o poder político através dos municípios que podem ser vias de transmissão desse poder. Essa é a ideologia dos conservadores da República Velha. “O que eram as superintendências de desenvolvimento, como a Sudene e outras que surgiram depois no Brasil? É uma experiência de passar por cima

do poder local, porque a relação do Nordeste com o poder federal até a criação da Sudene dava às bancadas federais um peso muito grande. Os governadores tinham um poder menor”, afirma.

A primeira relação de poder de Celso Furtado, conforme o cientista político, foi criar o Conselho da Sudene que envolvia todos os governadores. Isso quebrava um pouco e driblava o papel das bancadas federais. Como não havia um projeto em desenvolvimento nas bancadas federais, elas dispersavam os recursos e o poder coordenador do estado em vários municípios. “Esse é o fulcro do debate entre municipalismo e federalismo no Brasil, que são coisas diferentes”, pontua.

As nuances são muitas. O municipalismo, como se configura hoje, tem muito a ver com o processo da Constituição de 1988, ou seja, é relativamente recente. E está ligado à gestão de políti-

cas sociais como o Sistema Único de Assistência Social (Suas) e, principalmente, o SUS, e diz respeito à descentralização da gestão. “Esse é um aspecto no Brasil, da Constituição de 1988 para cá, de um municipalismo salutar. Isso não colide com a ideia fundamental do papel coordenador do estado do Brasil. Nesse caso, um estado poderoso, que centralize, de maneira democrática, a implementação dessas políticas”.

■ Para cientista político, o conservador tinha uma visão negativa e reacionária sobre a miscigenação no Brasil

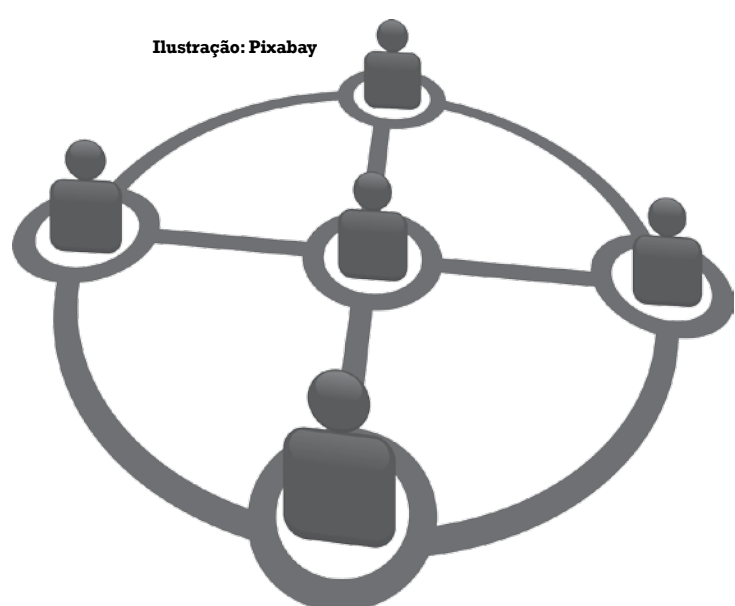
Municipalismo da Constituição de 1988 é salutar para o Brasil, garante cientista

Existem vários municipalismos. “O conservador tem raiz histórica no Brasil. É a ideia da descentralização do poder político pelas oligarquias regionais. Isso ganhou muita força agora com a ideia do orçamento paralelo. As bancadas federais do centrão, no governo Bolsonaro (PL), ganharam mui-

ta força. Esse municipalismo é perverso”, frisa Jaldes Meneses.

Já o municipalismo nos moldes instituídos pela Constituição de 1988, de descentralizar a gestão das políticas públicas, mas que são coordenadas e formuladas nacionalmente, é salutar, na opinião do cientista político.

“Nesse sentido, esse conceito de municipalismo é um conceito em disputa, ou seja, não se trata apenas de fortalecer por fortalecer o poder municipal, o que seria uma cilada. Se nós entrarmos nessa ideologia de apenas fortalecer o poder municipal, estamos caindo numa cilada”, completa.



VISÃO SOCIOLÓGICA

Ponto central nos debates políticos

Municipalismo é instaurado quando há atribuições significativas na produção e na oferta de políticas públicas

Beatriz de Alcântara
 alcantarabriz@gmail.com

De forma resumida, pode-se dizer que o municipalismo é uma visão sociológica que consiste em olhar para os municípios como o “ponto central do debate político”, com autonomia para desenvolverem políticas públicas de crescimento e transformação local. Antes de entender o conceito na prática, é importante lembrar que a definição de município contempla a entidade mais básica dentro da República Federativa do Brasil. Ele possui certa autonomia legislativa e administrativa, pode ser considerado como um recorte territorial em que existe ocupação humana, mas não pode ser confundido com cidade – afinal, a cidade é o centro urbano de um município, sendo, geralmente, o local onde está situada a sua administração.

Conforme registra a literatura de Ciência Política voltada à evolução de estruturas federais de organização do Estado, as experiências federalistas surgiram ainda na Grécia Antiga e depois na Alemanha e na Itália durante a Idade Média. “Contudo, é com a constituição dos Estados Unidos de 1787 que se inaugura o que se convencionou chamar de federalismo moderno. É no centro deste padrão moderno de federalismo que se desenvolve o municipalismo”, diz Ítalo Fittipaldi, doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e professor de Ciência Política da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Em relação ao Brasil, historicamente, o municipalismo ganhou força no período ditatorial, sendo uma corrente muito forte e contrária ao regime de 1964. Durante a redemocratização, o conceito se fortaleceu ainda mais e suas influências estão presentes na Constituição Federal de 1988, principalmente em relação à descentralização de determinadas políticas. Ao todo, o país tem mais de 5,5 mil municípios, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Mesmo tendo ganhado mais força a partir da luta contra o golpe de 1964, o municipalismo nasceu com o Império.

“[Essa era uma] tentativa de aproximar a decisão política com os seus beneficiários diretos, que seria feita a partir do nível do município”, afirma Anderson Nas-

cimento, pós-doutor em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade de São Paulo (USP), doutor em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), professor universitário e consultor. É por essa razão que o Brasil reconhece o município como uma terceira esfera federativa, sendo o único país que tem federação tripartite incluindo os municípios.

Na prática, o municipalismo é instaurado quando a gestão municipal passa a ter atribuições significativas na produção e na oferta de políticas públicas. “Uma capacidade tributária mais elevada aliada a uma maior formulação e implementação de diferentes políticas públicas é o que caracteriza a aplicação prática do funcionamento efetivo dessa concepção de organização federativa. É importante destacar nesse ponto que não se trata de uma desconcentração na produção e oferta de políticas públicas, mas a capacidade institucional efetiva de formular, executar e distribuir políticas aos seus municípios”, explica Ítalo Fittipaldi.

O município é a instância mais próxima do cidadão, pois é o lugar onde essas pessoas residem, trabalham e é também onde se relacionam, se constituindo como espaço político de grande importância na dinâmica da sociedade. “É a partir da vivência política local, em seu sentido *latu sensu*, que a construção de uma sociedade adquire contornos de efetividade política e integrativa”, afirma Fittipaldi.

É justamente essa proximidade da gestão municipal, quem formula as políticas públicas, aos municípios, que são beneficiados, que gera políticas ajustadas e mais eficientes às demandas existentes. “Como os cidadãos vivem nos municípios e estão mais próximos dos gestores das políticas, em tese, isso permitiria uma melhoria no desempenho da produção e distribuição de políticas públicas aos cidadãos. Entretanto, a vantagem comparativa que essa descentralização advinda de um federalismo com foco no município apresenta torna-se efetiva apenas com a existência de administrações públicas municipais dotadas da expertise técnica necessária para fazer frente à provisão dos bens e serviços públicos demandados pelos municípios”, completa o cientista político.

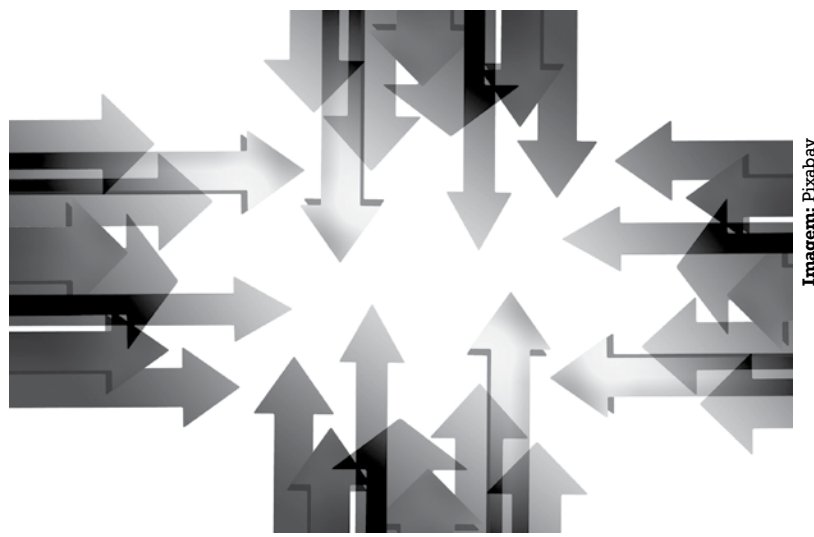


Imagem: Pixabay



Foto: Arquivo Pessoal

“

Existe uma possibilidade de fortalecimento de parcerias público-privadas, e o município acaba sendo um espaço para fomentar esse tipo de discussão

Anderson Nascimento

Ao mesmo tempo, para além do Poder Executivo, a mesma coisa acontece diante do Poder Legislativo na escolha dos vereadores. “A gente verifica a relação dos chamados votos territoriais e a representação territorial vem sendo cada vez mais um fator de explicação do voto para o nível local, sobretudo para os vereadores, demonstrando que boa parte da explicação dos votos para esses se relaciona com a dimensão territorial”, comenta Nascimento.

Analisando a questão do municipalismo com esse viés territorial e a representação política disso, isso torna-se uma explicação dessa “ideologia” no Brasil. “Isso demonstra que o municipalismo é viável se for pensado dessa maneira, como representativo territorial. No dia a dia existe a possibilidade do amadurecimento do próprio sistema político brasileiro e, com o passar do tempo e com a consolidação da democracia, a tendência é que esses aspectos territoriais e representativos se fortaleçam cada vez mais”, conclui Anderson.

Uma realidade antiga e já bem conhecida pelos brasileiros

Apesar de não ser um termo utilizado com frequência quando se fala de política, o municipalismo já é uma realidade antiga e conhecida dos brasileiros – ainda que só na prática. Como mencionado anteriormente, um dos primeiros pontos de percepção do municipalismo no dia a dia é a partir da descentralização das políticas e da forma de atuação e também implementação dessas po-

líticas públicas, delegando aos municípios o papel de ser o responsável.

Para Anderson Nascimento, especialista em Gestão de Políticas Públicas, nos próximos anos, o municipalismo deve se tornar mais ainda uma “tendência”, destacando ainda mais a importância dos municípios na gestão da política pública. “De certa maneira isso se encontra com um conceito que vem sendo trabalhado na Espanha, no sentido de municipalismo nessa visão mais de fortalecimento das relações locais, porque, com uma visão de fragilização das finanças públicas e dos recursos públicos estatais, existe uma possibilidade de fortalecimento de parcerias público-privadas, e o município acaba sendo um espaço para fomentar esse tipo de discussão”, pontua Anderson Nascimento.

Ainda tratando-se de Brasil e da execução do municipalismo, o país exibe uma “forte capacidade de mobilização política”, conforme destaca Ítalo Fittipaldi. Mas, para o cientista político, nem tudo se resume “às mil maravilhas” quando se está falando de municipalismo, pois “dada as assimetrias econômicas-sociais existentes no Brasil, a implementação de um municipalismo proeminente [poderia gerar] fortes distorções na oferta de políticas públicas entre as cidades brasileiras, aumento das desigual-



Foto: Arquivo Pessoal

“

É a partir da vivência política local, em seu sentido *latu sensu*, que a construção de uma sociedade adquire contornos de efetividade política e integrativa

Ítalo Fittipaldi

Imagem: Pixabay



DIVISÃO EM REGIÕES

Municipalismo no contexto paraibano

*Dirigentes entendem que os municípios precisam ter mais autonomia, especialmente diante de suas prerrogativas*Beatriz de Alcântara
alcantarabriz@gmail.com

O estado da Paraíba é composto por 223 municípios, que se dividem em 15 regiões geoadministrativas, sendo elas: Cajazeiras, Campina Grande, Catolé do Rocha, Cuité, Guarabira, Itabaiana, Itaporanga, João Pessoa, Mamanguape, Monteiro, Patos, Pombal, Princesa Isabel, Solânea e Sousa.

Cada uma dessas regiões é composta de outros municípios, entendendo que essa dinâmica de “sub-regiões” estaduais “passa, necessariamente, por um conjunto de ações e de resultados encadeados a partir desses núcleos urbanos, capazes de organizar suas áreas de entorno, integrando municípios com capacidade inferior de sua infraestrutura urbana, de disponibilidade de bens e serviços e de escala econômica”, conforme destaca trecho do artigo “A Paraíba no contexto nacional, regional e interno”, publicado no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Essa pode ser considerada uma das formas de fomentar o fortalecimento municipal a partir do contexto de gestão estadual. De todo modo, para o presidente da Federação das Associações de Municípios da Paraíba (Famup), George Coelho, é necessário que haja a percepção de que os municípios precisam ter mais autonomia, especialmente diante de suas prerrogativas. “Os municípios precisam ser independentes. A criação dos municípios dentro da nação é justamente para fazer com



Os municípios precisam ser independentes. A criação dos municípios dentro da nação é justamente para fazer com que o país funcione, que a economia funcione. O Brasil não é o Brasil sem ter os municípios e os estados

George Coelho



Imagem: Pixabay

que o país funcione, que a economia funcione. O Brasil não é o Brasil sem ter os municípios e os estados”, avalia.

George tem um olhar bem alinhado aos princípios do municipalismo, principalmente considerando que parte dos municípios a primeira geração de riquezas, de impostos etc. “Precisamos defender esse sistema de administração que atenda a organização e a prerrogativa dos municípios. (...) É a descentralização de impostos e a centralização de valores diretamente para os municípios, porque lá está o gestor ou gestora tratando, exclusivamente, da saúde, da educação e cuidando da infraestrutura dos municípios”, completa o presidente da Famup.

Para além da descentralização das políticas como um dos fundamentos que justifica a existência do municipalismo, Roberto Bayma, vice-presidente da Famup,

ressalta que é preciso que haja verdadeiramente políticas públicas com o objetivo de engrandecer os municípios. “Ou seja, que dê liberdade de crescimento socioeconômico para cada município brasileiro. São neles onde acontece tudo de bom e de ruim para os seus cidadãos”, destacou.

Para Bayma, do seu ponto de vista, o municipalismo deve conter “políticas federais e estaduais [que visem] o engrandecimento e fortalecimento do ente federativo municipal, porque é onde fazemos com que aconteça o nascimento, o cuidado de todo o crescimento evolutivo do ser humano e, por fim, é onde existe, digamos assim, o depósito do final da vida”, aponta ele, completando o pensamento de George Coelho.

Anderson Nascimento, especialista em Gestão de Políticas Públicas, lembra que a importância do muni-

cípio ou da chamada “esfera local” na construção política de um país e de uma sociedade, de modo geral, é antiga. “Desde os autores da própria teoria política moderna, já preconizavam e defendiam a ideia de que a participação local e a política se davam mesmo na esfera presencial e local e, portanto, a relação política se fortalece”, destaca.

A compreensão de política como um todo perpassa pela ideia de local e, consequentemente, de município. Apesar disso, “é claro que o sistema político também ocorre pela maneira como ele está desenhado nas diferentes esferas, mas essas outras se subdividem no que a gente chama de União. O nível federal, a União, e o estado central”, completa Nascimento.

No caso do Brasil, essa compreensão se constitui mais “nítida”, de certa forma, a partir da proximidade

das políticas com os beneficiados, conforme apontado anteriormente. “A ideia de municipalismo surge [por] uma perspectiva de maior aproximação das decisões da política pública com os beneficiários dessa política, no sentido de uma maior responsabilização”, diz Anderson.

Ele surge como uma tentativa de fortalecimento das instâncias locais e dos sistemas políticos locais, em similaridade com a ideia da construção de regiões geoadministrativas, por exemplo. De acordo com Roberto Bayma, na sua visão municipalista, os estados e o país são uma soma de todos os municípios e a atenção deveria se voltar a essa primeira instância, pois seria lá que o cotidiano aconteceria. “Há necessidade de uma crescente na condição de melhoria de vida das pessoas, e isso acontece no município”, destaca.

Decisões para bem mais perto do beneficiário

Segundo Anderson Nascimento, considerando que o municipalismo existe dentro dessa tendência de trazer as decisões para perto de quem irá se beneficiar com ela, isso é algo que “o município pode fazer de maneira mais forte e pode ser feita no sentido de maior efetividade da aplicação do recurso. Ou seja, no sentido de aplicar o recurso de fato onde é demanda das pessoas”, relembra ele. Esse ponto também pode ser explorado avaliando que determinadas políticas públicas necessitam de uma escala de aplicação e de realização em uma esfera menor para depois se tornar uma política mais onerosa.

Nascimento também enfatiza que essa noção de escala também fortalece a

compreensão política e das responsabilidades por parte dos cidadãos. “A pessoa saber que certa política feita para o seu nível local possibilita uma maior cobrança. Politicamente, isso é importante porque as pessoas se apropriam dessa decisão e se responsabilizam também por isso, e cobram e controlam a maneira que elas são feitas”, observa o especialista em Gestão de Políticas Públicas.

Em relação aos possíveis problemas ou se, de alguma forma, o municipalismo poderia atrapalhar o cenário nacional, George Coelho, presidente da Famup, acredita que isso não aconteça. “Pelo contrário, vamos transformar essa nação numa potência que realmen-



Imagem: Pixabay

te ela deveria ser. E é dessa forma que a gente avança, implantando o que realmente é pra ser feito e com a responsabilidade de fazer”, pontua ele.

Para ele, quanto mais os municípios estejam com sua autonomia fortalecida, mais

a política vai melhorar. “Seremos facilitadores, porque será repassado aos municípios e haverá confiança de que aquilo será executado, porque os municípios estarão acompanhando, pois já estarão dentro do projeto”, garante Coelho.

O presidente da Famup reitera que a responsabilidade é o que rege a política do municipalismo, pois é necessário ter sim autonomia e prerrogativas, mas “temos que seguir a legislação e as leis para que se faça dentro daquilo do que é possível e a gente cumpra o dever que está na Constituição” e também considerando a observação dos órgãos controladores, “para que a gente avance nesse sentido. Vamos desamarar as administrações dos municípios, vai ser mais fácil governar e mais fácil fazer com que avance, por isso que sempre enfatizo de trazer os investimentos para os municípios, pois é onde tudo começa”, finaliza George Coelho.



Foto: Arquivo Pessoal



Há necessidade de uma crescente na condição de melhoramento de vida das pessoas, e isso acontece no município

Roberto Bayma